



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

“A influência do pensamento de Antonio Gramsci no modelo operário italiano de saúde do trabalhador”

por

Maria Julia de Paiva

Dissertação apresentada com vistas à obtenção do título de Mestre em Ciências na área de Saúde Pública.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos

Rio de Janeiro, março de 2012

Esta dissertação, intitulada

“A influência do pensamento de Antonio Gramsci no modelo operário italiano de saúde do trabalhador”

apresentada por

Maria Julia de Paiva

foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Giovanni Semeraro

Prof.^a Dr.^a Katia Reis de Souza

Prof. Dr. Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos – Orientador

*A todos os professores e pesquisadores
que com apreço e paixão ao
trabalho que desenvolvem,
transformam-se em o que Gramsci chamou,
“persuasor permanente”,
possibilitando o surgimento do potencial
“dirigente”
de cada um que passa por eles.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pela vida e pelos ensinamentos que me valeram e ainda me valem até hoje.

À minha “segunda mãe” Tiana, que já partiu, pelo amor incondicional tão fundamental para o meu desempenho.

As minhas filhas Ana Luiza, Laura e Lucia, pelo incentivo, torcida e ajuda, sempre que precisei, e que foram muitas vezes.

Ao meu companheiro Marco Antonio, pelo apoio e pelas experiências que me proporcionou, me impulsionando até aqui.

Às minhas queridas irmãs Luiza (in memoriam) e Ana Paula pela eterna cumplicidade.

À minha grande amiga Elaine, por me ajudar a caminhar pela vida e de chegar até aqui.

Ao professor e orientador Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos, pela dedicação ímpar, pelo estímulo e em especial por me ajudar, junto com Gramsci, a recuperar a capacidade de acreditar.

À todos os professores da Fiocruz que me incentivaram e em especial à professora Kátia Reis de Souza por me apresentar “Antonio Gramsci”.

Aos funcionários da Fiocruz, que com o seu trabalho, possibilitam o virtuoso funcionamento desta instituição.

À Rosangela Gaze pelo “presente providencial” que me levou até o professor Giovanni Semeraro.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa concedida durante os dois anos do curso.

Aos professores pesquisadores do pensamento de Antonio Gramsci, que através de suas obras, facilitaram a construção desse trabalho; e a Ivar Oddone, operários, técnicos e estudantes que traduziram, como expressa Fábio Frosini: “*os sonhos em estratégias, não utópico, mas força real presente*”, construindo o MOI (Modelo Operário Italiano), objeto desta pesquisa.

Ao professor Giovanni Semeraro pela recepção, acolhida e confiança, desde o primeiro contato, até o presente momento, de excepcional ajuda para a elaboração desse trabalho; e ao grupo NUIPE/UFF (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação) pelo abrigo consentido.

Às amigas do mestrado pelas descobertas, trocas, risos e “descabelamentos” que partilhamos nesses dois anos e à Giovana, Milena e Zaíra pelo especial companheirismo.

*Para ser grande, sê inteiro:
nada teu exagera ou exclui.*

Sê todo em cada coisa.

Põe quanto és

no mínimo que fazes.

*Assim como cada lago a lua
toda brilha, porque alta vive.*

Ricardo Reis

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho foi uma análise do Modelo Operário Italiano de saúde do trabalhador (MOI), visando correlacionar princípios utilizados na sua construção e o pensamento de Antonio Gramsci. O MOI teve como principal objetivo criar um novo método de ação contra a nocividade no trabalho, tendo como seu protagonista o próprio trabalhador. Justifica-se o teor da presente discussão pelo fato do MOI ter influenciado o campo das relações saúde-trabalho no Brasil, onde são escassos os textos acadêmicos que discutem o tema. A dissertação partiu da questão quanto à influência de Gramsci na construção do modelo e em que medida. Como hipótese, o pensamento de Gramsci influenciou o modelo, principalmente na vertente do trabalho como princípio educativo na formação de trabalhadores e estes como intelectuais produtores de conhecimento. Os objetivos específicos foram: analisar o saber operário; o processo educativo e a socialização do conhecimento; a relação entre a história de luta dos trabalhadores na Itália e o MOI; e o pensamento de Gramsci, na organização dos trabalhadores e sua política. A metodologia utilizou-se de uma revisão da literatura científica, em bases de dados nacionais e internacionais, tanto sobre o MOI, quanto sobre Gramsci. Além disso recorreu-se aos escritos de Gramsci *Cadernos do cárcere*, edições italiana e brasileira, *Cartas do cárcere* e *Escritos Políticos*. Finalmente, analisou-se o contexto histórico, social, econômico e político das primeiras manifestações de trabalhadores na Itália e a participação de Antonio Gramsci nesse contexto.

Palavras-chaves: Modelo operário italiano, saúde do trabalhador, Antonio Gramsci

ABSTRACT

The main purpose of this paper was to analyze the Italian laborer health model (MOI), based on the thinking of Antonio Gramsci, aiming to find close concepts between the principles used in the construction of the laborer model and Gramsci's thoughts. The MOI aimed to create a new method of action against the harm at work, taking as its protagonist the worker. Justified the content of this discussion, the fact of the MOI have influenced the field of health and labor relations in Brazil, where are scarce academic texts that discuss the topic. The study left the issue as to the influence of Gramsci in construction of the model and to what extent. As a hypothesis, the MOI was influenced by the thought of Gramsci, primarily for issue of work as an educative principle in the formation of the laborers, and in the vision of these as producers of intellectual knowledge. The specific objectives were: to analyse the knowledge laborer, the educational process and the socialization of knowledge, the relationship between the history of struggle of the workers in Italy and MOI, and the thought of Gramsci in the organization of workers and the political struggle. The methodology utilized was specify a literary review, on a national and international data on both the MOI, as about Gramsci. Furthermore, we used the the writings of Gramsci "*Prison Notebooks*", brazilian and italian editions, "*Letters from prison*" and "*Political writings*". Finally, we analyzed the historical context, social, economic and political manifestations of the first workers in Italy and the participation of Antonio Gramsci in this context.

Keywords: Italian laborer health model, worker's health, Antonio Gramsci

SUMÁRIO

1 – Introdução.....	9
(contextualização – questões – hipóteses – objetivo geral – objetivos específicos – justificativa – metodologia)	
2 – O contexto histórico da luta política na Itália	
2.1 – Antecedentes.....	14
2.2 – Antonio Gramsci – vida e morte.....	18
3 – A obra e o pensamento de Antonio Gramsci	
3.1– A obra de Antonio Gramsci	38
3.2 – O pensamento de Antonio Gramsci.....	54
4 – O Modelo Operário Italiano (MOI).....	99
5 – As relações entre o MOI e Gramsci.....	110
6 –Conclusão.....	137
Referências bibliográficas.....	142
Anexo A.....	147

1 - INTRODUÇÃO

O Modelo Operário Italiano (MOI) de saúde do trabalhador influenciou e redirecionou o debate sobre o campo das relações saúde-trabalho, na segunda metade do século XX, em vários países, inclusive no Brasil. Seu objetivo era se contrapor à nocividade dos ambientes de trabalho, criando novas metodologias de atuação, que tinham como principal característica a participação do trabalhador como protagonista (sujeito ativo das ações).

A origem do MOI foi o movimento operário italiano da década de 1960, que se iniciou na *Confederazione Generale Italiana del Lavoro* (CGIL), cuja principal bandeira de luta era o controle da nocividade dos ambientes de trabalho.

Influenciado pelo número alarmante de acidentes de trabalho, nas décadas de 1950 e 1960, que atingiram a marca de um milhão e meio, por ano, e se encontravam em ascensão, o MOI nasceu com a proposta de romper com o paradigma no qual a defesa da saúde ficava exclusivamente a cargo das instituições oficiais.

A partir de 1961, o movimento operário assume um formato mais organizado com a concorrência dos próprios trabalhadores, sindicalistas, técnicos e outros atores sociais no campo da política.

Todo o processo desenvolvido com o propósito de criação do modelo foi sempre acompanhado pela ideia da necessidade fundamental de um envolvimento ativo e responsável dos trabalhadores, junto com os técnicos, e pela implicação da saúde não como reivindicação, mas sim como algo a ser construído com a participação direta dos trabalhadores, através da conscientização do significado da própria saúde, como salvaguardá-la e quais os meios utilizáveis para preservá-la no ambiente de trabalho.

Em 1972, uma Convenção promovida pelas Federações CGIL-CISL-UIL, (*Confederazione Generale Italiana del Lavoro - Confederazione Italiana Sindacati Lavoratori - Unione Italiana del Lavoro*), em Rimini, fez o primeiro balanço das experiências vividas e ficou claro para os sindicatos o valor da centralidade da fábrica na luta pela mudança, por tornar-se um laboratório vivo, onde se experimenta e se aplica, o que possibilita a elaboração de novos modelos de produção e diferentes condições de trabalho e de vida. A opinião dos trabalhadores e as suas experiências deixaram de ser apenas uma impressão e passaram a ocupar o lugar destinado ao conhecimento científico com a função de instrumento de transformação.

Nesse processo, a classe trabalhadora italiana amadureceu uma consciência de luta pela saúde, percebendo-se não mais objeto de investigação sanitária, mas sujeito de construção de uma outra (nova) política de saúde voltada para as relações saúde-trabalho.

Os textos sobre o modelo operário que foram se sucedendo naqueles anos reportavam-se a formas de luta que haviam sido desenvolvidas na Itália, nos primeiros anos do século XX. Muitos dos textos referem-se a formulações político-filosóficas de Antonio Gramsci. Sua influência se faz sentir, ora explícita, ora implicitamente, nos escritos sobre o MOI.

Foi a partir dessa constatação, na leitura sobre o modelo operário que extraímos as questões desta dissertação:

- Houve, realmente, a influência do pensamento de Antonio Gramsci na base de construção do Modelo Operário Italiano?

- Em havendo, que aspectos do pensamento de Antonio Gramsci foram incorporados na metodologia de ação do Modelo Operário Italiano? E em que medida?

Com base nestas questões, formulamos várias hipóteses.

Primeiro, a influência do pensamento de Antonio Gramsci efetivamente ocorreu, entendido o trabalho como princípio educativo na formação dos trabalhadores e o trabalhador como intelectual produtor de conhecimento, de modo a direcionar a reformulação das estruturas do sistema de saúde do país. Outra hipótese é de que a participação dos trabalhadores na construção compartilhada do conhecimento e a sua consequente socialização são fatores estruturantes da organização e luta para a mudança das relações saúde-trabalho.

Além disso, outras hipóteses tangenciais em nossa discussão dizem respeito ao fato de que as características da análise e do controle da nocividade no trabalho estão relacionadas com as características da organização da sociedade, da organização capitalista do trabalho e com o modelo de desenvolvimento, conforme os textos sobre o MOI assinalam.

Com essas questões e hipóteses, desenhamos o trabalho com o objetivo geral de analisar as origens e o desenvolvimento do modelo operário italiano correlacionando-as com o pensamento de Antonio Gramsci.

Como objetivos específicos, sempre tendo a filosofia política de Gramsci como referencial de fundo, consideramos: (i) analisar a importância do saber do trabalhador (saber operário) sobre o trabalho como primado do MOI; (ii) analisar o processo educativo dos trabalhadores e a socialização do conhecimento como norteadores na construção do MOI; (iii) estabelecer uma relação entre a história de luta dos trabalhadores na Itália pós revolução

industrial, as forças políticas que foram decisivas nas décadas de 1950/1960, na Itália, e a dinâmica política da construção do modelo; (iv) analisar o pensamento filosófico de Antonio Gramsci, especialmente na vertente de organização dos trabalhadores na luta política pela transformação da realidade.

A principal justificativa desta dissertação reside no fato de que a saúde do trabalhador no Brasil traçou novos rumos da institucionalidade das relações saúde-trabalho, inclusive com a sua inscrição na Constituição Federal de 1988, por influência desse modelo. Contudo, a despeito da saúde do trabalhador brasileira ter sido fortemente influenciada pelo modelo os textos acadêmicos de base nacional fazem menção a essa influência com escassa vinculação histórica à sua origem e, principalmente, com o pensamento de Antonio Gramsci. Nesse sentido, o resgate histórico permite a tomada de novas postulações teórico-conceituais que possam, eventualmente, ser consideradas na construção da saúde do trabalhador no Brasil.

Finalmente, a metodologia utilizada foi uma revisão da literatura científica, a partir do tema central, qual seja: *A influência do pensamento de Antonio Gramsci no modelo operário italiano de saúde do trabalhador*, realizada em bases de dados nacionais e internacionais.

Partindo da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) do Centro Latino-Americano e do Caribe em Ciências da Saúde - Biblioteca Regional de Medicina (BIREME), as bases de dados utilizadas nesta pesquisa, na Internet foram: Scientific Electronic Library Online (SciELO); Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs); Índice bibliográfico Espanhol de Ciências em Saúde (Ibecs); Literatura Internacional em Ciências da Saúde (Medline); Biblioteca Cochrane. No Portal Brasileiro da Informação Científica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); pesquisamos as seguintes bases de dados: Scopus e Directory of Open Access Journals (DOAJ).

Foram pesquisados também os sites da CGIL (*Confederazione Generale Italiana del Lavoro*), do Instituto Gramsci Brasil, International Gramsci Society-Itália, Fondazione e Istituto Gramsci.

Na pesquisa das bases de dados, utilizamos como categorias de busca as palavras do título, combinadas entre si e outras palavras-chave relacionadas ao tema. Pensamos que o título explicita, de algum modo, o objeto central do estudo em questão, delimitando o tema de interesse, mas o uso de outras palavras poderia nos trazer outras possibilidades de vínculo do modelo operário com o pensamento de Gramsci, que foi o nosso maior interesse.

Algumas das principais palavras-chave utilizadas foram “modelo operário italiano”, “nocividade”, “movimento operário italiano”, “educação popular”, “Ivar Oddone” “Oddone”, “trabalho”, “ambiente”, “grupos homogêneos”, “validação consensual”, “intelectuais orgânicos”, “não-delegação” usadas concomitantemente, através do operador booleano *and*, refinando a nossa busca.

Em seguida realizamos o cruzamento de algumas das seguintes palavras-chave: “Gramsci” e “modelo operário italiano” e “saúde do trabalhador”; “hegemonia” e “grupos homogêneos” e “Ivar Oddone”; “ambiente de trabalho” e “validação consensual” e “intelectuais orgânicos”, de várias formas combinadas.

Nosso objetivo foi avaliar o tratamento dado à vinculação do tema modelo operário italiano com o pensamento de Gramsci e através do cruzamento com as variáveis “Gramsci” e “modelo operário italiano”, verificar a existência de estudos que abordem a influência do primeiro sobre o segundo.

A busca realizada no portal da Capes foi a Metabusca ou Busca Integrada, na área de conhecimento Multidisciplinares, a partir da inserção de um termo, que consulta várias coleções ao mesmo tempo. Consideramos importante esta busca, porque, embora a teoria de Antonio Gramsci tenha uma grande abrangência, ela não é específica da área da Saúde Pública, e entendemos ser enriquecedor efetuar a pesquisa em fontes de informação de várias áreas do conhecimento.

Algumas das palavras-chave utilizadas na Metabusca foram “movimento operário italiano”, “Antonio Gramsci”, “modelo operário italiano”, “saúde do trabalhador”, “Oddone”.

No que diz respeito ao pensamento de Gramsci, especificamente, consultamos suas obras: *Cadernos do cárcere* (Cc, 6 v.), Org. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, 2002, 2010, 2011, que será indicada no texto pelas letras “Cc” seguida do número do volume e da página. Foram consultadas também as *Cartas do cárcere* (2 v.) e os *Escritos Políticos* (v.1), assim como as obras de pesquisadores e seus intérpretes, nacionais e internacionais, mais relevantes para o nosso tema, que mereceram uma breve descrição individual no corpo do texto. Também consultamos os sites dedicados à divulgação do seu pensamento em alguns países, com destaque para Itália e Brasil.

Em relação ao Modelo Operário Italiano de Saúde do Trabalhador, foram consultadas as obras nacionais e internacionais dos autores que participaram da construção do modelo e de

pesquisadores do tema, assim como os sites das organizações de trabalhadores envolvidas no Movimento Operário Italiano da década de 1960.

A maior parte dos textos, citados literalmente no corpo da dissertação, apresenta grifos e/ou destaques em itálico e, por esta razão, a menção ao grifo ou destaque do original não foi assinalada. Somente assinalamos quando o grifo foi realizado por nós.

Outras publicações foram consultadas que tratam de temas sobre o século XIX, Revolução Industrial, Primeira Guerra Mundial, comunismo, a filosofia política de Karl Marx, Lenin, a história do início do movimento operário europeu, fascismo e outros. Nossa pesquisa analisou o contexto histórico, social, econômico e político em que as primeiras manifestações de trabalhadores foram se formatando, e a participação de Antonio Gramsci nesse contexto. Analisamos também o movimento operário italiano da década de 1960, que deu origem ao modelo operário italiano e que se transformou em referência para muitos países, inclusive o Brasil, e é o nosso principal objeto de estudo.

Em síntese, a pesquisa se caracterizou como um estudo de caráter qualitativo que lida com a interpretação de ideias, buscando interface com os campos da história, da política e dos movimentos sociais de trabalhadores.

2 – O CONTEXTO HISTÓRICO DA LUTA POLÍTICA NA ITÁLIA

2.1 – Antecedentes

A mudança do modo de produção que ocorreu no decorrer do século XVIII e se prolongou até o início do século XIX, com a conseqüente industrialização pioneira da Inglaterra, provocou o surgimento das organizações operárias, que tinham como objetivo construir movimentos de luta em defesa dos trabalhadores, suas condições de vida, trabalho e saúde.

Um dos primeiros movimentos mais significativos de trabalhadores se deu em 1811 na Inglaterra e se caracterizou como um movimento contra a mecanização nas fábricas. O ludismo teve como líder Ned Ludd e a proposta de invasão das fábricas para acabar com as máquinas, já que os ludistas se opunham à substituição da mão de obra, à concorrência com o trabalho artesanal e à intensa jornada de trabalho a que eram submetidos. Criada a lei que condenava à morte os destruidores das máquinas em 1812, o movimento perdeu a força e outras maneiras de se manifestar foram surgindo. No entanto só em 1824 é que foi aprovada a lei que possibilita a organização dos trabalhadores através da criação de sindicatos e, em 1825, na Inglaterra surge a União dos Fiadores de Algodão (em Manchester), o que se supõe ter sido o primeiro sindicato criado, nos moldes que temos hoje (Gaze *et al*, 2011).

Na Itália, a origem mais remota da luta operária segue a tendência europeia de uma crescente organização dos trabalhadores, na busca por mais direitos no trabalho, ao longo do século XIX, cujas raízes se prolongam até o surgimento do MOI com suas características de organização e de luta, já nos meados do século XX.

Muitas foram as influências sobre os movimentos que surgiam, mas a principal foi a filosofia política de Karl Marx, com o manifesto comunista de 1848, e de Pierre-Joseph Proudhon e Mikhail Bakunin, pioneiros da formulação do anarquismo, no decorrer do século XIX.

Marx acreditava que só o proletariado era verdadeiramente revolucionário e defendia um movimento criado pelos próprios operários para enfrentar as contradições e conflitos de interesses com a classe capitalista burguesa.

Com o desenvolvimento do capitalismo industrial, os ritmos de produção tornaram-se acelerados causando a deterioração das condições de trabalho, afetando principalmente

mulheres e crianças, causando sérios danos provocados às mulheres e à formação de seus filhos (Engels, 1986; Hobsbawm, 2007).

A partir da Revolução Industrial, os movimentos proletários surgiram e com eles a consciência de uma classe operária, que percebia a necessidade de mudança para uma sociedade mais solidária e coletivista, uma sociedade socialista (Hobsbawm, 2007).

Pouco a pouco, à medida que o capitalismo industrial se consolidava, a classe operária se organizava provocando a burguesia industrial para a ‘concessão’ de alguns direitos aos trabalhadores. Por exemplo, na Inglaterra, surgem leis de proteção ao trabalho, especialmente com o objetivo de preservar a força de trabalho e minimizar os danos à saúde, provocados pela nocividade do trabalho. Todavia, as iniciativas político-legais, tais como o *Factory Act*, de 1833 (Graça, 1999), não eram suficientes para minimizar os danos à saúde da classe trabalhadora.

Aliada à exploração das massas proletárias, a assustadora pobreza, que se seguiu à Revolução Industrial, e a explosão demográfica do século XIX, influenciaram as ideias de Marx que tinha na revolução proletária a possibilidade de construção de uma sociedade melhor.

Em 1864, em Londres, Marx, sindicalistas e ativistas criaram a Associação Internacional de Trabalhadores ou I Internacional, com o objetivo de unir e solidarizar os trabalhadores, no contexto internacional e além dos limites da nacionalidade (Singer, 2003; Lenin, 1975).

Nesse período, a península italiana encontrava-se dividida em estados e reinos, e grande parte do seu território estava sob domínio estrangeiro de várias origens, provocando constantes alterações na sua cartografia e nas relações europeias. Múltiplas iniciativas de unificação italiana vinham ocorrendo desde o século XVIII e, sob a inspiração da Revolução Francesa de 1789, várias forças que estavam dispersas na península italiana se aglomeraram em torno do ideal republicano. O fato foi fundamental para a eclosão do movimento liberal que desagregou a força político-ideológica da Igreja e enfraqueceu o Papado e sua influência política de caráter conservador e impeditivo para a unificação (Cc, 5).¹

Desde 1831, Giuseppe Mazzini, um nacionalista italiano, havia criado uma sociedade secreta chamada “*Jovem Itália*” que desenvolvia atividades revolucionárias e recebia o apoio de alguns movimentos republicanos de origem laica que surgiam na Itália. Em 1853, Mazzini cria o Partido de Ação junto com Giuseppe Garibaldi, um político revolucionário que tinha

como proposta tornar a Itália uma República Unitária. Embora as tentativas de mudança acontecessem como a invasão ocorrida em Milão, em 1848, e em Roma, em 1849; a Expedição dos Mil, organizada por Garibaldi; e o governo mazziano na República Romana com a participação de Garibaldi, deixavam de fora questões fundamentais da época, como por exemplo, a reforma agrária. Embora o Partido de Ação, se propusesse revolucionário, na opinião de Gramsci, ele não apresentava um programa orgânico que efetivamente representasse as reivindicações mais importantes do povo. Este fato talvez se desse em função da instabilidade de Garibaldi, por ter estabelecido uma relação de dependência e submissão com a liderança dos moderados, comprometendo os interesses da massa popular (Paiva e Vasconcellos, 2011:362).

A busca por conquistar territórios e ganhar mercados pelos países da Europa fez com que a Itália se empenhasse num processo de luta pela sua unificação através do movimento chamado “*Risorgimento*”², que objetivou uma Itália com melhores condições diante dos desafios políticos e econômicos da época. No entanto, para Gramsci, o “*Risorgimento*” falhou como movimento revolucionário, já que lideranças da esquerda que diziam buscar um Estado autônomo comprometiam-se com dirigentes moderados de direita.

Assim, definiu Gramsci:

Aqueles homens, efetivamente, não souberam guiar o povo, não souberam despertar-lhe o entusiasmo e a paixão [...] A mesquinha vida política de 1870 até 1900, a rebeldia elementar e endêmica das classes populares, a existência tacanha e penosa de uma camada dirigente cética e pusilânime são a consequência daquela deficiência: assim como é sua consequência a posição internacional do novo Estado, destituído de autonomia efetiva porque minado internacionalmente pelo Papado e pela passividade animosa das grandes massas (Cc, 5:105).

A política de modernização implantada por um Estado conservador, após a unificação da Itália, apontava para o desenvolvimento de uma sociedade desigual possibilitando o surgimento de uma elite econômica capaz de satisfazer o mercado internacional e dona de alguns privilégios (Simionatto, 1997).

No governo de Francesco Crispi, caracterizado por Gramsci, como autêntico representante da burguesia que despontava, houve uma intensificação pela busca de terras coloniais, mas sem uma sustentação econômica compatível, o que provocou uma enorme crise financeira no país (Paiva e Vasconcellos, 2011).

Para Gramsci, esse período foi determinante para o início de um “*socialismo nacional*”, mas não aquele definido por uma particular via nacional, mas aquele que se define

por um amplo movimento intelectual e político, caminhando para o fascismo, de ideologia corporativa e pseudo “*anticapitalista*”, que modifica a direção do conceito de luta de classes para o conflito entre nações (Cc, 5:374). O governo de Crispi foi seguido por Giovanni Giolitti, que manteve a mesma política anterior de busca por colonização e aumento da defesa militar.

No cenário mundial, ao longo da história do desenvolvimento do capitalismo, a burguesia industrial encontrou inúmeras soluções para os diversos problemas que surgiam, tais como, comprar matéria prima barata, dar condições à classe proletária de se alimentar a baixo custo, manter baixos os salários e possibilitar às fabricas a absorção da crescente população trabalhadora. O poder do Estado conseguiu várias vezes essa façanha, mas nunca sem a sujeição necessária das novas massas da população mundial (Gramsci, 2004).

O processo de exploração e submissão se desenvolveu no capitalismo e foi se consolidando de maneira hierarquizada onde o operário tinha nas mãos, dentro da fábrica, a matéria prima saqueada das colônias, para transformá-la em bem para a acumulação capitalista. Alimentava-se do que era produzido pela classe camponesa que, então, era “*subjugada*” à cidade e assim geravam o lucro do capital. Desse modo passavam fome, porque vendiam seus produtos a preços baixos o que gerava mais renda para os proprietários agrícolas. Colonos se submetiam à metrópole produzindo matéria prima barata para a indústria, alimentos baratos para suprir a falta gerada pela migração de camponeses para a cidade. Deixando empobrecer o solo de seus países para beneficiarem a civilização européia, colonos se tornaram o principal aparato da exploração capitalista (Gramsci, 2004:374).

O processo de industrialização da Itália, embora um pouco tardio, no início do século XX, provocou também profundas mudanças na agricultura, principalmente no sul da Itália. No norte prevaleciam as indústrias, o que reúne um grande contingente de operários que começa se organizar formando redes e ligas de trabalhadores. Por outro lado, para manter as mesmas relações sociais e políticas, a burguesia capitalista se alia à burguesia rural e aos proprietários de terra (Togliatti, 1950).

Especialmente em Turim, cidade do norte da Itália, com o aumento do número de operários, uma nova consciência vai nascendo e com ela o início de um movimento que, aos poucos, se torna revolucionário contra a arbitrariedade e a privação das classes trabalhadoras.

Na Itália, antes da guerra, era possível à minoria capitalista e ao Estado se apoderar de 60% do que era gerado pelo trabalho, restando apenas 40% da riqueza produzida para milhões

de trabalhadores satisfazerem suas necessidades. Após a guerra, a Itália passa produzir somente a metade do que consome, criando um débito futuro que tornava o trabalho italiano cada vez mais escravo do poder da riqueza internacional. Em virtude desta situação, além da arrecadação tributária pelo Estado e da acumulação dos capitalistas, agrega-se agora a pequena burguesia militar-burocrática criada na guerra, aumentando a arrecadação para a sua manutenção, através de soldos e pensões. O débito futuro obriga os trabalhadores a excederem várias horas de trabalho não pagas.

Se a sociedade italiana produz apenas 15 bilhões de riqueza enquanto consome 30, e se estes 15 bilhões são produzidos por oito horas de trabalho diário das dezenas de milhões de trabalhadores que recebem 6-7 bilhões de salário, então o orçamento capitalista só pode ser equilibrado [...] obrigando as dezenas de milhões da população trabalhadora a, pela mesma massa salarial, trabalhar uma, duas, três, quatro, cinco horas a mais, um trabalho não pago, um trabalho que vai encher as burras do capital (Gramsci, 2004:311).

A consolidação da Revolução Industrial nas primeiras décadas em alguns países, e mais tardiamente em outros, em função de uma produção sem limites, evidencia além da precariedade das condições de trabalho, e da falta de limite da utilização da força de trabalho, o quanto de trabalhadores estavam sendo expropriados, entre outras coisas, em sua saúde (Vasconcellos, 2011).

2.2 – Antonio Gramsci – vida e morte

Este capítulo tem como base principal de pesquisa a obra “*A vida de Antonio Gramsci*” de Giuseppe Fiori e o resumo da “*Cronologia da vida de Antonio Gramsci*” encontrada na edição brasileira dos “*Cadernos do cárcere*”, retirada do “*Quaderni del carcere*” de Valentino Gerratana, aliada à colaboração de outros autores.

A importância de contextualizarmos e unirmos a vida pessoal e a vida política de Gramsci se deve, justamente por considerarmos a construção do seu pensamento, resultado das experiências vividas por ele, seja no nível pessoal (emocional) ou político-social, sem ser possível separá-las. Individualizamos e repetimos a lição deixada por ele, tão bem expressa por Simionatto (1997,§1):

Isto porque Gramsci não toma o marxismo como doutrina abstrata, mas como método de análise concreta do real em suas diferentes determinações.

Debruça-se sobre a realidade enquanto totalidade, desvenda suas contradições e reconhece que ela é constituída por mediações, processos e estruturas. Essa realidade é analisada pelo pensador a partir de uma multiplicidade de significados, evidenciando que o conjunto das relações constitutivas do ser social envolve antagonismos e contradições, apreendidos a partir de um ponto de vista crítico que leva em conta a historicidade do social, sendo este, segundo Gramsci, o único caminho fecundo na pesquisa científica. Se o pensamento dialético funda-se na perspectiva da totalidade e da historicidade, não é outra a perspectiva do autor em questão.

Antonio Gramsci nasceu em uma pequena aldeia chamada Ales na ilha da Sardenha no dia 22 de janeiro de 1891. Não era de origem humilde, como alguns pensam. Seus pais não eram de família rica, mas ambas as famílias tinham recursos suficientes. Quando jovem, Francesco Gramsci (Ciccillo como era chamado o seu pai), chegou a iniciar o curso de direito, mas precisou interromper os estudos para trabalhar, em função da morte de seu pai, avô de Antonio. Foi quando se instalou na cidade de Ghilarza, para trabalhar em um cartório. Sua mãe, Giuseppina Marcias (Peppina), vinha de uma família que possuía algumas propriedades e sabia ler e escrever, fato que não era muito comum para uma mulher naquela época, e por isso chamava a atenção. Na aldeia moravam 2.200 habitantes e aproximadamente 200 sabiam ler e escrever (Fiori, 1979).

Nino, como era chamado Antonio Gramsci, era o quarto de sete filhos e viveu apenas um ano em Ales, pois foi para Sòrgono, onde seu pai assumiu a gerência de um cartório. Segundo testemunho de um deputado, no final do século XIX na ilha, os partidos políticos eram partidos pessoais e não existiam para defender interesses gerais ou locais. Apoiavam-se em partidos pessoais maiores para ter garantia e proteção e pouco importava o programa político deste ou daquele partido, mas apenas sua influência junto ao governo central. Por esta razão, depois das eleições de 1897, Ciccillo é perseguido e vítima de acusação de peculato, perdendo seu emprego, por ter sido derrotado o candidato que havia apoiado. Volta com a família para Ghilarza e após um pouco mais de um ano acaba sendo preso, acusado de irregularidades. Condenado a mais de cinco anos de prisão, Peppina fica sozinha com os sete filhos tendo que dar conta do sustento da família que até então vivia sem dificuldades (Fiori, 1979).

Gramsci sofria desde pequeno do Mal de Pott, tuberculose óssea, diagnóstico dado apenas muito tempo depois quando já era adulto. Sofria de indisposições, teve convulsões e desenvolveu no corpo uma cifose (corcunda) que seus pais atribuíam a uma queda. Seu crescimento físico ficou comprometido e, por todos os males que sofria, sua mãe vivia

sobressaltada com a expectativa de sua morte, chegando a manter um caixãozinho e uma roupinha para a ocasião, até 1914 aproximadamente. Apesar de muitas dificuldades, Peppina conseguiu com muito empenho e esforço manter os sete filhos.

Devido aos problemas de saúde, Gramsci só foi para a escola com mais de sete anos e era o melhor de sua turma, sempre tirando notas altas. Por saber falar italiano, estava em situação privilegiada, já que poucos dominavam a língua³. Além disso, tinha muito interesse em aprender, passando muitas horas do seu tempo lendo.

Gramsci lembra em uma das suas cartas, o talento que tinha para construir seus próprios brinquedos e do orgulho que sentia da sua capacidade. Dedicou-se também a desenvolver aparelhos de ginástica para seu uso, já que se empenhava bastante para corrigir sua deficiência física. Uma de suas irmãs, Teresina, relata que Gramsci era um pouco fechado quando criança, e ela acreditava que o fosse pela anomalia física. No entanto, ele não era o tempo todo reservado, e quando se sentia aceito, conseguia se expandir e brincar (Fiori, 1979).

Gramsci se preocupava também com a situação de penúria que sua família passava depois da prisão de seu pai e desenvolveu uma espécie de aversão a mentiras, em função de só ter tomado conhecimento da real situação do pai muito tempo depois (somente Gennaro, filho mais velho de Ciccillo, sabia da sua prisão). Isso o faz, trinta anos depois, em uma carta à sua cunhada Tatiana (Tania), chamar a sua atenção por esconder de seu filho Delio o fato dele estar preso, e lembra como foi prejudicial para ele perceber que fatos desagradáveis eram escondidos, o que o deixava bastante ofendido (Fiori, 1979).

No início do século XX, Ghilarza era uma aldeia com uma economia agrícola de subsistência, e quase todos os moradores eram proprietários. Assim não dispunha de muita mão de obra para a expansão da agricultura. Nessa época, Gramsci cursava a quarta série e nas férias de 1902, com 11 anos de idade, foi trabalhar no escritório do cadastro local para colaborar com a família. A aldeia passava por uma revisão de seus mapas cadastrais que estavam ultrapassados.

Situamos nos mapas a seguir a Itália e a Sardenha.

MAPA 1- ITÁLIA



FONTE:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mezzogiorno.svg>

MAPA 2 - SARDENHA



FONTE:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Sardegna.svg>

Gramsci sentia muitas dores e passava muitas noites chorando. Embora tivesse prioridade junto aos seus familiares, sentia-se muito triste por tudo o que estava vivendo e considerava-se um intruso na família (Fiori, 1979).

Uma nova barreira surge quando Gramsci finaliza o curso primário. Para dar sequência aos seus estudos precisaria morar fora da aldeia, e isso não era possível devido à impossibilidade de sustento. Essa realidade o afligia muito e fazia com que se revoltasse e se isolasse cada vez mais. Continuou trabalhando no cadastro.

Ainda, segundo Fiori (1979), em 1904, seu pai acaba de cumprir a pena e volta para casa trazendo certo alívio para toda a família. No mesmo ano, no sudoeste da Sardenha, três operários são atingidos e assassinados pela tropa, por estarem em greve. Pela primeira vez, vê-se uma atitude violenta como reflexo da crise iniciada em 1889. Com a quebra de três importantes bancos sardos, os juros aumentaram causando falências de pequenos produtores. Aliado a esse fato, os tratados comerciais com a França foram cancelados devido a novas leis que surgiram como meio de proteger a burguesia industrial do norte do país. Não podendo mais contar com o mercado de exportação, a agricultura entrou em crise. A Sardenha não dispunha de indústrias suficientes para absorver os que vinham do campo, o que provocou um fluxo de pessoas intenso em direção à região de Sulcis-Iglesiente, onde estavam as minas. No entanto, não havia emprego para todos. O desemprego cresceu assustadoramente e o subemprego virou rotina. Segundo relato de um médico, os pulmões dos trabalhadores mortos, nos quais ele havia realizado autópsia, estavam completamente infiltrados de fumaça das lâmpadas de óleo. Nesse contexto a criminalidade tomou conta da ilha (Fiori, 1979).

Embora com algumas dificuldades, Ciccillo foi se reerguendo gradativamente com o apoio das pessoas que viviam em Ghilarza que lhe davam oportunidade de emprego e acreditavam na sua inocência. Aos poucos a situação foi se acomodando e, mesmo com condição financeira precária, ele e Peppina resolvem mandar Gramsci estudar no ginásio de Santulussurgiu. Antes de ir para o ginásio, continuou trabalhando no cadastro e, mesmo tendo ficado longe da escola por dois anos, estudava por conta própria e, de vez em quando, tinha aulas particulares.

O ginásio era muito pobre e ficava afastado 18 km de onde moravam. Os professores não eram preparados e alguns nem poderiam lecionar. Gramsci admite em uma carta que perdeu o interesse por matemática por ter tido péssimos professores, mas mesmo assim chegou até o quinto ano ginasial.

Gramsci e Gennaro tinham grande interesse pelas novas ideias que chegavam através de impressos considerados “*subversivos*”, que vinham de Turim, e isso preocupava seu pai que não concordava muito com essas ideias. Francesco vinha de uma família de formação militar e seu pai tinha sido coronel da infantaria borbônica. Para complicar a situação, naquela época, divulgar pensamentos socialistas significava ficar marcado na política, o que não foi nada interessante para Ciccillo, que havia passado cinco anos preso por causa de sua vinculação política (Fiori, 1979:51).

Em 1906, quando Gramsci estava com 15 anos, o clima da Sardenha era de desordem. Pessoas de outras regiões foram habitar a ilha e imperava um ambiente de luta desorganizada sem objetivos definidos. Não havia na Sardenha nenhum tipo de organização política nesse período. Operários e trabalhadores rurais lutavam, provocando incêndios em fábricas ou em postos da alfândega sem ter uma reivindicação definida. Delinquentes se misturavam aos movimentos para saquear e prejudicavam pequenos comerciantes. Havia fome e desespero.

No Sulcis-Iglesiente, onde predominavam as minas, a economia era movida pela esperteza e, quanto maior a produção, menores eram os salários que chegaram a diminuir em 1906, embora a extração de minérios tivesse aumentado.

Os patrões eram inflexíveis e procuravam justificar a negação para o atendimento às reivindicações dos trabalhadores usando argumentos desumanos. Eram arbitrários e pagavam com atraso, além de usurparem o dinheiro do trabalhador, através das cantinas. Alguns mineiros, por exemplo, não recebiam em espécie e usavam vale para compras. Em outras situações, muitas vezes, o salário era pago com mercadorias, sendo que eram cobrados valores superiores aos do comércio de fora. Assim exploravam-se os recursos naturais da ilha e nada sobrava para a Sardenha, a não ser alguns tuberculosos como relatou o Dr. Gildo Frongia para a Comissão Parlamentar de Inquérito, afirmando que entre 1884 a 1905, 35% dos operários morriam de tuberculose (Fiori, 1979).

Os trabalhadores rurais também sofriam com o confisco de bens. Na província de Cagliari as desapropriações por dívidas de impostos, no período de 1904 a 1905, foram as maiores da Itália. Os criadores de gado também estavam em desvantagem em relação às indústrias de queijo, porque vendiam o leite por um preço menor. Quem saía lucrando eram os industriais.

As classes urbanas mais baixas também estavam prejudicadas pelo aumento de preços e por isso, no ano de 1906, havia muita agitação. Algumas categorias se manifestavam

chegando quase a uma revolução. Nos comícios havia sempre muita gente e a revolta em Cagliari tomou conta do lugar e se espalhou para o campo e para as minas (Fiori, 1979).

Todos esses acontecimentos aumentavam o desejo de libertação dos sardos, já que se sentiam prejudicados por beneficiar o norte da Itália. A proteção alfandegária do Norte fazia com que a economia do Sul despencasse. Isso só colaborava para que o povo da Sardenha hostilizasse o Estado e pensasse em tornar a ilha independente. Gramsci defendeu essa ideologia que se chamou “*sardismo*” durante algum tempo na juventude, antes de se tornar socialista (Medici, 2007).

A questão meridional, como era chamada a condição precária e atrasada do sul da Itália, em contraste com o desenvolvimento do norte, estava em evidência na primeira década do século XX, no entanto havia muita ambigüidade entre os que se interessavam pelo tema. Gramsci desde jovem foi percebendo que esta era uma questão muito maior, isto é, uma questão nacional que não seria resolvida com a rivalidade entre norte e sul, o que resultou em um ensaio muitos anos depois, um pouco antes da sua prisão em 1926 (Fiori, 1979).

Em 1908, Gramsci vai para Cagliari, e agora estava com 18 anos. Foi estudar no Liceu Dettòri e morar com seu irmão Gennaro, sempre em quartos alugados, e se dedicava basicamente aos estudos tirando sempre boas notas. Até esse período não frequentava festas, não bebia e nem fumava, talvez por falta de dinheiro. No Liceu logo se tornou o preferido do professor Raffa Garzia, que era extremamente exigente e não aceitava mau comportamento nem falta de dedicação. Garzia ajudava Gramsci emprestando livros e demonstrava grande apreço por ele (Fiori, 1979).

Seu irmão Gennaro já era socialista militante e frequentemente se encontrava com outros jovens líderes socialistas da Sardenha. Muito material de propaganda socialista, livros, jornais, ficavam em sua casa e Gramsci passou a lê-los sempre. Nesse período já tinha algum contato com os escritos de Marx, mas como ele mesmo declarou em carta: “*por curiosidade intelectual*” (Fiori, 1979:71).

Em maio de 1910, Gramsci termina o segundo colegial e procura seu professor Garzia para lhe pedir que pudesse escrever pequenos artigos como jornalista. Gramsci tem seu pedido atendido e recebe sua carteira de correspondente com uma carta de seu professor. Seu primeiro artigo foi publicado no dia 26 de julho do mesmo ano, no jornal *L'Unione Sarda*, era um texto simples mas com muito estilo.

A situação na Sardenha se complicava e novamente os ânimos se agitavam. Os problemas que já existiam anteriormente se intensificavam, os governantes mantinham o incentivo aos altos lucros das indústrias e anesthesiavam o movimento operário com reajustes salariais. Em toda a Itália, as massas camponesas do sul eram as que mais sofriam e, por causa do analfabetismo, não participavam do que acontecia na política, representando um peso morto nas decisões nacionais. Um círculo vicioso se instalou na ilha. Os baixos rendimentos da economia agrícola e a cobiça do Estado na cobrança fiscal faziam com que o capital não circulasse. Sendo assim não era possível uma mudança da organização das propriedades agrícolas, que não se modernizaram e, conseqüentemente, não aumentaram os rendimentos.

Gennaro frequentava constantemente a Câmara do Trabalho⁴, local que virou ponto de encontro de operários, intelectuais, empregados e pequenos comerciantes. Gramsci muitas vezes acompanhava o irmão, o que era uma aventura, já que a sede estava sempre vigiada pela polícia. No início de 1911, Gennaro é eleito caixa da Câmara.

Gramsci havia feito 20 anos e já se sentia mais integrado na cidade. Seu comportamento ficara mais expansivo, embora sua condição física e financeira fosse muito precária. Seu sustento era muito limitado e incerto, mas mesmo assim continuava estudando, com muita dificuldade. Comia apenas uma vez por dia até terminar o terceiro ano. Esta situação não era só de poucos, e de 7.968 jovens que foram dispensados do serviço militar na ilha, 2.486 eram por desnutrição (Fiori, 1979:83).

Em 1911, Gramsci conclui o colegial e em outubro do mesmo ano tenta uma bolsa de estudos para a Universidade de Turim. Só assim poderia continuar a estudar. Faz os exames oral e escrito e passa a receber a bolsa. Junto com ele é aprovado Palmiro Togliatti, jovem estudante pobre também vindo da Sardenha.

Gramsci chega em Turim, que já era referência das massas operárias italianas, e em pouco tempo, apesar de problemas de saúde, envolve-se de maneira determinante na história do movimento operário italiano.

No primeiro inverno em Turim, Gramsci sentiu muita fome e frio. Em cartas ao pai descreve a penúria pela qual estava passando. Inicia a Faculdade de Letras, mas a bolsa mal dava para pagar o quarto e a comida, não tinha agasalho adequado para o frio que fazia. Tinha dificuldade de estudar por causa do frio que sentia (Fiori, 1979).

Aos poucos estreita os laços com Togliatti, que percebeu logo o grande ressentimento que Gramsci, assim como outros sardos, tinha pelo abandono que reservavam à ilha. Por este

motivo não se identificava muito com os socialistas já que alguns deles defendiam que a miséria e o atraso da região se davam em função das características do povo.

A Itália buscava conquistar a Líbia e, devido às inúmeras expedições, já se sentiam as consequências nas classes mais pobres. Logo, 6.500 operários automobilísticos abandonam as fábricas em Turim e são ameaçados de perder o emprego, mas resistem e passam a se encontrar todos os dias no parque Michelotti. Gramsci e Togliatti acompanham os operários, ouvem os discursos e conversam com eles sobre suas lutas. Embora ainda estranho ao movimento socialista, Gramsci não estava indiferente ao que acontecia. A greve dura 96 dias (Fiori, 1979).

A ausência de saúde e a solidão o perturbavam muito e, por isso, continuava se alimentando mal e tinha poucos amigos. Não saía para se divertir e, mesmo sem comer, não deixava o cigarro e mantinha o hábito de comprar livros, seus principais companheiros.

As eleições se aproximam e o sufrágio é ampliado incluindo o voto dos analfabetos, o que provoca um acréscimo de eleitores passando de 42 para 178 mil. Neste momento, as organizações que eram socialistas na Sardenha, e que se identificavam mais com um anticlericalismo, não tinham recursos e perdiam dirigentes importantes por desistência. A insatisfação atingia tanto políticos rejeitados e administradores em dificuldade, quanto pequenos proprietários, operários e camponeses. Por razões distintas, todos tinham alguma reivindicação, mas poucos se davam conta da diferença entre o legítimo desagrado dos que têm fome e o interesse do parlamentar que se sente excluído.

As eleições de 1913 demarcavam os interesses e ultrapassavam a batalha comum *sardista*, deixando clara a distinção das forças: de um lado os trabalhadores e do outro os proprietários. Com a extensão dos votos aos analfabetos, o foco da classe proprietária, passa a ser as organizações socialistas. A partir desse momento, Gramsci percebe que os opressores dos homens do campo, dos pequenos proprietários, dos empregados e de todos os desprovidos do *Mezzogiorno* (sul da Itália) não eram os operários da indústria aliados dos proprietários, mas sim as classes proprietárias do norte e os vários grupos reacionários do sul.

Pelo estresse que passava, dores de cabeça, desnutrição, frio e por tudo que sentia, Gramsci adiou as provas da faculdade e corria o risco de perder a bolsa, o que não queria de maneira nenhuma. Fez um grande esforço e em março de 1914 conseguiu superar a crise, submeter-se aos exames e regularizar o recebimento da bolsa.

Nesse período, sem precisão de informação, Gramsci já tinha a carteira de filiação ao Partido Socialista Italiano (PSI), quando o amigo Togliatti vincula-se oficialmente (Togliatti, 1950). Evidencia-se sua atividade política, a ampliação do seu círculo de convivência, o entusiasmo e a paixão por um sonho.

Os conflitos econômicos instalados e a luta por novos territórios e mercados nos diversos países provocaram o início da Primeira Guerra Mundial e com ela mais dificuldades e conflitos (Gramsci, 2004).

Diante da guerra, o grupo parlamentar socialista exige a “*neutralidade absoluta*” da Itália, o que ficou oficializado. Porém, cria-se uma polêmica em torno do assunto. Benito Mussolini, “*jovem revolucionário*”, militante do PSI, que tinha como admiradores um grupo de jovens entusiastas que consideravam seus artigos revolucionários e fortes, escreve no jornal *Avanti* um artigo intitulado *Da neutralidade absoluta à neutralidade ativa e operante*. Gramsci entra no debate e escreve seu primeiro artigo político no jornal *Il Grido del Popolo* de 31 de outubro de 1914, com o título *Neutralidade ativa e operante* e embora as intenções de ambos fossem completamente diferentes, Gramsci achava que a “*neutralidade absoluta*”, exigida por alguns, faria do proletariado um espectador imparcial dos acontecimentos. Mais tarde, o fato lhe fez amargar várias vezes a acusação de intervencionista (Fiori, 1979:121).

Para aumentar seus rendimentos, dava aulas particulares e a intensa atividade piora sua condição física. Por este motivo perde um dos exames e tem a bolsa suspensa por quatro meses. Afasta-se da família, dos amigos, não escreve mais no jornal, mas continua dando aulas. O período é muito difícil: trabalhava para viver, mas para viver teria que ter descanso e distração, o que não acontecia.

Em 1915 se submeteu a mais um exame na faculdade (que seria o último) e, em maio, operários fazem greve em protesto à entrada da Itália na guerra. No final do mesmo ano, Gramsci escreve novamente no *Il Grido del Popolo* e restabelece a vontade de participar do debate político e da vida.

Em 1916, com 25 anos, escreveu regularmente artigos literários, sociais e políticos nos jornais *Avanti* e *Il Grido del Popolo*. Embora não tenha desistido da universidade passou a se interessar profundamente por um trabalho político. Escrevia crônicas culturais, ensaios teóricos e outros artigos, mas sem assinatura. No máximo, as iniciais “A.G.” ou “Alfa Gamma”, mas o conteúdo já despertava a atenção de quem os lia, pela originalidade e por se

distinguir do estilo tradicional da esquerda. Revela, no período da guerra, um novo jornalismo socialista, de caráter satírico e panfletário.

Do antigo grupo de amigos, por causa da guerra, só Gramsci permanecia em Turim. Como tinha a proposta de promover cultura entre os operários, não se limitava à redação e passa a fazer conferências na periferia, procurando sempre divulgar novas ideias.

Em 1917, escreve *La Città futura*, texto de quatro páginas, único número de uma publicação da Federação Juvenil Socialista do Piemonte, onde aparece a influência do idealismo na formação inicial de Gramsci.

No mês de março sabe-se, sem muita clareza, que na Rússia o czar havia sido derrubado pelos trabalhadores, o que provocou imensa alegria em Turim. Os operários choravam de emoção quando chegou a notícia da Revolução na Rússia e a luta por um Estado novo, do tipo Sovietes (operários organizados em “*conselhos*”). Em agosto, os trabalhadores combatiam em Turim com armas, contra o imperialismo e o militarismo da Itália, e morrem 500 operários e mais de 2.000 se ferem com gravidade⁵. Quase todos os dirigentes socialistas são presos e Gramsci passa a ser secretário da Comissão Executiva Provisória do PSI de Turim e dirige agora o *Il Grido Del Popolo* (Gramsci, 2004:389).

Com a instauração de um governo operário e camponês na Rússia, após a Revolução Bolchevique de 1917, Gramsci passa a divulgar o pensamento revolucionário russo no *Il Grido del Popolo* e eleva a pessoa de Lenin (Vladimir Ilitch Ulianov) (Fiori, 1979; Buciglucksmann, 1980). Devido à censura, Gramsci pode fazer muito pouco além dos escritos no jornal. Incentiva e cria então o “*Clube de vida moral*”⁶ que se caracteriza pelo encontro de jovens, de preferência ao ar livre, onde é determinada uma leitura para uma discussão desinteressada. Após alguns dias, dá-se a apresentação dos resultados do que havia sido pesquisado e refletido. Em seguida, o tema era discutido, ampliando sua abrangência. O clube durou apenas dois meses porque os jovens que participavam foram servir ao exército (Gramsci, 2004).

No final de 1918, saía o último número do *Il Grido Del Popolo* que nas mãos de Gramsci, havia se transformado em uma “*pequena resenha de cultura socialista, desenvolvida segundo as doutrinas e a tática do socialismo revolucionário*” (Fiori, 1979:143).

Embora vitoriosa, a Itália sai da guerra sem ser beneficiada pelos tratados que faz anteriormente, o que provoca um desgaste social ainda maior, mobilizando vários grupos políticos (Paiva e Vasconcellos, 2001).

Organizações de trabalhadores vinham surgindo na Itália, de forma mais sistemática, desde o início do século XX.

Em Turim, as comissões internas de fábrica, que vinham funcionando desde sua criação em 1906, por iniciativa dos sindicatos com a intenção de garantir uma representação dos operários dentro das próprias fábricas, na realidade só foram aceitas pelos empresários depois do fim da guerra em 1919, provavelmente já por influência do Tratado de Versalhes e da criação da Organização Internacional do Trabalho (Paiva e Vasconcellos, 2011:370).

Aos 28 anos de idade, Gramsci trabalhava no jornal *Avanti*, demonstrava maior vitalidade e já não era tão fechado e tímido. Seus antigos amigos estavam de volta e com eles a ideia de criarem juntos, um jornal. No início de 1919, Gramsci, Togliatti e outros criam o semanário *L'Ordine Nuovo* (A Nova Ordem) e no seu número 7 escrevem sobre o desenvolvimento das comissões internas, passando a construir junto com os operários, através de reuniões e debates, uma consciência proletária para dar voz ao movimento dos “*conselhos de fábrica*” (Gramsci, 2004:403-404).

Em Turim, o proletariado amadurecia e a luta, antes limitada à questão salarial e jornada de trabalho, passava a ser por representação nas discussões com os patrões (Buci-Glucksmann, 1980; Gramsci, 2004).

Na Itália, no início do século XX, assim como em outros países onde o capitalismo ainda não estava consolidado, observava-se um grande distanciamento entre cidade e campo e entre seus respectivos trabalhadores. Reproduziam-se relações feudais no campo e não se concebia a idéia de um Estado moderno liberal capitalista.

Para o camponês, as instituições políticas e econômicas não foram construídas historicamente e, por esta razão, não poderiam ser dissolvidas, já que representavam categorias naturais, indissolúveis. Esse desconhecimento favorecia uma relação de revolta por parte dos camponeses que se rebelavam contra os senhores de maneira violenta, sem conseguir se perceberem como parte da sociedade e conseqüentemente sem se sentirem capazes de modificá-la. O que poderia ser considerado como luta de classes manifestava-se sob a forma de “*banditismo*”, submerso em um sentimento confuso e sem propósito, descontinuado, representado na matança de gado, assaltos, vinganças e outras formas de violência (Gramsci, 2004:265).

As transformações das relações sociais, econômicas e políticas desencadeiam a crise da democracia liberal, e a decadência das velhas elites, o que possibilita uma revolução social e a construção de novas instituições da classe trabalhadora, mas o surgimento do fascismo

desmorona essa possibilidade. Gramsci analisa esse fato, como fruto do descontentamento da pequena burguesia, dos grandes proprietários de terra, da burguesia industrial e de outros elementos do Estado, o que de alguma maneira havia predito (Bottomore, 2001).

A fase atual da luta de classe na Itália é a fase que precede ou a conquista do poder político pelo proletariado revolucionário, com a passagem para os novos modos de produção e distribuição que permitam uma retomada da produtividade, ou uma tremenda reação por parte da classe proprietária e da casta governamental (Gramsci, 2004:354).

Embora Gramsci tenha uma atuação muito consistente no movimento operário em Turim, até então nada se sabia sobre ele em Moscou até que, em 1919, um funcionário da Internacional, V. Degott, vai a Itália e através do jornal *L'Ordine Nuovo* conhece os escritos e o próprio Gramsci. Dessa forma, percebe a fidelidade ao marxismo em seu conteúdo, o que transmite a Lenin, elogiando seu trabalho. Pouco tempo depois, Lenin expressa por escrito apoio às posições de Gramsci (Fiori, 1979).

Em 1919, o pós-guerra, no contexto de surgimento do comunismo soviético, não debela a crise econômica e política vivida na Itália e em toda Europa, propiciando o surgimento do fascismo, movimento antidemocrático e antiparlamentar liderado por Benito Mussolini. Apesar da conjuntura desfavorável, os “*conselhos de fábrica*” mobilizavam operários em manifestações e greves até 1920, quando as tropas do governo entraram nas fábricas impedindo o movimento dos trabalhadores.

O PSI estava em crise e sem vitalidade. Seu crescimento rápido (de 50 mil inscritos antes para 300 mil após a guerra) em vez de provocar fortalecimento surte efeito contrário, trazendo problemas novos de difícil solução. Dentre eles a convicção do sucesso de uma revolução baseada apenas na presunção, e não na consciência e na predisposição de criar meios para a vitória, e a delegação de cargos de direção a pessoas despreparadas (Fiori, 1979:158).

Em decorrência de várias crises vividas no PSI, após muitas divergências no interior do partido, Amadeo Bordiga⁷ como líder, Togliatti, Gramsci e outros fundam o Partido Comunista Italiano (PCI), em janeiro de 1921. Por decisão de Bordiga, Gramsci aceita um papel secundário no partido.

As dificuldades iniciais de organização e discórdias dentro do PCI levaram Gramsci a considerar que os comunistas começavam derrotados, por não terem conseguido se fazer entender e convencer o proletariado organizado. A partir daí, Gramsci e outros militantes

passaram a viver na Itália um ambiente de repressões e intimidações. O semanário *L'Ordine Nuovo* acaba, o antigo *Avanti* assume seu nome e passa a ser diário. O novo *L'Ordine Nuovo* tem a direção de Gramsci, que trabalha muito e com um segurança para protegê-lo. O momento era difícil e o jornal perde um pouco seu dinamismo, já que representa oficialmente o partido, o que significa dizer Amadeo Bordiga. Logo, perde a autonomia e a criatividade (Fiori, 1979).

Gramsci foi candidato nas eleições de maio de 1921, mas não é eleito. Nesse período chega ao extremo de sua condição de debilidade física e psíquica. Encoleriza-se quando sai alguma coisa errada no jornal e não admite falta de atenção e superficialidade.

Em maio de 1922, Gramsci é convidado para representar o PCI no Executivo da Internacional e ajudar a edificar o socialismo na União Soviética. Deixa a direção do jornal e chega em Moscou muito doente. Os embates, as amarguras e as injustiças que vive nos últimos períodos, somados à sua história pregressa de doença, desnutrição, tristeza e solidão, provocam um enorme desgaste que se torna evidente. Seus companheiros de trabalho o internam no sanatório de Serebriani Bor, onde conhece a mulher que viria a ser o grande amor de sua vida (Buci-Glucksmann, 1990).

Giulia Schucht (Iulca) era seu nome e Gramsci a conhece quando ela vai visitar sua irmã, Eugênia Schucht, no mesmo sanatório. Ela já havia morado na Itália com a família no início do século, mas na Revolução de outubro todos já estavam de volta a Rússia. Gramsci tinha 31 anos e estava totalmente envolvido por esta mulher, mas tinha medo de não ser correspondido. Sua deficiência física o deixava inseguro, não acreditava que poderia ser amado por alguém, mas Giulia também se interessava por ele e depois de alguns encontros no Sanatório começam um romance. Gramsci descobre que pode e deve ter um amor e diz “*o amor reforça toda a vida...cria um equilíbrio, uma intensidade maior nas outras paixões e nos outros sentimentos*”. O que ele não sabia era que esse amor seria marcado por muitos desencontros (Fiori, 1979:196).

Em agosto de 1922, os trabalhadores se mobilizaram na Itália para realizar uma greve geral e protestar contra a violência dos grupos fascistas. Mussolini, diante da mobilização, reagiu realizando em outubro uma grande “*Marcha sobre Roma*”, levando o rei Vitor Emanuel III, pressionado pela alta burguesia, a nomear o líder fascista seu primeiro ministro (idem:196).

Fascistas saqueavam e incendiavam as Câmaras do Trabalho, jornais democráticos eram invadidos e dirigentes da esquerda perseguidos e mortos.

Gramsci, ainda com limitações físicas, mas livre da fase aguda da doença, dividia-se entre seu trabalho político intenso e alguns possíveis encontros com Giulia. Nesse momento, a orientação da III Internacional Comunista era que socialistas e comunistas se unissem para combater o fascismo que se fortalecia cada vez mais. No entanto, a ala de Bordiga não aceitava a união e muitos embates surgiram até que Gramsci propõe uma mediação que é aceita: comunistas se fundirem com os socialistas da fração que apoiava a Internacional.

A situação na Itália se agravava e vários dirigentes do PCI foram presos ou se esconderam, inclusive Bordiga. Depois das sucessivas prisões, Gramsci que estava em Moscou recebe ordem de transferir-se para Viena no final de 1923, para acompanhar mais de perto a situação do partido. Torna-se o líder efetivo, e depois de um ano e meio trabalhando na Internacional, parte de Moscou, mas deixa Giulia que não o acompanha e, logo depois, comunica-lhe por carta que está grávida. Gramsci fica muito feliz com a notícia e triste pela distância que os separa.

O partido comunista russo também estava em crise. Lenin doente desde o início de 1922 morre em janeiro de 1924. Em abril de 1924, Gramsci é eleito deputado pelo distrito do Vêneto e, em maio de 1924, retorna à Itália com imunidade parlamentar e vai morar em Roma. Ao chegar, percebe que o PCI, como uma organização coesa, não existe e apesar das crises físicas continua trabalhando (Fiori, 1979).

Logo após sua chegada, o deputado Giacomo Matteotti⁸ do PSI é assassinado causando uma enorme reação da opinião pública. Parece que o fascismo se retrai e Gramsci, por um momento, acredita na vitória do partido e na queda do fascismo, o que dura muito pouco tempo. Apesar do acolhimento às palavras de ordem nas fábricas e o interesse das massas em desarmar os inimigos, os fascistas vão se recuperando, ganham forças e partem para a ofensiva.

No dia 10 de agosto nascia Delio, o primeiro filho de Gramsci, o que só fica sabendo no dia 3 de setembro quando recebe a carta de Giulia e se angustia por não ver solução possível para ficarem juntos no momento.

Fascistas voltavam a atacar e Gramsci passa a ser vigiado. Tomava cuidado e continuava se correspondendo por carta com Giulia. Em janeiro de 1925 conheceu Tatiana Schucht (Tania), outra irmã de Giulia, que Gramsci já havia procurado em vão. Tatiana

morava em Roma e estava afastada da família em função da dificuldade de comunicação durante a Revolução russa.

Gramsci estava ansioso para ver Giulia e conhecer Delio. No mês seguinte é convocado para uma reunião em Moscou do Executivo ampliado da Internacional. Conhece enfim seu filho. Dois meses depois retorna à Itália.

Em maio do mesmo ano, Gramsci fica na Câmara frente a frente com Mussolini e pela primeira vez se enfrentam. Gramsci falou sobre uma nova lei que limitava as organizações. Sentia-se muito desanimado e saía muito pouco de casa para não se expor. Visita Tatiana, o que o faz sentir-se mais próximo de Giulia, que viria a Roma com Delio em breve.

Gramsci viajou muito durante esse ano, participando de reuniões do partido, e se ressentia profundamente por não estar perto de Giulia e de seu filho. Em outubro chegaram a Roma Giulia, Delio e Eugenia, mas ficaram em casas separadas porque Gramsci tinha medo de envolvê-los nos problemas políticos. Aos poucos, grande parte da família de Giulia volta para Itália, o que lhe deixa muito feliz por poder partilhar daqueles momentos, principalmente porque Giulia espera outro filho seu.

No entanto, por causa da situação política da Itália, a quase clandestinidade de Gramsci, a possibilidade de precisar sair do país de repente e a gravidez induzem à volta para Moscou da família Schucht, antes que nasça o neném. Assim ficou decidido, mas antes em julho, todos vão para Trafoi de férias, menos Gramsci. Delio fica com as tias até setembro e Giulia, por causa da gravidez, vai para Moscou. Em 30 de agosto de 1926 nascia Giuliano que Gramsci nunca iria conhecer.

Nesse período, Gramsci escrevia sobre a questão meridional, mas já amadurecido expandia sua visão e percebia que essa questão não poderia ser pensada desvinculada da questão nacional. Começa a escrever em outubro de 1926, pouco antes de ser preso.

Na União Soviética, a instrução de Lenin no seu testamento de substituir Stalin do seu cargo de secretário geral, por considerá-lo rude para a posição, não foi acolhida e o regime tornou-se cada vez mais autoritário e contraditório. Gramsci admite o paradoxo denunciado pelo bloco de oposição a Stalin, através de carta ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS), de que o proletariado, classe dominante, vive em condições inferiores aos da classe dominada e alerta sobre o risco do erro. Togliatti, então representante do PCI em Moscou, foi acusado de não aprovar e não repassar a carta ao comitê central do Partido Comunista Russo, tendo como resultado o afastamento entre ambos⁹.

Em 31 de outubro, Mussolini sofreu um atentado, o que fez aumentar a violência fascista. ‘*Justificava-se*’ o fim do pouco que restava de democracia na Itália. Anularam-se todos os passaportes, decretou-se o fim dos jornais antifascistas, o fim dos partidos e associações que não apoiavam o fascismo. No dia 6 de novembro saía uma moção em um jornal fascista propondo a revogação dos mandatos dos deputados de oposição, mas não constava o nome dos deputados comunistas, o que talvez tenha deixado Gramsci mais tranquilo.

Na noite de oito de novembro de 1926, com 35 anos de idade, depois que chega em casa, Gramsci é detido às 22h30min. Junto com outros deputados comunistas é encaminhado ao presídio de Regina Coeli, para um rígido isolamento. Dez dias depois, Gramsci é condenado a cinco anos de prisão, com base na Lei de Segurança Nacional.

Preso, Gramsci passa por Nápoles, Palermo até chegar a Ústica, uma ilha ao norte da Sicília, onde encontra alguns amigos que compartilham a mesma moradia (embora cumprindo pena, dividiam uma casa), inclusive seu adversário Bordiga. Seu amigo Piero Sraffa, de família influente, que não estava preso, era a pessoa ideal para fazer a ligação entre o partido e Gramsci e logo abre uma conta em uma livraria para ele ter acesso aos livros que desejasse. Gramsci participa da escola de cultura geral organizada pelos presos políticos, em alguns momentos dando aula, em outros assistindo. Joga carta com Bordiga, mas logo é transferido, ficando pouco tempo ali e partindo em seguida para outro presídio em Milão. Em julho de 1928 é encaminhado para o presídio de Turi, sul da Itália, perto de Bari, onde escreverá a maior parte dos *Cadernos*.

Sua cunhada Tatiana lhe dava assistência e para ficar mais próxima se transfere para a mesma cidade. Ela é a sua maior interlocutora durante todo o período do cárcere.

Durante todos os anos em que esteve preso, Tatiana não o deixou um momento sequer, a não ser quando esteve doente. Giulia estava longe e pouco lhe escrevia. Piero Sraffa também tem um papel relevante em sua vida tentando, além de resolver as questões políticas, remediar situações familiares que muito lhe angustiavam (Gramsci, 2005a).

Mudou várias vezes de prisão e depois de um processo contra os dirigentes do PCI, em junho de 1928, Gramsci foi condenado a vinte anos, quatro meses e cinco dias de prisão. No mês seguinte seu irmão pedia autorização para que ele pudesse escrever e ocupar uma cela individual. Sua doença foi se agravando por não receber os devidos cuidados.

Giulia, devido às dificuldades emocionais e físicas (epilepsia, amnésia), afastava-se cada vez mais de Gramsci. Pouco lhe escrevia e, quando o fazia, parecia emocionalmente instável. Nunca foi visitá-lo, o que fazia com que ele se incomodasse profundamente. Tatiana tentava, de alguma maneira, compensar essa ausência e durante os dez anos de prisão foi o seu maior suporte. Sua dedicação, cuidado e a semelhança física com Giulia aliviavam seu sofrimento e o deixava muito agradecido.

Em 8 de fevereiro de 1929, Gramsci começa a escrever o primeiro caderno de um total de 33 *cadernos*, totalizando 2.848 páginas ou 4 mil laudas datilografadas (Fiori, 1979:293), sempre sob rígida censura e em dias e horários determinados. Às vezes somente podia escrever de 15 em 15 dias e outras uma vez por semana.

Em 1930 tomou conhecimento da internação de sua mulher e em 1931 sofreu a primeira crise grave de saúde no presídio. Sua saúde foi se deteriorando e em 1932, devido à anistia concedida em razão de 10 anos do regime fascista, sua pena diminuiu para doze anos e quatro meses. Sraffa tentou a liberdade condicional, mas as autoridades exigiam pedido de clemência, o que Gramsci jamais aceitaria (Gramsci, 2005a).

Em fevereiro de 1933 estava com a saúde depauperada e o médico de confiança, Umberto Arcangeli, declarou a urgência de sua transferência para uma clínica ou hospital. Após essa notícia ser divulgada, cria-se em Paris, um comitê com o objetivo de libertar Gramsci e as outras vítimas do fascismo. Em dezembro de 1933, sem que ele fique sabendo, morre sua mãe.

Em 1934, após muitas interferências de amigos e parentes, conseguiu liberdade condicional. Com a saúde muito debilitada não podia usufruir a liberdade por falta de condições físicas. Em abril de 1935 parou de escrever por total impossibilidade e em junho pediu para ser transferido de clínica.

Continuou recebendo ajuda de sua cunhada, visitas de seu irmão Carlo e do amigo Piero Sraffa. Em 1936 voltou a se corresponder com os filhos e com Giulia. Sua pena expirou no dia 21 de abril de 1937 e no dia 27 de abril do mesmo ano, depois de ter sofrido, dois dias antes, um acidente vascular cerebral, morre sem ter conseguido sair em liberdade (Fiori, 1979; Coutinho, 2011).

Entre 1929 e 1935 escreveu várias anotações, vários conceitos e debates, o que torna difícil uma descrição linear de seu pensamento (Buci-Glucksmann, 1990). Muitas foram as colaborações de Gramsci em relação ao movimento operário de sua época, principalmente o

seu pensamento, que muito influenciou os intelectuais, os partidos comunistas de outras nações, além do próprio partido italiano que, na década de 1960, não prescindiu do tema saúde na luta por conquistas nas relações de trabalho.

NOTAS

1 A. Gramsci, Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6v., 2002-2011, v.5. Esta obra será sempre citada, no conteúdo do texto, como Cc, sigla seguida pelo número do volume e das páginas.

2 “ Nasce no século XIX o termo *Risorgimento* em sentido mais estritamente nacional e político, acompanhado pelas outras expressões “*riscossa* nacional” e “*riscatto* nacional”: todos expressam o conceito de retorno a um estado de coisas já havido no passado, ou de “retomada” ofensiva (*riscossa*) das energias nacionais dispersas em torno de um núcleo militante e concentrado, ou de emancipação de um estado de servidão para retornar à primitiva autonomia (*riscatto*)” (Cc, 4:89).

3 Na Sardenha entre as línguas mais faladas está o italiano e o sardo, língua parecida com o latim e bem diferente do italiano. No início do século XX poucos falavam italiano na ilha. Atualmente, embora já menos falada entre os jovens, 85% da população entende o sardo.

4 Primeiras estruturas que reuniam trabalhadores independente do ofício. A primeira Câmara do Trabalho foi criada em Milão em outubro de 1891, como estrutura territorial para o estudo e defesa dos interesses da classe trabalhadora (CUT-Organização Sindical e Relações de Trabalho: A Luta dos Trabalhadores na Itália e no Brasil, 2008).

5 Quanto aos números de mortos e feridos foi encontrada uma divergência entre Gramsci (2004:389) e Fiori (1979:138). Em Fiori encontramos: 50 mortos e 200 feridos.

6 Gramsci escreve uma carta ao pedagogo Giuseppe Lombardo Radice, discípulo de Giovanni Gentile, explicando a proposta do clube e pedindo sua opinião sobre esta iniciativa: “*Com ele, propomo-nos habituar os jovens que aderem ao movimento político e econômico socialista à discussão desinteressada dos problemas éticos e sociais...queremos criar a confiança recíproca, uma comunhão intelectual e moral de todos*” (Gramsci, 2004:146).

7 Bordiga quando era membro do PSI liderou o grupo “*maximalista abstencionista*” que era favorável a que o partido não participasse das disputas eleitorais (Gramsci, 2004).

8 Político italiano (1885-1924) entrou na política como socialista reformista e em 1921 entrou no PSI. Tinha como grande opositor Benito Mussolini, desde que se opôs à entrada da Itália na Primeira Guerra Mundial. Promoveu o cooperativismo entre os camponeses e se destacou no Parlamento por advertir sobre o perigo do fascismo. Após 1922, com Mussolini no poder, Matteotti continuou denunciando os excessos do fascismo e propôs anular o mandato dos deputados fascistas. Dez dias depois foi sequestrado e assassinado.

9 Em relação à acusação feita a Togliatti de não ter repassado a carta escrita por Gramsci dirigida ao comitê central do Partido Comunista Russo, Liguori esclarece que documentos recentes dizem que a decisão de mostrar inicialmente a carta, a apenas alguns dirigentes russos, foi autorizada por Gramsci e consentida pelo birô político do PCI . Quanto ao possível rompimento definitivo dos dois, Liguori nos fala que a relação jamais foi interrompida. Para maiores esclarecimentos ver capítulo “*Togliatti. O intérprete e o tradutor*” (Liguori, 2007).

3 – A OBRA E O PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI

3.1 – A obra de Antonio Gramsci

A obra de Antonio Gramsci é composta por um conjunto de distintas produções que inclui artigos escritos nos jornais em que ele trabalhava antes da prisão, textos dirigidos ao partido, um ensaio que escreveu um pouco antes de ser preso sobre a questão meridional e cartas e notas escritas no período em que esteve no cárcere, muitas de caráter provisório, como ele mesmo irá assinalar.

As compilações mais sistematizadas de sua obra nos chegaram a partir de edições feitas por pesquisadores que estudaram o material escrito no cárcere, organizando-o para a publicação. Este processo se deu de maneira um tanto demorada e complexa.

Apesar dele mesmo dizer que seus escritos políticos publicados na imprensa deveriam “*perecer no fim do dia*”, seus artigos, notas e cartas encontraram outro destino. Sua obra tornou-se referência para muitos estudiosos e os que se interessam por seu conteúdo teórico-político (Bianchi, 2008).

Gramsci nunca teve a intenção de publicá-los e em carta a Tatiana, datada de 7 de setembro de 1931, diz que sempre se recusou a fazer coletâneas negando algumas propostas de publicações, provocando inclusive a suspensão de uma antologia de seus escritos, iniciada por Giuseppe Prezzolini em 1921 (editor e intelectual de destaque), preferindo pagar as despesas já gastas.

Para melhor entendermos o processo de desenvolvimento do seu pensamento, e a maneira de como se apresenta no que ficou registrado por ele as mais diversas interpretações, precisamos situar como foi o processo de escolha feita pelos editores e a posterior publicação, após a sua morte, do que se tem, tanto na Itália como em outros países.

Inicialmente, logo após sua prisão, Gramsci decide que irá estudar a língua alemã, russa, economia e história, como escreve à sua cunhada Tatiana em dezembro de 1926. Dois dias depois pede por carta, ao seu amigo Piero Sraffa, alguns livros sobre economia, finanças, cultura geral e o que ele achasse conveniente.

Em março de 1927, Gramsci já manifesta uma grande inquietação e o desejo de realizar um projeto de estudo, “*algo für ewig*” (para sempre): Algo que fosse planejado e preestabelecido que lhe deixasse ocupado e absorto. Inicialmente divide seus estudos em quatro temas: uma pesquisa sobre os intelectuais italianos, suas origens, cultura etc., incluindo

Benedetto Croce; um estudo de linguística comparada; um estudo sobre o teatro de Pirandello e sua contribuição no gosto teatral italiano; e um ensaio sobre os romances de folhetim. Gramsci afirma que o ato de escrever substituiria o diálogo, tão importante para ele (Gramsci, 2005:128).

Carlos Nelson Coutinho, um dos editores dos *Cadernos do cárcere* no Brasil, explica que foram 33 cadernos (do tipo escolares) escritos entre 1929 e 1935 e que Gramsci só obteve autorização para escrever, dois anos depois da sua prisão. Os cadernos eram entregues a Gramsci na medida em que ele solicitava. Os primeiros cadernos foram quase que totalmente preenchidos, enquanto os demais apresentam páginas em branco. Só era permitido ter na cela três cadernos por vez.

Já as *cartas*, como nos diz Luiz Sérgio Henriques, “*uma espécie de obra-prima por acaso*”, em sua maioria dirigidas à sua cunhada Tatiana, mas também dirigidas à sua mulher Giulia, à sua mãe, a alguns familiares e alguns amigos, contribuíram, junto com os *Cadernos*, para centralizar e dar forma ao seu pensamento (Henriques, 2005:9).

No isolamento do cárcere, Gramsci produziria o conteúdo mais denso do seu pensamento. As *Cartas* e os *Cadernos* se complementam e oferecem a possibilidade de acompanhamento do seu dia a dia e do desenvolvimento de seu processo intelectual. Embora os *Cadernos* não se apresentem como um livro e sim em parágrafos, junto com as *Cartas*, eles fazem uma conexão com a fase pré-carcerária e fizeram Gramsci ser considerado um autor clássico da política (Henriques, 2005).

Após a sua morte, Tatiana recolheu seus *Cadernos* para salvaguardá-los e resolveu com a ajuda de Piero Sraffa, enviá-los para a embaixada russa em Roma. Até a primeira edição dos *Cadernos* um longo caminho foi percorrido, conforme veremos adiante.

Coutinho (2011) relata que hoje sabe-se que Tatiana fazia cópias das cartas que Gramsci escrevia para ela e as enviava para Piero Sraffa, que residia na Inglaterra.

Antes dos *Cadernos*, as *Cartas do cárcere* foram as primeiras a serem publicadas em 1947, isto é, dez anos após a sua morte, e só entre 1948 e 1951 a edição temática dos *Cadernos* seria publicada em seis volumes. Esta, que foi ordenada por Palmiro Togliatti e Felice Platone, jornalista da época de *L'Ordine Nuovo*, recebeu críticas por sua ordenação ter sido considerada equivocada (Henriques, 2005).

Em janeiro de 1958, um órgão criado pelo PCI, chamado *Istituti Gramsci* (hoje, *Fondazione Istituti Gramsci*), reconhece a necessidade de uma nova edição dos *Cadernos* que

os reproduzisse na ordem em que foram escritos, respeitando a cronologia e contendo uma explicação sobre o contexto de sua produção e outros esclarecimentos necessários (Coutinho, 2011).

Assim nasceu a edição crítica dos *Cadernos* de Gramsci por Valentino Gerratana concluída em 1975, dividida em 4 volumes, respeitando a ordem integral dos manuscritos que como auxílio, utiliza-se de notas e índices.

Dos 4 volumes, 3 reproduzem 29 *Cadernos* contendo 2.400 páginas. O quarto volume contendo 1.000 páginas tem o objetivo de fornecer as explicações necessárias para uma leitura clara e fidedigna do que escreveu Gramsci no cárcere. Essa edição ficou conhecida como “*edição Gerratana*” (Coutinho, 2011:28).

Do total de 33 *Cadernos*, quatro são apenas exercícios de tradução e vão até 1932. Desses *Cadernos* de tradução, Gerratana reproduz somente alguns trechos das traduções de Marx feitas por Gramsci. Gerratana chama a atenção para o fato de que Gramsci substituiu a expressão “*sociedade civil*” por “*sociedade burguesa*”, o que sugere uma diferença de concepção de Gramsci, em relação ao termo.

Inicialmente, logo após a morte de Gramsci, Tatiana havia numerado os *Cadernos* com algarismos romanos de I a XXXIII sem se preocupar com a cronologia. Gerratana, embora admitisse a complexidade de se estabelecer uma ordem cronológica, considerando que Gramsci escrevia em vários *Cadernos* ao mesmo tempo, estabeleceu a numeração que vai de 1 a 29 e é conhecida internacionalmente até hoje.

Na edição brasileira, Coutinho utiliza os mesmos critérios de notas e da numeração dos parágrafos usados na edição de Gerratana. Gramsci havia dividido os “*cadernos em miscelâneos*”, que trata de temas variados, e os “*cadernos especiais*”, que trata de assuntos específicos. Outra importante distinção que Gerratana usou na sua edição foi a divisão das notas gramscianas em textos A, B e C. Textos A são aqueles que Gramsci redigiu nos “*cadernos miscelâneos*” e depois fez alterações e se transformaram em textos C. Textos B são de redação única, sem alterações posteriores.

Na edição brasileira, os editores optaram por não incluir os textos chamados de A na edição Gerratana.

São muitas exceções e detalhes na redação dos *Cadernos*, mas essa pequena explicação tem apenas o objetivo de mostrar a complexidade de organização dos textos e sua

incompletude. Para um esclarecimento apropriado em português, convém consultar a introdução escrita por Coutinho nos *Cadernos do cárcere* volume 1 (2011).

A seguir, selecionamos algumas das fontes de pesquisa de alguns dos autores que se dedicaram, em algum momento e de alguma forma, à obra de Antonio Gramsci, tais como seus biógrafos, tradutores, editores, estudiosos e intérpretes. A seleção foi realizada ora com base nas citações mais frequentes, entre os próprios autores, especialmente no Brasil, ora na sua relevância apontada pelos mesmos, referidos no presente trabalho. Outro critério de seleção foram as obras sobre Gramsci que mereceram destaque no *IV Seminário Científico Internacional de Teoria Política do Socialismo: Antonio Gramsci: As periferias e os subalternos* / UNESP-MARÍLIA, realizado no período de 15 a 18 de agosto de 2011. Seguindo uma tradição internacional de realizar encontros científicos com o objetivo de discutir a obra de Antonio Gramsci, há dez anos, o Instituto Astrojildo Pereira, o Grupo de Pesquisa Cultura e Política do Mundo do Trabalho e o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP, realizam eventos internacionais com especialistas e estudiosos. O Seminário de 2011 contou com a participação de vários intérpretes de Gramsci tanto do Brasil como de outros países, todos amplamente reconhecidos.

Por certo, não há qualquer intenção de esgotar a relação dos autores que se dedica(ra)m a Gramsci, e sim registrar alguns daqueles que contribuíram para a execução da presente pesquisa. A relação está organizada em ordem alfabética, com breves informações sobre o autor, sempre que isso tenha sido possível de conseguir.

ALVARO BIANCHI

Professor Doutor do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), diretor do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) Centro de Pesquisas e Documentação social, diretor do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx). Entre outras atividades, é secretário de redação da Revista *Outubro* do Instituto de Estudos Socialistas.

Algumas de suas obras:

Hegemonia em construção. São Paulo: Xamã, 2001.

O Laboratório de Gramsci. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008.

No livro *O Laboratório de Gramsci*, Bianchi analisa a sua obra e constata que ela se destaca pelo seu conteúdo conseguindo introduzir conceitos importantes que foram

desenvolvidos a partir de uma parcimoniosa e complexa reflexão. Tais conceitos passaram a ocupar o vocabulário político e intelectual na década de 1970 e passaram a fazer parte do senso comum no meio intelectual. Na América Latina lutava-se contra as ditaduras e ao mesmo tempo a degradação das organizações da esquerda era visível, o que propiciava a aceitação de novos conceitos que se apresentassem consistentes.

Para Alvaro Bianchi, nos *Cadernos do cárcere* encontramos um pensamento vivo e uma prática teórica e política de caráter renovado com uma proposta de emancipação social. Entretanto é necessária uma interpretação sólida dos textos de Gramsci.

Nos escritos dos *Cadernos* a unidade entre teoria e prática desenvolve-se entre história, filosofia e política e o reconhecimento dessa unidade inclui admitir que história e filosofia constituem o terreno político. Com isso não se quer negar o trabalho historiográfico e nem o teórico. Gramsci sabia dessa necessidade e por isso sua pesquisa filosófica incluía tanto uma prática teórica como uma prática historiográfica (Bianchi, 2008).

CARLOS NELSON COUTINHO

Um dos maiores conhecedores e especialistas brasileiros do pensamento de Gramsci, reconhecido internacionalmente, nasceu em 1943 na Bahia, Carlos Nelson Coutinho é editor das obras de Antonio Gramsci no Brasil. Professor Titular de Teoria Política e Formação Social do Brasil no programa de pós-graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e autor de muitas obras importantes para o aprofundamento do estudo da Teoria Política no Brasil. Desde 2003 é diretor da Editora UFRJ.

Algumas de suas obras:

Gramsci. Porto Alegre: L&PM Editores, 1981.

Introducción a Gramsci. Mexico: Ediciones Era, 1986.

Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

Contra a corrente. Ensaio sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.

Lukács, Proust e Kafka: literatura e sociedade no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Intervenções: O marxismo na batalha das idéias. São Paulo: Cortez, 2006.

Para Coutinho, Gramsci teve intensa atividade intelectual no jornalismo com a produção de muitos artigos, antes da prisão, que eram escritos de acordo com os acontecimentos da época. Durante o período fascista esses textos ficaram ocultos.

São 2.500 páginas impressas contendo desde a filosofia à crítica literária, da política à sociologia, da antropologia à pedagogia, com diversas traduções que deram origem a tantas outras obras secundárias em vários idiomas.

Para Coutinho, fica claro que a principal intenção de Gramsci nos *Cadernos* foi o de elaborar uma “*ciência política*” que se adequasse à filosofia da práxis ou marxismo. Gramsci rejeitava o termo “*sociologia*” que ele vinculava à “*sociologia marxista*”, proposta por Bukharin à sociologia formal e empírica da burguesia (Coutinho, 2003:67).

O uso positivo que aparece nos *Cadernos* do termo “*ciência política*”, provavelmente se dá pelo fato de Gramsci sabidamente ser um antieconomicista e não aceitar as leituras feitas do marxismo no período da II Internacional e do “*marxismo soviético*”, privilegiando sempre o estudo do político e suas variadas determinações dentro da sociedade. Para Gramsci, a constituição do ser social se dá em função do papel que o sujeito desempenha como criador da práxis humana na história e da percepção que ele tem das relações de força existentes (Coutinho, 2003:67-68).

A preocupação central de Gramsci parece ser a respeito da ação, das instituições políticas e de como se dá a interação entre elas e a política. Assim como Marx estudava a economia política sem ser um economista, e tinha o objetivo de demonstrar que a estrutura estabelecida pelas leis do capital não são naturais e sim resultado da ação do homem, Gramsci segue o mesmo raciocínio em relação à ciência política, isto é, a práxis e as instituições políticas são o ponto de partida para sua reflexão, e a primeira coisa a admitir é que só existem governos e governantes, dirigentes e dirigidos como resultado das relações sociais que são historicamente determinadas. Assim podemos admitir que a ciência política é um “*organismo em desenvolvimento*” (Coutinho, 2003:73).

A divisão de classes que é resultado dessas relações sociais, portanto, não é natural e poderá ser modificada. Concluimos que essa divisão nem sempre esteve presente e poderá desaparecer na “*sociedade regulada*”, como Gramsci chamou o comunismo (Coutinho, 2003:74).

Coutinho percebe que nos “*cadernos especiais*”, Gramsci tenta passar do método de investigação para o de exposição, como é no *O Capital* de Marx, que parte do abstrato para o concreto.

CHRISTINNE BUCI-GLUCKSMANN

Filósofa francesa e professora emérita da Universidade de Paris começou seu trabalho na década de 1970 com os estudos políticos sobre Friedrich Engels e Antonio Gramsci. Em seguida prosseguiu sua pesquisa sobre estética com a obra de Walter Benjamin (nascido em 1892 na Alemanha, estudioso da teoria estética e do marxismo ocidental) e mais tarde sobre a estética dos virtuais. Tem escrito vários livros sobre a arte digital.

Algumas de suas obras:

Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva. In: AA.VV. *Política e história em Gramsci.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Gramsci e o Estado. Trad. Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Origènes. Cercle d’art, 2006.

Philosophie de l’ornement: D’Orient en Occident. Galilée, 2008.

Buci-Glucksmann (1990:18) em sua “*leitura teórico-política dos Cadernos do cárcere*”, como ela classifica seu trabalho, analisa a capacidade que tem Gramsci de estabelecer sempre uma relação dialética e crítica entre a teoria e a prática e, embora não compactue com um intelectualismo que lhe pareça pedante, não dispensa o conhecimento profundo da história, da filosofia, da ciência e da cultura. O mesmo que é chamado na prisão de “*biblioteca ambulante*” passava horas discutindo com os operários nas fábricas ocupadas em 1920.

Para Buci-Glucksmann (1990:20), não é possível separar Gramsci da sua época, da sua relação com Lenin e de sua prática política comunista. Através de pontos de apoio teórico, às vezes conflitantes, é que é possível dar formato a um “*projeto filosófico global: a refundamentação da filosofia do marxismo*”.

Para Gramsci a filosofia se transforma em vivência onde ele experimenta e aprofunda suas teses e ocupa lugar central em seus estudos. Quando pensa o Estado, ele realiza uma pesquisa política através das relações entre classes, partido, história, sem deixar de pesquisar o lugar e a função que a filosofia ocupa na superestrutura (Buci-Glucksmann, 1990).

Buci-Glucksmann (1990:166), em divergência com outros estudiosos, considera que o principal ponto de encontro entre Lenin e Gramsci está na concepção central leninista de que a revolução é o fundamento de um Estado novo, que significava na época, o “*Estado dos Soviets*”.

FABIO FROSINI

Ph. D. em Filosofia Moderna e Contemporânea em Bari, nasceu em 1966, pesquisador, desde 2004, em História da Filosofia na Faculdade de Ciências Humanas na Universidade de Urbino/Itália. De 2000 a 2006 coordenou com Guido Liguori o vocabulário dos *Cadernos do cárcere*. Participa da administração do *Centro Inter-University para a pesquisa estudos Gramsci*, com sede em Bari, desde sua criação no final de 2003.

Algumas de suas obras:

Filosofia e utopia nos Cadernos do cárcere: Hegel-Marx-Croce. Educação em foco. Juiz de Fora, v. 5, n. 2, set. 2000 - fev. 2001.

Gramsci e la filosofia. Saggio sui Quaderni del cárcere. Roma: Carocci, 2003.

Filosofia della práxis e Riforma e Rinascimento. In: *Le parole di Gramsci. Per un lessico dei Quaderni del carcere*, Fabio Frosini e Guido Liguori. Roma: Carocci, 2004.

Immanenza e materialismo storico nei Quaderni del cárcere di Gramsci. In: *Quaderni materialisti* n° 5, 2006.

Come dalle strutture nasce il movimento storico? *NAE*. In: *Trimestrale di cultura*, VI n. 18, 2007.

Dialettica e immanenza da Labriola a Gramsci. In: *Dialettica. Tradizioni, problemi, sviluppi*, A. Burgio. Quodlibet, Macerata, 2007.

Come leggere la Miseria della filosofia (e perché tornare a leggerla oggi). In: *Pensare con Marx. Ripensare Marx*, C. Arruzza. Roma: Edizioni Alegre, 2008.

Fabio Frosini analisa os *Cadernos do cárcere* como uma obra inacabada em função da maneira como foi escrita e suas condições. Em 1932, Gramsci começa os *cadernos especiais* e transcreve algumas notas dos outros *Cadernos* para estes. Frosini indaga por que Gramsci transcreve apenas algumas notas? Entre 1930 e 1933/34/35 ocorreram acontecimentos importantes e, ao transcrever os textos, Gramsci escolheu fazer apenas algumas alterações. Por que as escolheu? Para Frosini as notas provisórias dos *Cadernos* devem ser lidas de

maneira dinâmica privilegiando a condição temporal, o caráter provisório sem, contudo, tentar limitar o texto dentro de um modelo.

Na visão de Frosini, Gramsci considera que todo conhecimento é uma ideologia e que a verdade é algo prático que se produz com a interação das ideologias e dos acontecimentos que elas provocam. O neoliberalismo, por exemplo, torna-se verdadeiro, na medida em que consegue transformar o mundo e depositar-se nas relações. É verdadeiro na medida em que é universal (prática). Por essa razão, Gramsci estabelece de maneira dinâmica a correspondência de que nem todas as ideias conquistam a realidade de uma civilização e que a história é algo aberto e apresenta sempre alternativas.

Gramsci acredita na transformação da “*cara do mundo*” e na criação de uma nova verdade. A hegemonia de uma nova cultura só se dá quando expressa uma verdade universal. A natureza humana contém a contradição entre dominados e dominantes e por isso não é unitária. Ao filósofo da práxis cabe traduzir o que vem das massas criando estratégias, para o alcance de realizações. Entretanto, não é possível a existência de uma teoria geral porque ela sempre será falsa e não há uma verdade que seja eterna. O filósofo deve estar convencido que está buscando a verdade e que a filosofia se transformará em ideologia quando seu caráter for verdadeiro, porém sem perder de vista que a produção da verdade tem caráter transitório (Frosini, 2011).

GIORGIO BARATTA

Pesquisador italiano, estudioso do pensamento de Gramsci, foi um dos criadores da “*International Gramsci Society*”, “*IGS Itália*” e da “*Fondazione Istitute Gramsci*”. Baratta (1938-2010) colaborou com vários pesquisadores brasileiros ligados à educação. Foi presidente da “*International Gramsci Society-Itália*”. Nascido em Roma, trabalhou para fundar e dirigir a “*Terra Gramsci*”. Ensinou filosofia na Universidade de Urbino e estudou filosofia do Renascimento e Iluminismo, Husserl, Sartre, o marxismo até chegar a Gramsci tornando-se um orador incansável e um dos pesquisadores mais respeitados.

Participou do *Dizionario gramsciano 1926-1937*, escrevendo sobre vários assuntos. Baratta foi autor de pesquisa e intervenções sobre diversos temas musicais. Foi roteirista do filme “*Gramsci l’ho visto così*”, dirigido por G. Amico e realizou “*New York e il mistero di Napoli. Viaggio nel mondo di Gramsci*” contada por Dario Fo.

Algumas de suas obras:

Le rose e i quaderni. Saggio sul pensiero di Antonio Gramsci. Roma: Gamberetti, 2000.

Lutas de hegemonia na época de americanismo e pós-fordismo. Trad. Giovanni Menegoz. *Novos Rumos.* São Paulo, Instituto Astrojildo Pereira, n. 33, 2000.

Antonio Gramsci in contrappunto. Roma: Carocci, 2007.

Leonardo entre nós. Imagens, sons e palavras na época intermediária. Rio de Janeiro/Brasília: Fundação Astrojildo Pereira & Contraponto, 2011.

Para Giorgio Baratta, ler Gramsci é como encontrar o fio condutor entre o ontem, o hoje e o amanhã. No conteúdo de seu texto encontramos, de maneira entrelaçada, a política, filosofia, ciência, história, literatura, moral, “*pamphlet*” e muitas crônicas que podemos ler de forma circular tentando uma conexão, fazendo analogias onde podemos perceber uma força dialética entre “*gênese e estrutura, entre provisório e definitivo, entre filosofia e jornalismo, entre substância teórica e impulsos práticos*” (Baratta, 2009:§6).

O que torna a leitura dos *Cadernos* fascinante, para Baratta, é precisamente a possibilidade de intervenção, de análise, de complementação para uma melhor compreensão, dando sentido ao que não está definido como no pensar socrático.

Gramsci, ao mesmo tempo em que estudava o folclore, o considerava insuficiente e lutava por uma cultura que fosse superior. Defendia a unificação cultural e política para todos, no entanto respeitava e via no “*sardismo*” uma fonte de cultura possível.

Assim, seu pensamento torna-se gênese e projeto de uma síntese que precisa ser refeita e mediada entre as diversas possibilidades que transitam entre “*verdade e senso comum, entre ciência e consciência social, entre racionalidade e paixão*” (Baratta, 2009:§10).

GIOVANNI SEMERARO

Professor Doutor Adjunto da Universidade Federal Fluminense (UFF) com doutorado em Filosofia Política na Università degli Studi di Padova (1996), doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998) e pós-doutorado na Itália (Universidade de Urbino/Istituto Italiano per gli Studi Filosofici di Napoli 2007-2008), nasceu em 1950. Atualmente é Professor Associado DE da Universidade Federal Fluminense onde leciona Filosofia da Educação na graduação e pós-graduação. É pesquisador do CNPq e coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NUFIPE/UFF).

Algumas de suas obras:

Gramsci e a sociedade civil. Petrópolis: Vozes, 1999.

Da sociedade de massa à sociedade civil: a concepção da subjetividade em Gramsci. In: Educação e Sociedade. Campinas, Cedes, ano X, n. 66, abr. 1999.

O marxismo de Gramsci. In: A. Boito Jr., C. N. Toledo, J. J. Ranieri, P. V. Trópia (eds.).

A obra teórica de Marx: atualidade, problemas, interpretações. São Paulo: Ed. Xamã, 2000.

Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis. Aparecida SP: Ideias & Letras, 2006.

Gramsci e la costruzione dello Stato ético. In: Critica marxista, nº1, Roma, 2008.

Libertação e Hegemonia: Realizar a América Latina pelos movimentos populares. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2009.

Para Semeraro, Gramsci tentou ao longo de sua vida compreender a dinâmica da realidade sociopolítica com a sua complexidade, tanto quanto se envolveu nas lutas das classes trabalhadoras. Apesar da impressão inicial que os *Cadernos* possam provocar, de conter análises fragmentadas, a obra de Gramsci, encerra uma concepção de mundo clara, que contém uma metodologia de investigação e uma teoria do conhecimento inovadora.

O caráter provisório de sua obra, em que cabiam retomadas feitas por ele mesmo, propicia o debate com outros interlocutores e possibilita a sua complementação.

Gramsci valoriza as experiências concretas, a possibilidade de interação com a cultura e o desenvolvimento de uma interlocução. Segundo Semeraro (2006:9), “o projeto de Gramsci mostra que o ‘oprimido’ precisa organizar-se para ‘tornar-se dirigente’ da própria história por meio de uma criadora práxis filosófico-política”.

GUIDO LIGUORI

Filósofo italiano, nasceu em 1954, redator chefe da revista *Critica marxista*, publicação periódica da esquerda italiana de grande importância e professor de Teoria Política Contemporânea na Universidade da Calabria (Itália). Participa da direção da *International Gramsci Society* (IGS) da Itália. Autor de vários ensaios sobre filosofia marxista, pensamento de Gramsci, pensamento político italiano, entre outros.

Algumas de suas obras:

Gramsci conteso. Storia di un dibattito 1922-1996. Roma: Editora Riuniti, 1996.

Um comunista democrático. Folha de S. Paulo, São Paulo: Caderno Mais! 21 nov. 1999.

O pensamento de Gramsci na época da mundialização. Novos Rumos. São Paulo, Instituto Astrojildo Pereira/Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, n. 32, 2000 e *Educação em foco*. Juiz de Fora, v. 5, n. 2, set. 2000-fev. 2001.

Le parole di Gramsci. Per un lessico dei Quaderni del carcere. (org.) Fabio Frosini. Roma: Carocci, 2004.

Gramsci. Guida alla lettura (com Chiara Meta). Milão, Roma: Unicopli, 2005.

Sentieri gramsciani. Roma: Carocci, 2006 /*Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

La morte del Pci. Roma: Manifestolibri, 2009.

Dizionario gramsciano 1926-1937 (com Pasquale Voza). Roma: Carocci, 2009.

Para Liguori (2007:13), Gramsci analisa a realidade histórico-social partindo de uma concepção dialética, onde Estado e sociedade civil devem ser entendidos de maneira que não se possa falar de um sem o outro. A expressão que melhor define a relação “*unidade-distinção*” entre os dois conceitos é de “*Estado ampliado*”, embora Gramsci não a tenha utilizado foi introduzida por Buci-Glucksmann em 1975.

No século XX, o Estado aparece na realidade estudada por Gramsci como seu protagonista. Nos *Cadernos*, a ampliação do Estado aparece em dois sentidos: primeiro a nova relação entre política e economia surgida no referido século sem, no entanto, tornar inválida a tese marxista de determinação do econômico “*em última instância*”. Gramsci vê o Estado como “*expressão da situação econômica*”. O segundo sentido é a compreensão de uma nova relação entre “*sociedade civil*” e “*sociedade política*” que, para Gramsci significa “*lugar de consenso*”, de onde parte a sua teoria sobre hegemonia (Liguori, 2007:14).

Gramsci capta o novo papel do político no século XX, partindo da não separação ontológica entre Estado e sociedade civil, de economia e política. Continua valendo para Gramsci que o Estado e o político estabelecem novas relações com o econômico em função da necessidade do capital superar a sua crise.

Liguori considera Gramsci o maior estudioso da superestrutura, entendida como sociedade civil, mas sem menosprezar o papel determinante da estrutura (Estado), mesmo que considerando uma concepção dialética na relação entre as duas.

GIUSEPPE FIORI

Jornalista sardo, historiador e biógrafo de Gramsci, foi um dos fundadores da IGS-Itália em 1996. Ficou conhecido no mundo todo pela importante pesquisa feita sobre a vida de Gramsci. Fiori (1923-2003) foi Senador três vezes pela “*Esquerda Independente*” (ligada ao PCI).

Segundo Josimar Teixeira, em comentário no site *Gramsci e o Brasil* sobre Fiori, embora sua obra pioneira, na segunda parte, tenha sido ultrapassada pelo avanço das pesquisas, ainda continua sendo uma leitura imprescindível.

Algumas de suas obras:

Antonio Gramsci, life of a revolutionary. Schocken Books, 1973.

Gramsci, Togliatti, Stalin. In: *Saggiari Laterza, volume 4*. Laterza, 1991.

Vida através das cartas. (org.e prefácio) de Giuseppe Fiori. Turim: Einaudi, 1994.

Vida de Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Para Fiori, o trabalho desenvolvido por Gramsci na prisão, caracterizado por apontamentos de memória, as notas breves, os ensaios abertos ainda por finalizar, tornaram-se a sua própria vida, como uma continuação de sua luta revolucionária.

Dos *Cadernos* escritos, à primeira vista parecem escritos fragmentados, com temas interligados dispostos em uma nota breve. Adiante Gramsci retoma o que foi escrito e faz algumas alterações, reescrevendo-os, ampliando ou juntando notas que já havia escrito.

Para ele, os *Cadernos* continuam o ensaio de Gramsci sobre a questão meridional escrito antes da prisão. Neles há o estudo da função dos intelectuais na história da Itália até a unificação; o estudo da filosofia como fundamento teórico da burguesia; a contribuição para elaboração de uma nova concepção de vida.

Fiori descreve que no pensamento de Gramsci cada ordem que é constituída, cada bloco histórico, não se apóia apenas na violência dos dominadores, nem só na capacidade de coerção do Estado, mas se apóia também na adesão, por parte dos governados, a uma determinada concepção de mundo vinda da classe dominante.

IVETE SIMIONATTO

Pós-Doutora em Ciência Política pelo European University Institut-Itália em 2003. Professora titular do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa

Catarina (UFSC), pesquisadora do Centro Sócio-Econômico (CSE) e estudiosa do pensamento de Gramsci.

Algumas de suas obras:

Gramsci: Sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. Florianópolis: Editora Cortêz, 1995.

Estado e Sociedade civil em tempos de globalização. Revista Katálysis, 2004.

A influência do Pensamento de Gramsci no Serviço Social Brasileiro. Belém: Trilhas, 2001.

Do Oriente ao Ocidente: a teoria do Estado ampliado. In: E.L. de Arruda Júnior e N. Borges Filho (eds.). *Gramsci. Estado, direito e democracia*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995.

O social e o político no pensamento de Gramsci. In: Aggio, Alberto (org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Unesp, 1998.

Na concepção de Gramsci, segundo Simionatto (1997), o social e o político são perpassados pelo princípio da totalidade, e não podem estar desvinculados do fator econômico, evidenciando uma relação entre infra-estrutura e superestrutura. Embora a temática sobre as determinações da economia de capital não se faça presente em Gramsci de maneira incisiva, a política não é para ele apenas consequência da economia, mas sim um espaço de mediação entre a produção material e a reprodução que se faz na vida humana. A realidade social, vista dessa forma, é gestada pelo princípio da totalidade que implica considerar o que é específico e determinante de diversos momentos parciais e seus encadeamentos.

LUIZ SÉRGIO HENRIQUES

Editor do site *Gramsci e o Brasil*, que divulga a sua obra Gramsci e publica ensaios de vários autores sobre a política brasileira. Henriques também é tradutor e um dos organizadores, junto com Carlos Nelson Coutinho, da obra de Gramsci no Brasil.

Uma de suas obras:

Antonio Gramsci: depois da queda de todos os muros. In: *Presença*. Rio de Janeiro, n. 17, nov. 1991/mar. 1992.

Para ele, Gramsci se universalizou quando, nos *Cadernos* e nas *Cartas*, conseguiu conceituar os acontecimentos anteriores a novembro de 1926, analisando-os mesmo

provisoriamente. Para que isso fosse possível, o reconhecimento do valor de suas ideias e o desenvolvimento de uma operação de caráter político e cultural do PCI e de seu secretário-geral Togliatti, no sentido de redescobrir Gramsci através de seus escritos, foi fundamental. É claro que esse fato não se deu sem problemas e contradições, até porque se tratava da gestão de textos por um partido político. Aliado a isto, tinha início o período da guerra fria, com dois blocos se contrapondo duramente, o que acirrava tanto as disputas como os esquemas políticos, mas apesar das divergências entre Gramsci e Togliatti e da cultura existente nos partidos políticos de colocar no lado inimigo os que não se adequavam às suas “*linhas evolutivas*”, após a morte de Stalin em 1953, ficou mais fácil admitir o valor universal do pensamento de Gramsci, independente dos limites partidários, e o próprio Togliatti inovou o PCI a partir de uma democracia parlamentar moderna (Henriques, 2005:12).

MARIO ALIGHIERO MANACORDA

Graduado em Letras e em Pedagogia. Posteriormente estudou na Universidade de Frankfurt. Nasceu em 1914, foi diretor das *Edizioni Rinascita*, responsável pelo Comitê Escolar na direção do PCI e integrante pela Seção Pedagógica do *Istituti Gramsci*, diretor da Revista “*Riforma della Scuola Gramsci*”. Colaborou nas questões pedagógicas e escreveu em revistas e jornais sobre o tema.

Algumas de suas obras:

Marx e a Pedagogia Moderna. Roma: Editori Riuniti, 1966.

Princípio Educativo em Gramsci - Americanismo e Conformismo. Alínea, 1976.

História da Educação: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 1989.

Scuola pubblica o privata? La questione scolastica tra Stato e Chiesa. Roma: Editori Riuniti, 1999.

Perché non posso non dirti comunista. Scipioni, 2003.

Manacorda em sua análise enfatiza a importância dada ao tema pedagógico quase sempre presente no pensamento e na vida de Gramsci, o que caracteriza seu interesse pela educação, seja no nível individual, ou como forma de luta política (Manacorda, 2008).

Inicialmente influenciado pela filosofia de Benedetto Croce, Gramsci vai se distanciando paulatinamente daquele pensador italiano, na medida que a práxis política o aproxima cada vez mais ao marxismo. Durante sua trajetória política, idealismo e marxismo permanecem presentes sem grandes conflitos, embora o socialismo assim como o idealismo

tenham sido preponderantes na formação inicial de sua personalidade cultural (Manacorda, 2008:27).

Logo após os primeiros anos vividos em Turim, os acontecimentos políticos o impulsionam para uma direção jornalística e política, onde fica evidenciado em seus artigos, uma preocupação com a questão cultural voltada para o proletariado e sua organização (Manacorda, 2008:30).

VALENTINO GERRATANA

Intelectual italiano, nascido em 1919, responsável pela primeira edição crítica dos *Cadernos do cárcere*, em 1975, durante a segunda guerra mundial, foi um dos promotores da Resistência antifascista em Roma. Participou da reconstrução do PCI, após a queda de Mussolini, e no final da década de 1940 fez parte do conselho de redação da revista *Società*. Ensinou história da filosofia na Universidade de Salerno. Gerratana foi um dos maiores conhecedores do marxismo na Itália no século XX e morreu em 2000.

Algumas de suas obras:

Ricerche di storia del marxism. Roma: Editori Riuniti, 1972.

Quaderni del cárcere. Antonio Gramsci; edizione critica. Torino: Editori Eunadi, 1975.

Gramsci come pensatore rivoluzionario. In: *Politica e storia in Gramsci*, vol. II. Roma: Editori Riuniti, 1977.

Piero Sraffa, *Lettere a Tania per Gramsci/Piero Sraffa*, introduzione e cura. Roma: Editori Riuniti, 1991.

Sulla 'classicità' di Gramsci. In: *Studio in onore di Giovanni Mastroianni*. Bollettino filosofico del dipartimento di filosofia dell'Università della Calabria, nº 10, 1992.

A reforma gramsciana da política. Presença. Rio de Janeiro, nov. 1991-mar. 1992.

Gramsci: Problemi di metodo. Roma: Editori Riuniti, 1997.

Sul futuro de Lenin. In: D. Losurdo & R. Giacomini (orgs.). *Lenin e il Novecento*. Nápoles, 1997.

Para Gerratana, o ensaio escrito por Gramsci, antes de ser preso, sobre a questão meridional é o ponto de partida da investigação iniciada por ele sobre as relações entre cidade e campo e as possíveis alianças feitas pelas classes sociais na Itália, nos primeiros vinte anos do século XX. Esta análise continua nos *Cadernos* com o estudo sobre os intelectuais e o

papel por eles desenvolvidos no país. Nesta pesquisa, a função do intelectual na constituição da história, aparece ultrapassando a análise tradicional, assim como o conceito de Estado, que não é limitado à “*sociedade política*”, como resultado de uma coerção de cunho jurídico, mas sim resultado de uma interação entre a sociedade política e a “*sociedade civil*”, onde a hegemonia de um determinado grupo se dá através de instituições privadas como sindicatos, igrejas, escolas, etc. (Gerratana, 1997).

No Estado moderno, a hegemonia das classes dominantes se processa com o consenso das classes subalternas, que pode ser alcançada através de revoluções do tipo jacobinas ou “*revoluções passivas*”, como aconteceu no “*Risorgimento*”, segundo a concepção de Gramsci, onde a hegemonia era exercida pelos moderados sobre o Partido de Ação.

Desta maneira, o fascismo também é considerado por Gramsci, uma revolução passiva, não apenas por sua forma repressiva, mas também por conter uma tentativa de modernização econômica social em relação ao americanismo e ao fordismo.

São vários os temas que se conectam no conteúdo dos *Cadernos*, e que se reproduzem na edição crítica. Neles podemos perceber uma rica implicação e, ao mesmo tempo, uma incompletude, o que estimula novas pesquisas, como tem ocorrido em vários países.

3.2 – O pensamento de Antonio Gramsci

Quando no cárcere Gramsci resolve escrever sobre alguns temas escolhidos, sua proposta recai na redação de notas provisórias, que seria o esboço de um possível conjunto de ensaios sobre temas relacionados entre si. Seu pensamento evolui em função dos acontecimentos e do material a que tem acesso, muitas vezes limitado. Na opinião de Frosini, é preciso ter cuidado quando se lê e se interpreta Gramsci, acrescentando que a leitura e interpretação devem ser dinâmicas, considerando o fluxo temporal e não esquecendo do seu caráter provisório. O próprio Gramsci, faz uma advertência no início do *Caderno 11*:

As notas contidas neste caderno, como nos demais, foram escritas ao correr da pena, como rápidos apontamentos para ajudar a memória. Todas devem ser revistas e verificadas minuciosamente, já que certamente contêm inexatidões, falsas aproximações, anacronismos. Escritas sem ter presentes os livros a que se referem, é possível que, depois da verificação, tenham de ser radicalmente corrigidas, precisamente porque o contrário do que foi escrito é que é verdadeiro (Cc, 1:85).

Embora Togliatti considere que Gramsci já tenha chegado a Turim como um socialista, talvez “*por instinto de rebelião do sardo e pelo humanitarismo do jovem*

intelectual de província” (Fiori, 1979:98), segundo vários autores, Gramsci teve como uma de suas principais influências na conformação de seu pensamento filosófico, o “*idealismo historicista de Benedetto Croce*”¹⁰ (Fiori, 1979; Buci Glucksmann, 1990; Bottomore, 2001).

Croce foi um dos líderes do movimento de reação antipositivista e de retorno a Hegel, nas primeiras décadas do século XX, junto com Giovanni Gentile (Gramsci, 2005a). Esta posição influencia o pensamento gramsciano, especialmente na relação entre economia e política, conforme assinala Liguori:

Gramsci registra (sob a aparência de um retorno a Hegel) uma novidade histórica: a novidade da relação entre economia e política no século XX, a ampliação da intervenção estatal na esfera da produção, a obra de organização e racionalização com que o político se vincula à sociedade e em alguma medida a “produz” (Liguori, 2007:145).

Além da influência de Croce sobre o pensamento de Gramsci, Giovanni Gentile, filósofo italiano que no período do governo fascista, entre 1922 e 1924, foi ministro da Instrução Pública e responsável por uma reforma no sistema educacional italiano, também foi uma de suas referências (Cc, 2).

Croce teve um papel fundamental na cultura italiana na metade do século XX e, como crítico, teve grande influência na mudança de pensamento da cultura italiana (Bianchi, 2007; Cc, 2; Gramsci, 2005a). Hegel havia introduzido a dimensão da história no cerne da filosofia e considerava o homem como o único ator capaz de construir e transformar o Estado. Segundo Vargas (2008), a análise feita pelo professor italiano Domenico Losurdo em “*Os primórdios de Gramsci: entre o Risorgimento e a I Guerra Mundial*”, bem demarca a influência sobre Gramsci e sua superação:

A adesão de Gramsci ao marxismo é interpretada por Losurdo mais como uma continuidade do que como uma ruptura de um pensamento originalmente idealista-liberal (fundado na tríade Hegel-Croce-Gentile). Ela se deu no contexto de acontecimentos históricos, tais como a Primeira Guerra Mundial e a Revolução russa, que acabaram por antagonizar liberais e socialistas. E aí se explicaria por que a educação - um tema no âmbito da cultura e não da economia - desperta-lhe especial interesse, permitindo superar um dos principais limites do pensamento marxista então dominante: o “economicismo”. Ao negar a prevalência e determinação da estrutura sobre a superestrutura, Gramsci percebeu a relevância da educação no processo de transformação social. Fazendo uso dos argumentos de Losurdo, a importância que Gramsci deu à cultura deve-se ao seu passado idealista-liberal. Como Marx e Engels tinham feito com a filosofia clássica alemã, Gramsci soube herdar, incorporar e superar dialeticamente a influência que recebeu da filosofia de Croce e Gentile (Vargas, 2008, §4).

O próprio Gramsci em uma de suas cartas¹¹ faz referência ao período em que ele, assim como outros intelectuais da época, nos primeiros 15 anos do século XX, participava “*do movimento de reforma moral e intelectual promovido na Itália por Benedetto Croce*” e faz uma crítica aos intelectuais neoconvertidos que se tornaram religiosos sendo seguidores do idealismo crociano e gentiliano (Gramsci, 2005:72).

Para Gramsci, a maior contribuição dada pelos intelectuais modernos italianos à cultura mundial foi o principal ponto defendido por Croce, de que o homem moderno pode e deve viver sem religião, e diz: “*me parece uma conquista civil que não deve ser perdida*” e atribui o sucesso das suas obras, ao seu estilo prosador. Além disso, para Gramsci, Croce teria também a qualidade de expressar com grande simplicidade e igualmente, com grande rigor, determinado tema, que normalmente para outro seria de difícil expressão, além da capacidade de fazer circular de maneira singela e despretensiosa sua concepção de mundo em um conjunto de breves escritos que são absorvidos pelas pessoas, sem que muitas vezes, seja percebido (Gramsci, 2005:72).

No ano de 1932, Gramsci no *Caderno 10* faz uma crítica a Croce em relação ao seu posicionamento sobre a influência da filosofia da práxis no seu pensamento e se refere ao período em que ele, Gramsci, havia escrito, em 1917, que, da mesma maneira, a filosofia da práxis era a tradução do hegelianismo para uma linguagem historicista. Em alguma medida, a filosofia de Croce podia servir para uma retomada da filosofia da práxis para aqueles tempos. Gramsci evidencia que, naquela época, não estava claro para ele a unidade entre teoria e prática e entre filosofia e política e sua posição era ainda muito imatura (Cc, 1).

A entrada na Universidade desperta em Gramsci o interesse pela investigação e pela precisão. Cria assim o “*hábito da severa disciplina filológica*” e o “*fornecimento de escrúpulos metodológicos*” como ele mesmo define em uma carta da prisão (Fiori, 1979:95).

O socialismo de Gramsci difere do socialismo ideologicamente positivista que se via naquela época, o que de início afasta Gramsci dos círculos socialistas.

Ao compreender a ambiguidade que continha a idéia de independência da Sardenha e superar o “*sardismo*”, Gramsci consegue, como poucos, unir a experiência da realidade de sua região com a forma de pensar que conhece agora. Não se limita aos pensamentos de sua juventude, que encerrava o desejo de ver a Sardenha independente e nem absorve com passividade a tendência política corporativista da época. Seu passado não se perde e encontra,

como socialista, novas respostas para as necessidades que sua experiência como sardo lhe traz (Fiori, 1979).

Sua crítica à visão da filosofia de Croce ao marxismo o fez ultrapassá-la para alcançar um “*marxismo moderno*”, o que lhe permitiu “*tornar-se um homem contemporâneo de sua época*” (Manacorda, 2008:27).

Segundo Manacorda (2008), apesar da influência de Croce na formação inicial do pensamento de Gramsci, sua preocupação pedagógica não é puramente croceana, mas acrescida de um sentimento de rebeldia social existente em seu ser, assim como do pensamento socialista sempre presente.

Gramsci não separa pedagogia e política e denuncia o privilégio de classe que a escola de sua época representa. Apesar das muitas identificações com os idealistas, Gramsci se individualiza a partir do envolvimento com os trabalhadores de Turim, com a experiência da Revolução russa e com o leninismo que o fazem se distanciar do idealismo. Manacorda (2008:38) ressalta o que representa para Gramsci o exemplo da experiência soviética onde pensamento e prática se aproximam.

Neste capítulo sintetizamos seu pensamento, segundo algumas categorias de análise selecionadas por nós, de modo a sistematizar sua filosofia. Consideramos as seguintes categorias: Marxismo e Filosofia da Práxis // Estado, Sociedade Civil e Sociedade Política // Hegemonia // Ideologia // Cultura, Concepção de mundo, Senso comum e Trabalho como princípio educativo // Intelectuais // Organizações (Partido, Sindicato, Fábrica, Comissões, Conselhos). Para evitar superposições de conteúdos, optamos por dar ênfase, em cada um dos tópicos, à categoria que sobressai.

Marxismo e Filosofia da Práxis

Segundo Frosini, em 1931, já no cárcere, Gramsci percebe que existem dois neoidealismos na Itália, um de Croce e outro de Gentile, que se diferenciam não só pela adesão de Gentile ao fascismo, mas na formulação dos fundamentos das duas teorias e na maneira como eles pensam a “*imanência do pensamento ao mundo histórico*”. Gramsci faz a distinção e a interpreta considerando a realidade social do momento, quando surge uma sociedade de massas e a necessidade de se avaliar a hegemonia da sociedade burguesa que se vê mergulhada em uma “*crise orgânica*” (Frosini, 2010:267).

Frosini, em seu estudo dos *Cadernos* constata que a crítica feita por Gramsci ao pensamento de Croce foi evoluindo gradativamente até chegar na “*virada da primavera de 1932*”, inaugurando uma nova direção à sua pesquisa filosófica (Frosini, 2010:278; Cc, 1:317).

Para Frosini, o que inicialmente seria uma pesquisa sobre o materialismo histórico e seu desenvolvimento, com o objetivo de contribuir para sua renovação, torna-se uma crítica ao pensamento de Croce. Naquele momento, o marxismo passava por um revisionismo duplo, tanto por parte do idealismo de Croce, quanto do materialismo determinista de Bukharin. Essa opção de Gramsci provavelmente se dava em função dos últimos acontecimentos na União Soviética, que poderiam ser interpretados como um debate filosófico no âmbito da crise do marxismo, que na época seguia a linha de interpretação teórica de cunho mecanicista de Bukharin (Frosini, 2011).

Segundo Bianchi (2008), Frosini aponta que, em virtude de escassas informações, Gramsci, depois de 1932, acreditava que a União Soviética estivesse passando pela superação de uma fase da ideia mecanicista do marxismo, para uma concepção mais próxima do que seria admitir a unidade entre teoria e prática. Bianchi, a propósito do que considera uma interpretação bizarra de Gramsci, alerta sobre a limitação de informação imposta pelo cárcere e, ao mesmo tempo, evidencia esse momento como o ápice do desenvolvimento da investigação filosófica de Gramsci (Bianchi, 2008).

O marxismo estava em crise, e essa crise era protagonizada, segundo Frosini (2011), pelos representantes do idealismo na Europa. Na Segunda Internacional prevalecia um marxismo determinista que acreditava que os modos de produção, considerando as etapas vividas pela humanidade, obedeciam a uma sequência temporal iniciada pelo escravismo, passando pelo feudalismo, depois capitalismo, e que iria, de qualquer forma, chegar ao comunismo. Pensando assim, não eram propostos caminhos claros e, para Frosini, ficavam as questões: Como se pode fazer política em uma situação em que não se apontam direções? Como pensar a relação da política com a história?

Frosini coloca que Gramsci parte de Antonio Labriola (1843-1904), filósofo italiano marxista, para o aprofundamento de sua reflexão sobre o marxismo, já que este o valoriza como uma teoria auto-suficiente, autônoma, que não necessita de nenhuma outra que lhe dê sustentação. A partir da revalorização do marxismo suscitada por Labriola, a práxis passa a ocupar o lugar de categoria central desta teoria. É desse ponto que parte Gramsci, do

marxismo como teoria não desvinculada de uma prática, onde é possível uma mudança ideológica, com a substituição de todas as relações existentes de uma cultura (Bianchi, 2008).

Em relação à filosofia da práxis, Gramsci (Cc, 1:143) a considera como:

[...] uma filosofia integral e original que inicia uma nova fase na história e no desenvolvimento mundial do pensamento, na medida em que supera (e, superando, integra em si os seus elementos vitais) tanto o idealismo quanto o materialismo tradicionais, expressões das velhas sociedades. Se a filosofia da práxis é pensada apenas como subordinada a uma outra filosofia, é impossível conceber a nova dialética, na qual, precisamente, aquela superação se efetua e expressa.

A Revolução russa representava a práxis como a conquista pelas classes subalternas de uma organização de suas demandas e, como consequência, havia pela primeira vez um Estado da classe operária. Esse panorama propiciava a reação da cultura moderna contra o marxismo representada na Itália por Croce. O pensamento idealista, que tinha a concepção da história como história ético-política, para Gramsci não deveria ser apenas rejeitado, mas sim ser analisado atentamente, por representar “*uma reação ao ‘economicismo’ e ao mecanicismo fatalista, embora se apresente como superação destrutiva da filosofia da práxis*” (Frosini, 2011; Cc, 1:305).

Bianchi (2008:60-61) ressalta a contradição existente no desafio de Gramsci de se contrapor ao “*duplo revisionismo*”. O marxismo havia sido absorvido pelo idealismo, em função de sua força teórica e política. Dessa maneira, passou a fazer parte da cultura daquela época e do “*senso comum*” tornando-se referência para uma parte da intelectualidade. Entretanto, ao ser absorvido, perdia o caráter revolucionário e assim provocava a necessidade do seu desmembrar, como o fazia Croce e Gentile. O marxismo perdia sua força ao ser combinado com outras teorias que nada tinham em comum com a sua concepção de mundo.

Gramsci nos fala do “*conceito fundamental*” de que a filosofia da práxis “*basta a si mesma*” porque em sua estrutura encontramos todos os conceitos que são fundamentais para a construção de uma concepção de mundo que é integral e completa:

A filosofia da práxis não tem necessidade de sustentáculos heterogêneos; ela mesma é tão robusta e fecunda de novas verdades que o velho mundo a ela recorre [...]. É possível dizer que uma grande parte da obra filosófica de B. Croce representa esta tentativa de reabsorver a filosofia da práxis, incorporando-a como serva da cultura tradicional (Cc, 1:152-153).

Não é por acaso e nem só para fugir da censura do cárcere que Gramsci substitui no texto a palavra marxismo e materialismo histórico por filosofia da práxis. Havia nesta escolha,

como Frosini (2011) supõe, um conteúdo significativo do que representava para Gramsci o materialismo histórico. Para ele, a filosofia da práxis representou um momento da cultura moderna e

[...] pressupõe todo este passado cultural, o Renascimento e a Reforma, a filosofia alemã e a Revolução Francesa, o calvinismo e a economia clássica inglesa, o liberalismo laico e o historicismo, que está na base de toda a concepção moderna da vida. A filosofia da práxis é o coroamento de todo este movimento de reforma intelectual e moral, dialetizado no contraste entre cultura popular e alta cultura (Cc, 4:37).

Para Gramsci, as filosofias que surgiram na história da humanidade são o resultado ou a manifestação das contradições que inquietaram a sociedade. Isso não significa que toda filosofia expresse conscientemente essas contradições, mas de uma forma ou de outra, expressam a unidade do espírito humano (história e natureza). Por esse motivo, o homem exerce o papel de criador da história transformando as filosofias em ideologias (Cc, 1).

Gramsci acha que Hegel teve um papel ímpar, na medida em que, através do seu sistema, foi possível compreender a realidade e tomar conhecimento das contradições. Desse lugar partiu Marx superando o idealismo de Hegel, ao compreender as contradições como expressões de um momento histórico e por oferecer ao filósofo o papel de portador da contradição o que, conseqüentemente, faz dele aquele que transforma contradição em conhecimento, e logo, ação. A filosofia da práxis, deste ponto de vista, não é uma ideologia de mão única e não se fanatiza, estando totalmente consciente de suas contradições (Cc, 1; Bianchi, 2008).

Semeraro (2005:30), ao discorrer sobre pragmatismo e filosofia da práxis, sintetiza

[...] para Gramsci filosofia da práxis é a atividade teórico-política e histórico-social dos grupos “subalternos” que procuram desenvolver uma visão de mundo global e um programa preciso de ação dentro do contexto em que vivem, com os meios que têm à disposição, visando a construir um projeto hegemônico alternativo de sociedade.

O conceito de filosofia e a relação com essa prática na sociedade eram incômodos para Gramsci, que via em cada pessoa um filósofo. Considerava fundamental acabar com o preconceito existente em relação à filosofia como área de estudo difícil, ficando restrita a uma ínfima parcela da população. Como filósofo, toda pessoa tem uma prática que contém “*uma concepção de mundo*”, uma filosofia. Outra questão importante para Gramsci é a forma como se reproduz a concepção de mundo na sociedade, isto é, existe consciência crítica no

pensamento ou é mera repetição de conteúdo? A participação nessa concepção é uma escolha ou é imposta por algum grupo, seja religioso, social, territorial, etc. (Cc, 1:93).

Liguori (2007:132) nos fala do “*sujeito gramsciano*” como um “*sujeito coletivo*” que “*não é livre em sentido absoluto*”. Gramsci desenvolve seu pensamento através do tempo e, mais maduro, chega ao sujeito que pode escolher, mesmo dentro de um limite e de um campo de forças que atuam e apontam quais as possíveis escolhas, que estão circunscritas em um raio menor, segundo o contexto histórico em que se encontram.

De qualquer maneira, para Gramsci, nossa concepção de mundo está sempre atrelada ao grupo a que pertencemos e em que reproduzimos as crenças e pensamentos, partilhando das mesmas concepções. Dentro do grupo somos o que Gramsci chamou “*homens-massa*”, “*homens-coletivos*”, “*conformistas de algum conformismo*”, sem que isso represente a perda da força ou da capacidade de reação (Cc, 1:94). O problema está em saber a que grupo de conformismo pertencemos. Sem consciência crítica e sem coerência, é possível pertencermos a múltiplos conjuntos de “*homens-massa*” que se contrapõem com conceitos antagônicos entre si. É importante desenvolvermos um senso crítico de nossa própria concepção do mundo, em busca de coerência e de unidade para então elevá-la ao ponto mais desenvolvido do pensamento mundial (Liguori, 2007).

Liguori (2007:133) lembra que isso não quer dizer que não temos “*responsabilidade individual*”, no entanto não é possível, para Gramsci, depositar na “*vontade*” um peso ético e de norma. A vontade ocupa lugar político onde o coletivo predomina e a “*liberdade moral*” fica limitada.

No pensamento gramsciano, o envolvimento com uma concepção de mundo pode se dar de várias maneiras e não só passivamente. Quando ela não é imposta, é possível uma participação ativa do sujeito na construção da história do mundo, sendo ele próprio o seu guia (Bianchi, 2008).

Gramsci pensa na concepção moral de uma determinada época e na sua dissolução como anúncio de uma nova concepção. Muitas vezes na história, uma moral se mantém, embora sua concepção já não mais satisfaça, no entanto se mantém pela hipocrisia e pela coerção. Quando, por outro lado, tudo se justifica pelo “*ambiente social*”, tem-se que:

Embotar-se, assim, todo sentido de responsabilidade individual e se diluir toda responsabilidade individual numa responsabilidade social abstrata e inalcançável. Se este conceito fosse verdadeiro, o mundo e a história seriam sempre imutáveis. Com efeito se o indivíduo, para mudar, tem necessidade de que toda a sociedade mude antes dele, mecanicamente, por meio de sabe-

se lá qual força extra-humana, nenhuma mudança jamais aconteceria. Ao contrário, a história é uma contínua luta de indivíduos e de grupos para mudar aquilo que existe em cada momento dado [...] (Cc, 4:54).

Segundo Semeraro (2003:262), Gramsci em suas reflexões mostra que o “*oprimido*” deve se organizar para conseguir “*tornar-se dirigente*”. A sua história deve ser criada a partir de uma práxis filosófico-política que subverta a concepção usual de uma “*política-potência*”, caracterizada pela violência, e faça uso de estratégias que lhe possibilite: uma crítica que permita um distanciamento da realidade; uma ação política que lhe dê autonomia; a conquista de uma representação cultural na sociedade, que seja própria; e a construção participativa de um projeto de sociedade onde as demandas populares possam estar articuladas com os interesses nacionais e internacionais.

Frosini (2011) enfatiza a transitoriedade da filosofia da práxis, defendida por Gramsci, já que não há uma verdade eterna, cabendo a cada filósofo o convencimento de que está buscando a verdade. O filósofo da práxis tem que estar dentro das massas, e estabelecer com ela uma relação. Deve ser capaz de traduzir os sonhos em estratégias, não utópico, mas força real presente. As ideias nascem no terreno das necessidades e não é possível fazer previsões, correndo o risco de cair no terreno da utopia. No entanto, a utopia, para Gramsci, pode ter um valor filosófico na medida que tem um valor político, não sendo só negativa.

A religião, para Gramsci, é um exemplo de utopia com valor filosófico e conseqüentemente político. Apesar de utópica, ela tem o poder de animar as massas quando tenta conciliar as contradições da realidade. Ao estabelecer que somos todos iguais, que temos a mesma “*natureza*”, e que Deus é a “*autoconsciência da humanidade*”, a religião provoca uma tomada de consciência, na medida em que o homem percebe que nem todos são iguais, nem são irmãos e nem livres. A partir daí, os desejos de igualdade, fraternidade e liberdade foram instigados nos homens e todas as revoltas radicais, tiveram como reivindicação essas mesmas ideias. Aí está o potencial político, filosófico da religião (Cc, 1:205).

As reflexões de Gramsci, em 1930, sobre o “*Ensaio Popular*” de Bukharin no *Caderno 4*, segundo Manacorda (2008), além de confirmar a independência e a originalidade da filosofia da práxis, afirma a rejeição a uma cultura científica que tem a pretensa intenção de encontrar soluções para todos os problemas da sociedade. Critica a sociologia como tentativa de usar os mesmos critérios que utilizam as ciências naturais para explicar a sociedade, isto é, a sociologia cria “*leis de evolução da sociedade humana*”, contando em “*prever o futuro*” (Cc, 1:149). Já a filosofia da práxis:

[...] se realiza no estudo concreto da história passada e na atividade atual de criação de uma nova história. Mas é possível elaborar a teoria da história e da política, já que, se os fatos são sempre individuais e mutáveis no fluxo do movimento histórico, os conceitos podem ser teorizados; de outro modo, nem mesmo se poderia saber o que é o movimento ou a dialética [...] (Cc, 1:151).

A filosofia, para Gramsci, não pode se limitar a uma ciência do homem que o conceba a partir da unidade e o generalize. A unidade do homem não pode ser avaliada pela sua natureza “*biológica*” nem pelo fato do homem raciocinar. Não é o pensamento que aproxima ou diferencia o homem, mas sim o que ele pensa. Assim é preferível dizer que “*a natureza humana é o conjunto das relações sociais*”, o que possibilita “*a ideia do devir*”: o homem, “*transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais*” (Cc, 1:245).

Gramsci defendeu o marxismo de ser interpretado como uma teoria subordinada ao idealismo ou a teoria geral materialista. Para ele, a filosofia da práxis encerra uma originalidade de conteúdo e de método que além de superar as filosofias anteriores, “*abre um caminho inteiramente novo, isto é, renova de cima para baixo o modo de conceber a própria filosofia*” (Cc, 1:154). Talvez, Croce não tenha entendido esse novo caminho. Para Frosini (2010), ele absorve alguns temas do marxismo para depois desprezá-lo. Parte do revisionismo e publica alguns ensaios sobre Marx e depois desmonta o edifício do marxismo. Sua intenção é que, no contexto do surgimento da nova sociedade de massas, ideologia e filosofia não se identifiquem e, conseqüentemente, o papel do intelectual e seu trabalho permaneçam separados do Estado. Croce morreu em 1952 com a obsessão de mostrar que o marxismo estava morto.

Estado, Sociedade Civil e Sociedade Política

Para melhor entendermos o acréscimo dado por Gramsci à teoria do marxismo, é importante a compreensão do conceito de Estado, sociedade civil, sociedade política e muitas outras categorias que aparecem nos *Cadernos*. Não é tarefa fácil separá-las, considerando que no pensamento desenvolvido por Gramsci existe sempre uma interdependência e uma conexão entre elas. O esforço empreendido nesta separação conceitual tem um caráter puramente sistematizador e didático.

De forma bem simplificada, Gramsci (Cc, 3:244) assinala que o “*Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção*”.

Em seu livro “*Roteiros para Gramsci*”, Liguori faz um estudo sobre o conceito de Estado encontrado em Gramsci e discute a concepção de um Estado ampliado, expressão não utilizada por Gramsci. Ele enfatiza que o marxismo gramsciano se caracteriza, principalmente, pela reelaboração do nexo “*estrutura-superestrutura*”, revalorizando a função das superestruturas que, na sua concepção, coincidem com as ideologias. Gramsci vê no marxismo a possibilidade de uma iniciativa do sujeito que seja revolucionária abominando uma “*visão política mesquinamente reformista*” e economicista do marxismo (Liguori, 2007:168).

Embora Gramsci use várias vezes nos *Cadernos* as palavras “*sociedade civil*” e “*Estado*”, separadamente, no estudo de Liguori elas foram consideradas de maneira conjunta. Essa escolha se deu em função de que para Gramsci parece claro existir na “*realidade histórico-social*” uma implicação de Estado e sociedade civil tão sugestiva de unidade, que só pode ser entendida se analisada em conjunto. Alguns autores modernos imprimem ao conceito de sociedade civil uma marca antiestatal e caracterizam o momento atual como uma perda de força do político-estatal diante da economia mundializada. A consideração de que este fenômeno é um passo próximo à libertação é reflexo de uma leitura equivocada dos *Cadernos* de Gramsci, o que desqualifica o conceito gramsciano de “*Estado ampliado*” (Liguori, 2007:13).

Para Gramsci, é no espaço da sociedade civil que se dá a luta de classes, onde o sujeito social se expressa e combate, na tentativa de alcançar a hegemonia, o que faz com que esse sujeito não esteja na posição antagônica em relação ao Estado, mas junto à sociedade política representada por “*Estado-coerção*”, desempenhando um papel insubstituível nesta construção (Liguori, 2007:54).

Bianchi (2008:178) percebe na definição gramsciana de Estado uma concepção que vai além da coerção, onde tem espaço o consenso. A sociedade política ocupa um lugar bem definido de aparelho de governo com função de administrar diretamente e de coagir quando não há consenso e Gramsci a chamou de “*Estado político*” ou “*Estado-governo*”. Com essa definição tem-se na sociedade política a forma coercitiva, embora nem só de coerção se limite a política.

Coutinho (2006), também em sua pesquisa sobre o conceito de sociedade civil dos *Cadernos*, observa, assim como Buci-Glucksmann e Liguori, que Gramsci amplia o conceito de Estado da teoria marxista, sem com isso se contrapor a ela. Para Marx, a origem do Estado,

está na divisão de classes existente na sociedade. O término dessa divisão marcaria o término do Estado, já que sua função é manter e reproduzir esta divisão colaborando para que o interesse de uma determinada classe fique assegurado, impondo-se como sendo interesse de todos.

Assim, Marx via o Estado com um papel sempre impositivo, operando através de seus aparelhos coercitivos. Para Coutinho, o que provavelmente levou Marx a essa percepção de Estado foi o contexto vivido por ele, em que a manifestação dos trabalhadores era reduzida a um pequeno número, com mobilizações na maioria das vezes clandestinas e pouca participação na vida política.

Algum tempo depois, a realidade já se modificara com o fortalecimento da organização dos trabalhadores, o surgimento de partidos populares e outras conquistas, possibilitando a Gramsci um acréscimo à teoria de Marx. A sociedade se modificava e surgia uma esfera social que até então não existia. Gramsci percebe esse fato e, em uma análise sobre Hegel no *Caderno 1*, mesmo antes de nomear “*sociedade civil*”, datada provavelmente de 1929, referida por Coutinho, deixa evidenciada a mudança ocorrida pelo processo de socialização que acontecia na política, proveniente do capitalismo no Ocidente, e a impossibilidade de Hegel e Marx terem vivido essa experiência (Coutinho, 2006:33).

Justamente nessa nova sociedade capitalista, mais complexa, é que se encontra o que Gramsci chamou, inicialmente, de “*trama ‘privada’ do Estado*”, e que será mais tarde chamada por ele de “*sociedade civil*”, onde as relações de poder se amplificam ocupando uma dimensão importante. Seu espaço é ocupado pelas organizações, onde a participação é voluntária e está amparada pelo consenso. Assim, o Estado, concebido por Marx como sendo determinado pelos aparelhos da “*sociedade política*”, não perde seu espaço, mas recebe de Gramsci mais uma determinação que inclui os aparelhos da “*sociedade civil*” (Coutinho, 2006:34).

Para Frosini, nesta concepção, o Estado sai da condição de só ser governo e se amplia incluindo todas as associações explícitas ou implícitas que formam a sociedade civil. A classe dominante ganha o consenso dos subalternos de forma voluntária (Frosini, 2011).

Semeraro diz que Gramsci, indo além de Marx, percebe que o Estado quando “*recriado em suas bases populares e democráticas, pode tornar-se um fator de unidade e de propulsão nas mãos da classe trabalhadora*”. A questão é então, para Gramsci, criar uma nova concepção de Estado que, partindo de um novo espaço democrático de poder da

sociedade civil onde habitam as contradições, os grupos “*subalternos*”, situados no “*emaranhado contraditório, pluriforme e dinâmico da sociedade civil*”, propicie estratégias políticas inovadoras, não necessariamente recorrendo à “*guerra de movimento*” e à violência (Semeraro, 2006:166-167).

Gramsci parte do novo papel do Estado e o desenvolve, segundo Liguori (2007), em dois eixos. O primeiro diz respeito à nova relação que se estabelece entre economia e política no século XX. No entanto, apesar da novidade, a tese de Marx em relação ao papel determinante do econômico não se perde. O segundo eixo nos fala do conceito limitado de Estado quando equiparado com o conceito de sociedade política, entendida como imposição ou ditadura, não considerando-o como resultado de um equilíbrio entre sociedade civil e sociedade política. Esse equilíbrio, também para Gramsci, pode se traduzir como a hegemonia de um grupo sobre toda a nação, exercida através de organizações privadas como a escola, igreja, associações, partidos políticos e outras. Nesse momento, em função do estudo de Gramsci sobre os intelectuais, aparece a sua teoria de hegemonia não desvinculada do novo conceito de Estado.

Para Bianchi (2008:179), o conceito de sociedade política encontrado em Gramsci é bem claro e mantido como sendo a parcela do Estado que exerce a administração direta e é responsável pela prática legal da coerção, quando necessário. Já o conceito de sociedade civil é mais complexo e nem sempre muito preciso, dando margem a interpretações diversas. No *Caderno 6*, citado por Bianchi, Gramsci utiliza as expressões “*aparelho hegemônico de um grupo social*” se referindo ao “*conjunto de organismos*” que compõem a sociedade civil. Entendido assim, não são apenas as “*concepções de mundo*” que estão em disputa, a luta se dá também entre os aparelhos que apóiam materialmente as ideologias (Cc, 3:253).

A função principal desses aparelhos hegemônicos, como organismos que são, apontados por Bianchi (2008), é a de conseguir alcançar um consenso, seguido da adesão da maioria da população em relação à orientação dada pelos grupos dominantes. No entanto, esses organismos não são iguais e a luta entre os diversos grupos sociais fica evidenciada aparecendo através dos aparelhos hegemônicos. Muitos autores, partindo desta conceituação, consideram a sociedade civil apartada do Estado e portadora de um potencial progressista e transformador. Apesar de alguns autores conferirem a Gramsci um papel reformista e/ou liberal, por atribuírem a ele a sugestão de uma estratégia política que seria a de ocupar espaços na sociedade civil, segundo Bianchi (2008:180), isso não procede e que o importante

para Gramsci é a possibilidade “*da criação de novos espaços autônomos das classes subalternas e da negação dos espaços políticos das classes dominantes*”.

Outro ponto importante levantado por Bianchi (2008:183) é o segundo sentido dado por Gramsci ao conceito de sociedade civil que está vinculado à atividade econômica, onde estão os interesses materiais, a propriedade privada e tudo o mais que represente a economia de uma sociedade. Sendo assim, sociedade civil, por um lado está representada por um “*conjunto de organismos privados*” que buscam o consenso e, por outro lado, está no centro da atividade econômica em que “*mantém uma relação unidade-distinção com a sociedade política*”.

Coutinho (2006) também enfatiza a inclusão feita por Gramsci dos “*aparelhos privados de hegemonia*” que aparecem na carta a Tatiana onde diz:

[...] eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo também leva a certas determinações do conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.), e é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais (Gramsci, 2005a:84).

Na interpretação feita por Liguori (2007), o papel do Estado, visto por Gramsci, torna-se complexo por ter que operar na sua composição, dialeticamente, com a força e o consenso. Na história do Ocidente predominou o consenso, embora a presença da força tenha ocorrido em inúmeros momentos. Para Gramsci, a economia continua sendo a mola propulsora do modo de produção capitalista e ele considera a divisão entre estrutura e superestrutura, apenas metodológica e não orgânica. Conforme suas próprias palavras, segundo Liguori, extraídas do *Caderno 4*

[...] especula-se [...] sobre a distinção entre sociedade política e sociedade civil e afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e a sociedade política não deve intervir na sua regulamentação. Mas na realidade esta distinção é puramente metodológica, não orgânica, e na concreta vida histórica sociedade política e sociedade civil são uma mesma coisa. Por outro lado, também o liberalismo deve ser introduzido por lei, isto é, por intervenção do poder político (Liguori, 2007:45).

Fica evidenciado, para Liguori (2007:45-46), a integração entre economia, política e sociedade. Estado e sociedade civil “*não são realidades autônomas e a ideologia liberal, que*

as representa como tais, é explicitamente negada". Mesmo sem utilizar a expressão, aqui aparece o conceito de "*Estado ampliado*" de Gramsci.

No contexto daquelas primeiras décadas do século XX, Gramsci percebe que o Estado e o político necessitam criar parâmetros novos de relação com o econômico para a superação da crise do capitalismo. Para isso são criadas estratégias, como as intervenções estatais, tanto na produção como na poupança, como é feito na sociedade socialista, só que com propósitos diferentes.

Como foi visto, Gramsci propõe a redefinição do nexos estrutura e superestrutura em função do valor atribuído e redimensionado do papel das superestruturas, que são as ideologias. Assim, contrariamente ao pensamento da Segunda e Terceira Internacional que julgavam o marxismo como determinista e economicista, Gramsci revalorizava o papel do sujeito e sua "*liberdade*", na medida em que acreditava ser possível uma atitude política que pudesse ser revolucionária (Liguori, 2007:168).

No marxismo considerado "*vulgar*" é atribuído à história da teoria marxista um caráter fatalista e determinista, que não deixa espaço para a concepção dialética existente na teoria de Marx. Na crítica que faz ao "*Ensaio Popular*", Gramsci coloca que admite ser a dialética alguma coisa muito difícil e pesada do ponto de vista psicológico, já que quando se pensa dialeticamente confrontamos com o "*vulgar senso comum*", que necessita de certezas e vive de dogmas, estando representado pela lógica. A atitude de capitulação "*diante do senso comum e do pensamento vulgar*" levou Bukharin a errar ao negar a teoria da política e da história da filosofia da práxis (Cc, 1:143-144).

Para Gramsci o Estado é a expressão da situação econômica, embora não a produza, e a ele é atribuído o papel de fazer com que a sociedade civil se adapte ao modelo econômico vigente (Liguori, 2007).

Ao avaliar a estrutura, a superestrutura, a economia, a política e a cultura, Gramsci não o faz de maneira separada, mas, ao mesmo tempo, garante a autonomia entre elas. Isto significa manter todos os aspectos que atuam na realidade, unindo dialeticamente política e sociedade; economia e Estado. Na relação dialética entre Estado e sociedade, diferentemente de Marx, que pensa esta relação partindo da sociedade, Gramsci parte do Estado, mas os dois sabem que o lugar ocupado pela sociedade civil não é um lugar fácil de consenso, nem de democracia (Liguori, 2007). Além disso, distintamente de Marx, Gramsci considera necessária a existência do Estado.

Gramsci absorve o conceito de sociedade civil de Marx como sendo o lugar das relações econômicas, mas coloca também nesse espaço as relações políticas e ideológicas, considerando o momento e as mudanças históricas ocorridas depois de Marx (Liguori, 2007).

Na pesquisa feita por Liguori (2007) dos *Cadernos*, ele observa que Gramsci repete, várias vezes, a proximidade entre Estado e sociedade civil e que o Estado representa a hegemonia de uma classe, equacionando, através da lei, seus interesses e os do grupo que lhe é subordinado, cuidando para que sejam priorizados os interesses hegemônicos. Dessa forma, percebe-se que o que Gramsci acrescenta à teoria de Marx ocorre em função das novas relações que foram sendo estabelecidas entre economia e política na realidade do século XX. A política penetra no campo da economia e o social se transforma em questão política, e ao ampliar o conceito de Estado, Gramsci amplia também o conceito de política colocando a sociedade civil em um lugar de disputa de poder, repleto de contradições, mas que mantém uma certa autonomia em relação à sociedade política que é representada pela coerção.

A este respeito, Coutinho (2006) descreve duas diferenças para sociedade civil e para sociedade política que, juntas, constituem o Estado. A primeira diferença diz respeito à função, que é a de organizar o social. Na visão de Coutinho, para Gramsci a economia é determinada ou mantida em razão de uma classe social que tem seus interesses atendidos. Para que esse processo tenha sucesso, as classes sociais tentam através da sociedade civil ganhar adeptos para conquistar ou manter a sua hegemonia, mediante consenso. Já a sociedade política tem como função a dominação através da coerção. Foi a esta parcela repressiva do Estado que Marx, com Engels e Lenin, mais se preocuparam.

A segunda diferença diz respeito à “*materialidade social*”, isto é, para que a sociedade política se sustente conta com os “*aparelhos repressivos do Estado*” apoiados pela “*polícia-militar*” e a “*burocracia executiva*”. Já a sociedade civil conta com os “*aparelhos privados de hegemonia*”, que se caracterizam como organizações voluntárias que, de alguma maneira, conseguem uma autonomia material, o que significa a criação de novas instituições sociais com novas estruturas e legislações específicas (Coutinho, 2006:36-37). E completa:

E é essa independência material - ao mesmo tempo base e resultado da autonomia relativa assumida agora pela figura social da hegemonia - que funda ontologicamente a sociedade civil como uma esfera própria, dotada de legalidade própria, e que funciona como mediação necessária entre a estrutura econômica (que Gramsci chama muitas vezes de “sociedade econômica”) e o Estado-coerção (ou “sociedade política”).

Para Liguori, é no conceito de Estado que Gramsci acrescenta uma das maiores colaborações sobre a teoria de Marx. Na formulação do seu pensamento, Gramsci coloca a elaboração do conceito de Estado-nação no centro de seu estudo, relacionando-o ao conceito de hegemonia. Gradativamente, vai incluindo elementos em sua reflexão, dando um formato mais amadurecido ao que fora iniciado no período em que escrevia no *L'Ordine Nuovo*. São considerados na sua reflexão questões como: “*Estado-nação, crise do Estado-burguês, construção-superção do Estado proletário e internacionalismo*” (Liguori, 2007:47).

Dessa forma, na conclusão de Liguori (2007), Gramsci desenvolve uma visão cada vez mais dinâmica sobre a sua concepção de Estado, sem com isso desqualificar o que havia pensado anteriormente. Introduz mais tarde (1932-34), em seus escritos, a expressão “*equilíbrios instáveis*”. E define o Estado como hegemonia de uma classe, como sendo “*...uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto*” (Cc, 3:42). E complementa: “*Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados*” (Cc, 3:331).

Segundo Bianchi (2008), a relação entre força e consenso na teoria de Gramsci está intimamente ligada à teoria de Estado. As crises pelas quais passam o Estado, e a maneira como o capitalismo resiste a elas, podem ser melhor compreendidas quando entendemos esta relação. Nesse contexto, emergem as categorias de análise gramscianas de guerra de movimento e guerra de posição. Aqui nos interessa abordar o que representava para Gramsci a guerra de posição e a guerra de movimento e suas implicações, no que ele chamou de “*arte política*” (Cc, 3:71).

Para Buci-Glucksmann (1990:244), as experiências vividas por Gramsci na Rússia, a partir de 1922, tiveram uma grande importância no desenvolvimento do seu pensamento e em sua reformulação, mais tarde, a respeito da guerra de movimento (própria da Revolução de 1917) e da guerra de posição (própria do Ocidente). Para Gramsci, esta questão passou a ser a mais importante do pós-guerra e disse: “*Passagem da guerra de movimento (e de ataque frontal) à guerra de posição, também no plano político*”. Na reflexão de Buci-Glucksmann (1990:245), esta passagem não diz respeito apenas a uma questão geográfica entre Ocidente e Oriente mas, provavelmente, a uma estratégia desenvolvida pelo socialismo na URSS,

considerando a guerra de posição como sendo “*um princípio de periodização das lutas de classes*” e cita o texto escrito por Gramsci a Togliatti em 1926 sobre o deslocamento dos problemas políticos na guerra de posição.

Hoje, isto é, nove anos após Outubro de 1917, não é o *fato da tomada do poder* pelos bolcheviques que será capaz de revolucionar as massas do Ocidente, posto que se trata de uma situação terminada e que já produziu todos os seus efeitos; hoje, o que tem um efeito ideológico e político é essa convicção (quando ela existe) de que o proletariado, uma vez no poder, *pode construir* o socialismo.

Gramsci sustentava que, em se tratando de disputa política, temos que tanto a disciplina como a hierarquia são alcançadas pelo convencimento e não pelo estabelecimento da lei, e achava que na política as coisas tornam-se mais complexas que na guerra, porque além da guerra de movimento e da guerra de posição outras variantes atuam paralelamente (Bianchi, 2008).

No *Caderno 1*, Bianchi (2008:201) nos mostra como Gramsci vê as estratégias de luta e como ele desenvolve um paralelo entre a guerra política e a guerra militar, que tem como fim a destruição do inimigo e a conquista de um território. Diferente da guerra política que não termina necessariamente com o fim do inimigo, sendo o seu equivalente a “*guerra colonial*”, que após o exército ter vencido a ocupação do território se dá de forma “*estável*”.

Assim, Gramsci descreve a luta política como uma complexa guerra onde aquele que vence desarma o vencido e o desarticula, dispersando-o, mas isso não significa o fim da disputa que continua no quesito político. E Gramsci faz menção à luta que se deu na Índia contra a colonização inglesa:

A resistência passiva de Gandhi é uma guerra de posição, que em determinados momentos se transforma em guerra de movimento e, em outros, em guerra subterrânea: o boicote é a guerra de posição, as greves são guerras de movimento, a preparação clandestina de armas e elementos combativos de assalto é guerra subterrânea. Há uma forma de *arditismo*¹², mas ela é empregada com muita ponderação. Se os ingleses estivessem convencidos da preparação de um grande movimento insurrecional destinado a aniquilar sua atual superioridade estratégica (que consiste, em certo sentido, em sua possibilidade de manobrar através de linhas internas e de concentrar suas forças no ponto “*esporadicamente*” mais perigoso) mediante um levante de massa – isto é, obrigando-os a dispersar forças num teatro bélico tornado simultaneamente geral -, para eles seria conveniente *provocar* a iniciativa prematura das forças combatentes indianas para identificá-las e decapitar o movimento geral (Cc, 3:124-125).

Bianchi explica como Gramsci desloca a análise da relação entre estrutura e superestrutura do *Caderno 7* e passa para a pesquisa de como se dá a luta operária no capitalismo ocidental. Contrariando a leitura de visão reducionista feita por alguns autores, em relação aos conceitos de guerra de posição e guerra de movimento, Bianchi (2006:205) evidencia sua opinião a respeito:

A guerra de posição não era um programa positivo de ação, e sim uma exigência objetiva da situação na qual se encontravam as forças sociais e políticas. Se a guerra de posição era imposta pela relação geral de forças e se só seria possível impor uma forma de luta quando se tivesse uma superioridade esmagadora sobre o inimigo, então a guerra de posição era a forma de luta conveniente às classes dominantes. A ação política das classes subalternas, portanto, deveria ter, como objetivo a desarticulação da guerra de posição das classes dominantes.

Segundo Bianchi (2006:205), o fato da “*guerra de posição*” predominar não elimina a possibilidade da “*guerra de movimento*” nem no que diz respeito ao campo militar, nem ao que diz respeito ao campo político.

No *Caderno 13*, de acordo com Bianchi (2006:207), Gramsci enfatiza o não cancelamento da guerra de movimento como estratégia, e em outro momento denuncia o equívoco de se desconhecer a função que a classe dominante exerce como classe hegemônica e o poder político que desempenha como função “*governativa-ditatorial*”.

No entanto é verdade, segundo Bianchi (2006), que Gramsci em alguns textos deixa transparecer que uma forma de luta implicaria a exclusão da outra, como escreveu no *Caderno 6*:

A guerra de posição demanda enormes sacrifícios de massas imensas de população; por isto é necessária uma concentração inaudita da hegemonia e, portanto, uma forma de governo mais “intervencionista”, que mais abertamente tome a ofensiva contra os opositores e organize permanentemente a “impossibilidade” de desagregação interna: controles de todo tipo, políticos, administrativos, etc. reforço das “posições” hegemônicas do grupo dominante, etc. Tudo isso indica que se entrou em uma fase culminante da situação político-histórica, porque na política a “guerra de posição”, uma vez vencida, é definitivamente decisiva. Ou seja, na política subsiste a guerra de movimento enquanto se trata de conquistar posições não-decisivas e, portanto, não se podem mobilizar todos os recursos da hegemonia e do Estado; mas quando, por uma razão ou outra, estas posições perderam seu valor e só aquelas decisivas têm importância, então se passa à guerra de assédio, tensa, difícil, em que se exigem qualidades excepcionais de paciência e de espírito inventivo (Cc, 3:255).

Para Bianchi (2006:208-209), este texto tem um caráter muito abstrato e, por isso, ambivalente. Ao mesmo tempo, guerra de movimento e guerra de posição parecem no texto expressar a luta pelo poder político, que é anterior à conquista do poder, como também expressa o momento de se conceber uma nova ordem, que é posterior a esta conquista.

Se considerarmos a construção do socialismo, o momento de desestruturação do Estado capitalista significa apenas o início do fim, não representando exatamente o fim. E, para a construção de uma nova ordem, seria necessário a mobilização da hegemonia e dos recursos do Estado, não sendo suficiente a negação do antigo, mas imprescindível uma reforma de cunho intelectual e moral, onde a guerra de posição ocuparia lugar relevante na sociedade civil.

Dessa forma, Gramsci coloca guerra de movimento e guerra de posição associadas, ocupando momentos diferentes de luta, quando se pretende a afirmação de uma nova ordem de cunho político e social, onde a guerra de movimento irá se contrapor à sociedade política, e a guerra de posição, à sociedade civil (Bianchi, 2006).

Hegemonia

Liguori (2007:207) inicia o capítulo “*A Hegemonia e seus intérpretes*” de seu livro, dizendo: “*Hoje, todos provavelmente estão de acordo em reconhecer que o conceito de hegemonia é a mais importante categoria teórico-política dos Cadernos*”, mas só a partir de 1970 esse reconhecimento se generalizou.

A partir do movimento operário internacional, socialista e comunista, depois de 1956, Liguori relata que foi percebida a necessidade de refletir e aprofundar as questões políticas do momento, com o debate sobre hegemonia, em busca de respostas. Muitas foram as interpretações do conceito em Gramsci.

Em 1970, segundo Liguori (2007:210), importantes contribuições foram feitas, ampliando em qualidade as interpretações, como a de Nicola Auciello que deu dois significados para hegemonia como sendo: “*de direção política e de direção intelectual e moral*”, negando a hegemonia também como domínio. Para Auciello, o fortalecimento da hegemonia provoca a “*redução progressiva do elemento Estado-força*”. Outro autor, Luciano Gruppi, viu na definição de Gramsci um momento “*de direção e o de domínio ao mesmo tempo*”, estando próximo ao conceito de Lenin de “*capacidade de guiar um sistema de alianças da classe operária*”. Em 1975, Buci-Glucksmann em seu livro “*Gramsci e o Estado*”

percebe que em 1926, para Gramsci, hegemonia era ainda “*uma estratégia do proletariado*”, para depois no *Caderno 1* passar a significar “*aparelho hegemônico*”, isto é, “*práticas da classe dominante*”.

Valentino Gerratana, em 1977, apresenta o início de sua pesquisa “*Instrumentos e institutos da hegemonia*” e evidencia uma teoria geral da hegemonia, “*entendida como categoria interpretativa da história*” e podendo se referir a várias classes ou a “*grupos sociais e políticos que agem dentro de uma mesma classe*”. No entanto, em Gramsci não é incluído o “*modelo burguês*” como “*um modelo de estratégia política*” que sirva para a classe operária. Considerando que uma classe que explora precisa de “*formas de hegemonia que suscitem um consenso traduzível em delegação, um consenso próprio de aliados subalternos*”, então a classe que quer acabar com a exploração deseja “*uma hegemonia sem subalternos, uma hegemonia que seja educação permanente para o autogoverno*” (Gerratana in Liguori, 2008:214).

Liguori também menciona o ensaio de Giuseppe Cospito no livro *Le parole de Gramsci*, onde se constata a utilização de termos comuns de linguagem para conceituar hegemonia e, muitas vezes, num mesmo trecho encontram-se diferentes significados e mesmo palavras distantes do uso coloquial. E Liguori (2007:222) conclui que:

Esta originalidade lexical de Gramsci é que também o torna um dos autores mais difíceis, e fascinantes, do século XX. E é também por isso que tanto se aplicou e teve de se aplicar sobre o texto gramsciano a faina de interpretação - e seguramente não se trata de uma história encerrada.

Quando Gramsci fala sobre hegemonia, fala também de uma classe e de uma prática. Para ele, o homem simples que faz parte da massa e que tem uma vivência prática, nem sempre partilha de uma consciência teórica. Em muitos momentos, inclusive, é possível que a consciência do agir esteja se contrapondo à consciência teórica, já que a verbalização de uma concepção, pode ser mera herança do passado que foi absorvida sem crítica, o que possibilita um distanciamento ou antagonismo entre o que expressamos e a nossa ação.

Partindo do ponto de que todo ato é um ato político, como fica quando o ato contraria a filosofia, a palavra? Além da possibilidade de má fé, esse fato expressa contradições de “*natureza histórico-social*”, isto é, quando existe “*submissão e subordinação intelectual*” provocando o uso de uma concepção de mundo que não é própria. Por esta razão, Gramsci acredita não ser possível separar filosofia de política (Cc, 1:97).

A filosofia da práxis, com isso, não considera que esta “*concepção verbal*” da massa seja leviana, mas é resultado da ligação que se tem com um determinado grupo que influi e dirige a vontade, as condutas morais das massas, muitas vezes provocando, em função da insatisfação, uma paralização que se converte em “*um estado de passividade moral e política*”. A superação dessa fase inicia para Gramsci quando:

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “*hegemonias*” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam (Cc, 1:103).

Para Gramsci unir teoria e prática é, portanto, um “*dever histórico*” que, superando a sua fase primária de separação, alcança uma completa e realística concepção de mundo. Por essa razão é que o desenvolvimento do conceito de hegemonia, como conceito político que é, tem uma representação muito importante no progresso filosófico da sociedade. Seu desenvolvimento está intimamente relacionado ao alcance de “*uma unidade intelectual e uma ética*” que, superando o senso comum, através do senso crítico, alcançam a concepção da realidade (Cc, 1:104).

Semeraro (2006:165), em sua análise sobre o conceito de hegemonia em Gramsci, percebe que, em qualquer circunstância, o Estado sempre se apresenta atrelado a uma classe, que dele se apodera para receber o suporte necessário para se tornar hegemônica na sociedade civil. Assim, Estado transforma-se em um “*Estado ético*” porque tem como função “*eleva a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes*” (Cc, 3:284).

Gramsci, sem excluir o papel das instituições e das organizações sociais, soma à definição de Estado as dinâmicas políticas e culturais da sociedade civil. Na sociedade moderna, Gramsci constata que não é suficiente a apropriação do Estado e a destruição do Estado burguês. Mais do que isso, é preciso que o Estado seja concebido ampliando sua atuação para que possa expressar uma “*nova concepção de poder*” e garantir as conquistas alcançadas, isto é, Estado que expressa os resultados das relações que se estabelecem popularmente e Estado que é capaz de garantir as conquistas, ampliando-as (Semeraro, 2006:167).

Gramsci, no *Caderno 19*, analisando a direção política impressa na formação do Estado moderno italiano no “*Risorgimento*”, nos fala do critério metodológico que devemos seguir se quisermos fazer um exame da situação. Devemos considerar que,

[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “*domínio*” e como “*direção intelectual e moral*”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente” (Cc, 5:62-63).

Gramsci também nos fala da possibilidade de construção de uma hegemonia popular, no entanto ressalta a enorme barreira existente dentro da sociedade civil para que isso seja possível. Mesmo não sendo tarefa fácil, ele acredita em um projeto no qual a classe trabalhadora construa numa nova sociedade uma “*hegemonia política e cultural*” (Semeraro, 2006; Cc, 3:225).

Semeraro (2006:168) evidencia a “*espontaneidade*” encontrada nos movimentos populares que, embora para Gramsci não sejam suficientes para garantir uma hegemonia, desempenham o papel de conferir aos sujeitos “*uma consciência ‘teórica’, de criadora de valores históricos e institucionais, de fundadora de Estados*” (Cc, 3:196).

Gramsci acentua que não existe espontaneidade “*pura*” e acredita que a espontaneidade faz parte da história das classes subalternas e de seus elementos mais marginais que não conseguiram elaborar um conceito de classe “*para si*”. Na experiência do movimento turinense, muitas vezes acusado de “*espontaneísta*”, para ele não havia direção “*abstrata*” ou repetidora de fórmulas mecanicamente científicas. “*Este elemento de ‘espontaneidade’ foi ‘educado’, orientado ... para torná-lo homogêneo em relação à teoria moderna, mas de modo vivo, historicamente eficiente*” (Cc, 3:196).

Ideologia

O conceito mais tradicional de ideologia parece estar no marxismo sempre vinculado a uma ideia pejorativa, negativa. Mesmo sem o aprofundamento dessa discussão é interessante ressaltar alguns pontos levantados por alguns autores, para melhor situar de que lugar partiu Gramsci ao formular o seu conceito de ideologia.

Liguori (2007) nos fala que, supostamente, Gramsci não teria lido o livro “*A ideologia alemã*” de Marx e Engels, escrito em 1845/46, mas só editado em 1932. Ali encontramos uma concepção negativa do conceito, onde ideologia é tida como visão distorcida da realidade. “*Se em toda a ideologia os homens e as suas relações aparecem invertidos como numa câmara obscura, é porque isto é o resultado do seu processo de vida histórico, da mesma maneira que a imagem invertida dos objetos que se forma na retina é o resultado do seu processo físico de vida*” (Marx e Engels, 2002:26).

Liguori (2007:79) observa que no “*Prefácio*” de 1859 da “*Contribuição à crítica da economia política*”, Marx, falando das transformações da superestrutura em função da mudança econômica e do conflito das classes, escreve: “*formas ideológicas que permitem aos homens conceber este conflito e combatê-lo*”. Tem-se aí, talvez, uma concepção mais abrangida que abre espaço para uma concepção mais positiva do que seja ideologia.

Para Liguori (2007) é possível afirmar que Marx considera a existência de duas teorias de ideologia ou duas maneiras de concebê-la. Possivelmente é desse lugar que Gramsci parte para desenvolver o seu conceito de ideologia, dando uma abrangência maior, alcançando um sentido positivo.

Confirmando a possibilidade de haver duas maneiras de pensar ideologia, Liguori (2007:79) cita a carta de Engels endereçada a Franz Mehring em 14 de julho de 1893, que o próprio Mehring editou em 1898 em seu livro “*História da socialdemocracia alemã*”. Nessa carta, Engels escreveu:

Bem verdade, a ideologia é um processo que é realizado pelo chamado pensador com consciência, mas com uma falsa consciência. As verdadeiras forças motrizes que o movem permanecem desconhecidas; de outro modo, não se trataria precisamente de um processo ideológico.

Várias foram as influências recebidas por Gramsci até levá-lo a formular sua própria concepção de ideologia, mas foi Lenin quem fez um uso positivo do termo quando escreveu o *Que fazer?* no ano de 1905. Citado por Liguori (2007:80), Lenin escreve:

A questão pode ser posta *somente assim*: ou ideologia burguesa, ou ideologia socialista. Não há via intermediária (uma vez que a humanidade não criou uma “terceira” ideologia, e, por outro lado, numa sociedade dilacerada pelos antagonismos de classe, não poderia nunca existir uma ideologia fora ou acima das classes). Eis por que *todo e qualquer* desprezo da ideologia socialista, *todo e qualquer afastamento* dela, implica necessariamente um reforço da ideologia burguesa [...]. A ideologia burguesa é bem mais antiga do que a socialista, é mais bem elaborada em todos os seus aspectos e possui uma quantidade incomparavelmente maior de meios de difusão.

Gramsci, ao desenvolver um conceito mais elaborado de ideologia, o faz com a intenção de se contrapor ao uso que Croce faz de alguns elementos encontrados no marxismo, mas sem o admitir. Croce, em sua conceituação de ideologias políticas, o faz se apropriando de conceitos retirados da filosofia da práxis e diz que Marx teria reduzido as superestruturas à “aparência e ilusão”. Croce se apropria dos conceitos marxistas de maneira equivocada (Liguori, 2007:82).

O uso que Croce faz dos conceitos da filosofia da práxis o aproximou do materialismo vulgar na concepção de Gramsci, que esclarece que para a filosofia da práxis, as superestruturas existem e são uma realidade objetiva. Elas representam a posição que cada pessoa ocupa na sociedade e o seu papel no âmbito das ideologias. A filosofia da práxis “afirma explicitamente que os homens tomam consciência da sua posição social (e, conseqüentemente, de suas tarefas) no terreno das ideologias” (Cc, 1:388). Liguori (2007:82-83) cita o trecho do *Caderno 4* onde, na sua visão, Gramsci defende Marx.

[...] Não são as ideologias que criam a realidade social, mas é a realidade social, na sua estrutura produtiva, que cria as ideologias. Como Marx poderia ter pensado que as superestruturas são aparência e ilusão? Também suas doutrinas são uma superestrutura. Marx afirma explicitamente que os homens tomam consciência das suas tarefas no terreno ideológico, das superestruturas, o que não é pequena afirmação de “realidade”: sua teoria pretende precisamente fazer com que um determinado grupo social “tome consciência” das próprias tarefas, da própria força, do próprio devir. Mas ele destrói as “ideologias” dos grupos sociais adversários, que são precisamente instrumentos práticos de domínio político sobre a sociedade restante: ele demonstra como elas são destitutivas de sentido, porque em contradição com a realidade efetiva.

Apesar de não conceber a ideologia como negativa, Gramsci admite a necessidade de distinção entre as ideologias historicamente orgânicas, que são necessárias para uma determinada estrutura e têm uma função “psicológica” porque ajudam a organizar os sujeitos, e as outras ideologias que são arbitrárias e, conseqüentemente, inorgânicas porque buscam conciliar interesses opostos e contraditórios. Já, a filosofia da práxis procura lidar com as contradições assumindo-as sem tentar submeter as classes subalternas a um consenso, tornando-se “expressão” destas classes que devem buscar se auto governar, tomando conhecimento da verdade sem equívocos (Cc, 1:237-388).

Para Gramsci, ideologia pode ser pensada como “concepção de mundo”, no sentido de ser uma “premissa” teórica que produz uma ação e que se manifesta em vários setores da

sociedade, como na arte, no direito, na economia. Ele usa a Igreja Católica como exemplo de tentativa de manter uma unidade ideológica de um grupo social. Gramsci lembra da luta da Igreja para manter unidos em uma mesma religião os “*intelectuais*” e “*as almas simples*”. Os jesuítas foram os principais responsáveis pela manutenção desse equilíbrio que, através de um “*movimento progressista*”, conseguiram cumprir as exigências da filosofia e da ciência sem que os “*simples*” percebessem (Cc, 1:98-99).

Segundo Frosini (2011), a teoria política de Gramsci objetiva entender as bases econômicas, por ser a ideologia um parêntese. As ideologias são reflexos das bases que se concretizam pelo conhecimento. Assim, todo conhecimento é uma ideologia. E o mesmo Frosini indaga: o que é a verdade? Alguma coisa prática que se produz a partir da interação das ideologias e os acontecimentos a que esta ideologia dá lugar.

Liguori (2007:90) coloca que, no *Caderno 3*, Gramsci aprofunda o conceito do que chamou “*bloco ideológico*” questionando como se processa a “*estrutura ideológica*” da classe dominante, isto é, como acontece a organização material para que se mantenha e se preserve uma teoria ou ideologia. Coloca que “*as bibliotecas, as escolas, os círculos e os clubes de variado tipo, até a arquitetura, a disposição e o nome das ruas*” cumprem esse papel, influenciando a opinião pública, e enfatiza a dificuldade de uma contraposição diante deste “*complexo formidável de trincheiras e fortificações da classe dominante*”. Gramsci ressalta a imprensa como a organização mais dinâmica deste processo. Diz que é preciso conquistar progressivamente a “*consciência da própria personalidade histórica*”, o que depende de um trabalho ideológico complexo (Cc, 2:78-79).

Cultura, Concepção de Mundo, Senso Comum e Trabalho como Princípio Educativo

Em Turim, Gramsci, marcado por uma grande influência do idealismo em seu pensamento, começa a escrever os artigos nos jornais e demonstra um especial interesse e preocupação com a cultura dos trabalhadores no sentido de que, através dela, eles poderiam se tornar independentes da intelectualidade burguesa (Manacorda, 2008).

Gramsci questiona o valor dado à cultura veiculada passivamente através de um saber de enciclopédia e denuncia em seus escritos o compromisso burguês, classista e excludente da escola italiana não possibilitando que filhos de proletários possam frequentá-la. Defende uma “*cultura educativa*” que não se limite à informação (Gramsci, 2004:76) e também que a classe operária adquira uma formação que seja cultural e filosófica e que através de uma

“*associação cultural*” possa estabelecer objetivos de classe somados à ação política e econômica. Apóia uma concepção de cultura diferente do intelectualismo que ele denomina “*ofegante e incolor*”, e acha que a cultura verdadeira é capaz de transformar a realidade, pela compreensão do próprio valor na história, na vida e pela compreensão de seus direitos e deveres (Buci-Glucksmann, 1990:18).

Gramsci (2004:58) concebeu a cultura como “*organização, disciplina do próprio eu interior, apropriação da própria personalidade, conquista de consciência superior: é graças a isso que alguém consegue compreender seu valor histórico...*”. Quanto a esta elaboração gramsciana, Manacorda (2008:31) assinala: “*o idealismo manifesto dessa concepção, que custou a Gramsci a acusação de ‘culturalismo’, não deve, todavia, induzir a erro; ele não é senão a razão teórica de uma exigência prática revolucionária e antievolucionista.*”

Gramsci acreditava na criação de uma cultura de democracia operária, que deveria estar centrada na educação da classe trabalhadora, tendo como proposta seções de instrução dentro da própria fábrica. Seria necessário que os trabalhadores adquirissem conhecimentos sobre os processos de produção, criando uma cultura onde o saber operário fosse reconhecido e desempenhasse o papel de eixo estruturador de suas reivindicações.

No período anterior à prisão, seus textos têm características bem diferentes dos outros jornais socialistas. Suas propostas políticas eram originais e concretas, havendo nelas a convicção de que a teoria deve se traduzir em fatos e nas ações por ela sustentadas e, para não se tornarem inúteis, devem tomar a feição de um método. Há na sua proposta algo da maiêutica socrática. O método em Gramsci redonda na educação de massas, em contraposição ao modelo discursivo de tribunos. Segundo Fiori, Gramsci se preocupa com a cultura e a participação direta dos trabalhadores e acreditando que os problemas devem ser analisados metodologicamente. Através da cultura o proletariado toma consciência da sua função histórica e é capaz de criar um novo Estado e uma nova sociedade (Togliatti, 1950; Fiori, 1979).

Segundo Buci-Glucksmann (1990:162), a Revolução russa foi considerada por Gramsci ainda com uma linguagem idealista, uma “*revolução total*”, por incluir uma transformação de costumes e de concepção de vida. Ele acreditava que a revolução socialista da Itália deveria surgir da união dos operários e dos trabalhadores do campo, ultrapassando os interesses corporativistas. Turim representa em 1917 o ápice do desenvolvimento operário da Itália e, daí, a necessidade da criação de uma atividade cultural ser considerada como

complemento à atividade política e econômica, o que na concepção de Gramsci, naquele momento, tornaria o movimento proletário mais sólido. Até ali, as soluções aos problemas surgidos se dão de maneira apressada sem uma real convicção por parte dos envolvidos. Pela urgência das resoluções, as diretrizes são respeitadas em função da credibilidade depositada, mas falta “*convicção íntima*”, o que representa uma incoerência para o movimento (Gramsci, 2004:124).

A revolução que destrói o Estado burguês e constrói um novo aparelho estatal, sem uma garantia de sobrevivência mínima, é uma revolução destrutiva que se manifesta pela raiva e tende a não modificar as relações econômicas vigentes por não conseguir passar da organização política do proletariado, acabando por recuar em função da reação capitalista. Alguns países que viveram esse tipo de revolução, tais como Alemanha, Ucrânia, Hungria, embora tivessem as condições externas para tal, não alcançaram a transformação comunista. Condições externas como a existência de um Partido Comunista, o fim do Estado burguês, sindicatos fortes e armamento do proletariado não foram suficientes porque não haviam forças produtivas que pudessem se desenvolver e se expandir, não havia movimento de massas proletárias conscientes que engrossassem o poder político e, por último, faltou a vontade por parte das massas populares de criar, a partir da fábrica, um novo Estado.

No período de 1920, Gramsci caracterizou a revolução proletária e comunista como aquela que é elaborada dentro da própria sociedade, favorecendo a liberação de forças produtivas capazes de organização e expansão para, em seguida, desenvolver um trabalho disciplinado de construção de uma nova ordem, onde seja possível a modificação das relações de produção e distribuição de bens na sociedade com o fim da divisão de classes e de poder de Estado (Gramsci, 2004).

Gramsci defendeu uma maior disciplina e maior produção do trabalho, já que a pouca produtividade do trabalhador se daria em função da presença do capitalista. Esta era uma visão muito presente na época, nos grupos comunistas. A esse respeito, Liguori (2007:65) nos fala da crítica dirigida à Gramsci (por Bruno Trentin) de ter sido seduzido pelo modelo burguês de produção, e acrescenta que havia uma “*ilusão*”, que partia de Lenin, de que seria possível fazer “*uso não taylorista do taylorismo*”.

Alguns autores pesquisaram a referida postura de Gramsci em relação à organização do trabalho e chegaram a conclusão, segundo Liguori (2007), de que não se pode atribuir a Gramsci uma visão reduzida, que era própria da Terceira Internacional, na qual se defendia uma cultura

industrialista e produtivista. No entanto, é possível afirmar que Gramsci não fez uma reflexão merecida das contradições encontradas no taylorismo. E Liguori acrescenta que:

[...] a fábrica diante da qual Gramsci se encontra ainda é, parcialmente, uma fábrica “pré-fordista”: só muito mais tarde fordismo e taylorismo se afirmarão plenamente na Itália, e certamente não é casual que uma nova sensibilidade em relação à organização do trabalho por parte do movimento operário só vá emergir com o “segundo biênio vermelho”, o de 1968-1969. Mas, sobretudo, deve-se lembrar que o peculiar sistema de conselhos do *ordinovismo*, original em relação ao soviético, uma vez que se propõe vincular fortemente Estado e fábrica, política e lugar-sujeito da produção, já representa em si um entrave objetivo, uma insubordinação implícita à “organização científica do trabalho” (Liguori, 2007:65).

Sobre o mesmo tema, Manacorda (2008:19), que estudou os *Cadernos* antes da edição crítica de Gerratana, através dos manuscritos, assevera que tanto o “*americanismo e o conformismo*” de Gramsci, cada um representando respectivamente, o “*industrialismo e o antiespontaneísmo*”, somado ao trabalho, têm como resultado aparentemente paradoxal o “*princípio educativo*” que Gramsci procurava.

Manacorda (2008:273) coloca que Gramsci só concebe valor na espontaneidade e na sinceridade quando há disciplina. Assim, quando se pretende concretizar a vontade coletiva, a relação entre governantes e governados, embora não deva ser de passividade nem mecânica, necessita ser disciplinada, limitando o “*arbítrio e a impulsividade irresponsável*”.

Portanto, a disciplina não anula a personalidade e a liberdade: a questão da “personalidade e liberdade” se apresenta não em razão da disciplina, mas da “origem do poder que ordena a disciplina”. Se esta origem for “democrática”, ou seja, se a autoridade for uma função técnica especializada e não um “arbítrio” ou uma imposição extrínseca e exterior, a disciplina é um elemento necessário de ordem democrática, de liberdade (Cc, 3:309).

Gramsci definiu o método comunista como uma revolução permanente, já que o comunismo está baseado nos princípios do materialismo histórico, em que não existe instituição definitiva e absoluta. A história é construída todos os dias, numa dialética constante, e Gramsci lembra as palavras de Lenin quando diz que deve-se preocupar com o momento atual concreto porque este representa o elo de uma cadeia que deverá se conectar ao elo seguinte (Gramsci, 2004).

Após a prisão, com a vitória do fascismo e o fracasso da revolução, Gramsci encontra no conhecimento a força propulsora da transformação e diz que “*é preciso atrair violentamente a atenção para o presente tal qual ele é, se quisermos transformá-lo*” (Buci-Glucksmann, 1990).

Mais adiante, no *Caderno 3*, Gramsci enfatiza o fracasso da cultura idealista e sua inexpressiva condição de desenvolver um projeto político pedagógico e diz:

Os leigos fracassaram na satisfação das necessidades intelectuais do povo; creio que precisamente por não terem representado uma cultura laica, por não terem sabido criar um novo humanismo, adaptado às necessidades do mundo moderno, por terem representado um mundo abstrato, mesquinho, demasiado individual e egoísta (Cc, 6:44).

A expressão “*senso comum*” surge nos *Cadernos* e, segundo Liguori (2007:100), Gramsci faz uso dela de maneiras variadas, aparecendo no sentido de ser a própria “*concepção de mundo*” de um grupo social e, em outros momentos, aparece como o oposto de uma “*concepção de mundo desenvolvida e coerente*”, isto é, seu sentido aparece de forma negativa.

Liguori (2007:122) nos fala do Gramsci já mais maduro que, diante das experiências vividas, repensa a sociedade ocidental e a sua estrutura se dando conta do quanto a relação entre economia e política tornou-se cada vez mais complexa. Seu conceito de senso comum aparece quase sempre de forma negativa nos *Cadernos* e, embora ele tenha certeza do papel de cada um, como sujeito coletivo e da vontade coletiva, não descarta a passividade, a inércia e a subalternidade como reflexo do senso comum.

No *Caderno 11*, Gramsci relacionou a concepção de mundo com as fases históricas pelas quais a sociedade foi passando e pensou que desenvolver um senso crítico é fundamental. Precisamos conhecer a história da filosofia e a história da cultura na qual estamos envolvidos. Sem ter consciência da historicidade, das diversas etapas que ela representou e das possíveis contradições contidas nestas representações, não podemos cumprir o papel de filósofos críticos e coerentes. Cada época gera uma concepção de mundo e a reprodução de uma cultura, que diz respeito àquela realidade e aos problemas que a ela corresponde (Cc,1).

Por isso, Gramsci considerou tão importante que o homem sistematizasse criticamente sua percepção do mundo e que, partindo da história da filosofia, percebesse a forma como foi elaborado determinado pensamento e que forças atuaram para fixar o pensamento presente. Só assim é possível uma reflexão consciente. Assim, para Gramsci:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las”[...]. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original”

que a descoberta, por parte de um gênio filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais (Cc, 1:95-96).

Dessa forma, para difundir uma nova consciência que se proponha homogênea é necessário desenvolver várias ações. Uma das mais importantes para Gramsci seria a participação de “*um centro homogêneo*”. Para ele, nem todos os sujeitos elaboram da mesma maneira a cultura e a consciência. Um determinado conceito que é passado, mesmo que de maneira clara, pode suscitar diferentes interpretações. Os intelectuais têm uma maneira própria de pensar, que não é inata, mas adquirida, que lhes dá uma certa “*qualificação*” para o uso da “*indução e dedução*”, o que não acontece necessariamente com todas as camadas sociais (Cc, 2:205-206).

Gramsci condena a “*repetição*” mecânica, mas considera importante a “*repetição sistemática*” sem desconsiderar a cultura e as tradições. No entanto, é de suma importância que sejam aventados todos os aspectos positivos e também as perdas relacionadas ao que se tem como tradicional. O tratamento de um tema específico deve ser visto sob vários ângulos e aspectos. Gramsci considera que o “*trabalho educativo-formativo*” deve ter como sustentação a realidade e a experiência (Cc, 2:206).

Descobrir a identidade real sob a aparente diferenciação e contradição, e descobrir a substancial diversidade sob a aparente identidade, eis o mais delicado, incompreendido e, não obstante, essencial dom do crítico das ideias e do historiador do desenvolvimento histórico (Cc, 2:206).

Para Liguori (2007:100-101), quando Gramsci se refere ao “*centro homogêneo de cultura*” e ao “*trabalho educativo-formativo*” é provável que estivesse pensando no papel do partido comunista, e critica a consideração feita pelo “*iluminismo*” de que todos os sujeitos são iguais. Liguori reforça que, para Gramsci, o senso comum não deve ser pensado como um “*inimigo a ser vencido*”, mas com ele deve-se estabelecer uma relação dialética que tenha como proposta questionamentos do tipo socrático, com o objetivo de se conquistar um “*novo senso comum*”.

Vázquez (1967:113-114), que demarcou histórica e conceitualmente a filosofia da práxis na ideologia marxista, considera a práxis humana fundamentada em três vertentes: como atividade produtiva; atividade revolucionária; e prática social no processo de conhecimento. Desse modo, uma filosofia da práxis gramsciana é coerente com o seu pensamento revolucionário que associa revolução à cultura no âmbito dos processos produtivos.

Gramsci questionou se toda filosofia, em algum momento da sua construção teórica, seria “*especulativa*” e se esse fato seria um problema histórico, por ser toda concepção de mundo “*especulativa*” no seu ápice ou em seu declínio, e traduz seu pensamento a respeito:

[...] que toda cultura tem o seu momento especulativo ou religioso, que coincide com o período de completa hegemonia do grupo social do qual é expressão, e talvez coincida precisamente com o momento no qual a hegemonia real se desagrega na base, molecularmente, mas o sistema de pensamento, justamente por isto (para reagir à desagregação), aperfeiçoa-se dogmáticamente, torna-se uma “*fé*” transcendental (Cc, 1:198-199).

Um aspecto relevante no seu pensamento foi o de considerar o trabalho como princípio educativo. Gramsci durante a ocupação das fábricas em 1920 foi descrito, segundo Liguori (2011:262), como um “*chefe ‘capaz de escutar’ os operários*” e de compreender os seus problemas. Conhecia o cotidiano e a psicologia daqueles trabalhadores. Junto com os companheiros de *L’Ordine Nuovo*, viveu com os operários uma relação de intensa proximidade. Conheceu de perto a organização do trabalho na fábrica da Fiat, aprendeu, ensinou e dirigiu na escola operária.

L’Ordine Nuovo representava, naquele momento, um guia e cumpria o papel de um partido. Nesta relação entre os trabalhadores e o jornal aparecia a espontaneidade. Como se observou anteriormente, Liguori (2011:263) fala da colocação de Gramsci no *Caderno 3*, sobre a acusação feita, em relação ao caráter “*espontaneísta*” do movimento de Turim, onde mostrava claramente o teor educativo impresso na direção desenvolvida nas relações oriundas da realidade, dos problemas vividos, da maneira de cada um ver o mundo. Uma relação que partia da “*espontaneidade*” mas que tinha na educação a sua continuidade, alcançando uma “*direção consciente*”.

Quando no cárcere, ao desenvolver o tema sobre os intelectuais no *Caderno 12*, deixa claro que através do trabalho é possível uma proposta de formação de trabalhadores, que possa gerar seus próprios intelectuais, capazes de avaliar e intervir no processo de produção visando uma transformação.

Marx, ao considerar o trabalho como categoria formativa, reconhece a possibilidade de transformação, na medida em que o trabalhador representa a atividade que é desenvolvida num processo de interação com outros trabalhadores e com a própria experiência vivida através do trabalho. O que significa para Souza (2009:59):

Trabalhar implica uma relação de transformação sobre algo no mundo, requer uma ação transformadora singular e subjetiva sobre a realidade.

Demanda operações inteligentes de ação de um sujeito sobre o objeto. Não há sujeito operando de forma passiva e mecânica uma tarefa prescrita. O pensamento sobre a atividade tem uma dupla tarefa: a inteligibilidade e a ação são indissociáveis. A atividade de trabalho desafia os trabalhadores a uma busca constante de invenções e reinvenções. Há uma dialética interna, subjetiva, em conferir um novo sentido permanente à autocriação humana. O homem, por meio do trabalho, está em constante relação consigo próprio e com outros homens, por meio da reflexão e da ação. O trabalho é, portanto práxis material e, sobretudo, práxis humana individual e coletiva .

Em suas reflexões, no *Caderno 10*, segundo Manacorda (2008:270), amplia a dimensão pedagógica de sua teoria e relaciona pedagogia com política, colocando a filosofia como aquela que torna possível uma luta cultural, capaz de mudar um pensamento popular. Gramsci também faz um paralelo com a relação professor aluno, onde se estabelece uma troca entre os dois, sendo o professor, também aluno e o aluno, professor. No entanto, não significa que ele limite as relações pedagógicas às relações escolares.

Para Souza (2009), Gramsci deixa claro a sua concepção do trabalho como princípio educativo e como proposta de formação de trabalhadores. Para ele, a formação de intelectuais orgânicos proporciona a análise e a intervenção sobre as formas geradas pelas bases materiais e não-materiais de produção, com o objetivo de transformação. Em suas próprias palavras: *“Todo grupo social ... cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político”* (Cc, 2:15).

Para aguçar nossa percepção a respeito do homem e revolucionário Gramsci, repassamos o que Manacorda (2008:76-77) nos conta sobre o conflito e a reflexão feita no cárcere a respeito da cultura e a formação tradicional humanística; e a cultura e a formação mecânico-matemática moderna do tipo americano, que envolve a educação de seu filho Delio. Gramsci coloca em dúvida a capacidade da cultura moderna e questiona se não torna o homem *“um pouco seco e maquinal, burocrático”*. Na realidade, Gramsci rejeita as duas formas e em uma série de cartas demonstra a dificuldade de conciliar sua forte moral com o desenvolvimento urbano de característica industrial. E fazendo um paralelo, em uma carta para Tatiana, refere-se ludicamente às sementes de rosas que ele havia plantado no pátio do presídio:

Todos os dias me vem a tentação de puxá-las um pouquinho a fim de ajudá-las a crescer, mas permaneço incerto entre as duas concepções de mundo e de educação: se devo ser rousseauiano e deixar em paz a natureza que não se equivoca, mas é fundamentalmente boa, ou se devo ser voluntarista e

forçar a natureza introduzindo na evolução a mão habilidosa do homem e o princípio da autoridade. Até agora a incerteza não se dissolveu e na minha cabeça debatem-se as duas ideologias (carta de 22/04/1929 *in* Manacorda, 2008:79).

Intelectuais

Bianchi (2008) assinala que, mesmo antes da prisão, Gramsci já se dedicava ao tema dos intelectuais. Quando escreveu sobre a questão meridional, em 1926, considerou os intelectuais, em especial, os meridionais, como uma das representações sociais mais importantes da Itália.

Segundo Bianchi (2008), mais tarde, já no cárcere, Gramsci associa a questão da hegemonia e a concepção de Estado com o desenvolvimento do estudo sobre os intelectuais, chamando a atenção dos companheiros de cárcere da relevância do papel que esse estrato teria na luta política italiana. Na avaliação gramsciana, o intelectual tradicional, que ele nomeia como “*categoria social cristalizada*”, vê-se como representante de uma continuidade histórica, independente e autônomo em relação aos grupos que lutam na sociedade. Estabelece uma relação com os intelectuais que o precedem, reproduzindo os mesmos conceitos e não se vê como expressão dialética de um grupo social dominante. No entanto,

Todo novo organismo histórico (tipo de sociedade) cria uma nova superestrutura, cujos representantes especializados e porta-vozes (os intelectuais) só podem ser concebidos também como “novos” intelectuais, surgidos da nova situação, e não como a continuação da intelectualidade precedente. Se os “novos” intelectuais se colocam como continuação da intelectualidade direta da *intelligentsia* precedente, não são verdadeiramente “novos”, isto é, não são ligados ao novo grupo social que representa orgânicamente a nova situação histórica, mas são rebotalho conservador e fossilizado do grupo social historicamente superado (Cc, 1:125).

Segundo Souza (2009:63), para Gramsci, os intelectuais tradicionais desempenham o papel na sociedade de manter a hegemonia social e política, o que se dá em função de obterem “*um consenso espontâneo*” que parte das massas da população através da confiança e do prestígio que alcançam junto a essas massas.

No *Caderno 12*, Gramsci desenvolve o estudo sobre a função dos intelectuais na política, e classifica como intelectuais orgânicos os que organizam uma nova ordem social em qualquer classe progressista, o que difere do intelectual tradicional que fala em nome de uma tradição de um período histórico (Cc, 5:63; Cc, 2).

Como “*categorias de intelectuais preexistentes*”, que representam a continuação histórica de uma determinada estrutura econômica que não se desfaz, nem mesmo havendo

mudanças radicais sociais e políticas, Gramsci (Cc, 2:16) cita como exemplo, os eclesiásticos que dominaram determinados estratos da sociedade durante muito tempo. Esta categoria estava organicamente relacionada à aristocracia fundiária e, juridicamente, tinha os mesmos direitos em relação à propriedade feudal. No entanto, esse monopólio dos eclesiásticos nas superestruturas não se deu com facilidade, provocando muitas disputas e dando origem a outras categorias também privilegiadas.

Dessa forma, a categoria de intelectuais tradicionais posiciona-se com uma certa autonomia e independência do restante da sociedade e do grupo dominante. Semeraro (2006) nos fala da crítica desenvolvida por Gramsci sobre o erro metodológico que essa concepção de autonomia causou. Como podemos caracterizar as atividades consideradas intelectuais e como podemos distingui-las das outras? O erro “... é ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, em vez de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais” (Cc, 2:18).

Gramsci em seus estudos faz uma análise sobre os diversos tipos de intelectuais. Definiu, a partir do desenvolvimento capitalista, o intelectual urbano que predominava no norte da Itália e que não tinha, como os intelectuais rurais, a função de integrar a massa operária com a classe capitalista, como “*organizador de consenso*”, ao contrário, a classe operária com seus intelectuais orgânicos é que poderia influenciá-los politicamente.

Segundo Buci-Glucksmann (1990:222), Gramsci no período da ocupação das fábricas uniu a presença de comunistas ativos com o movimento iniciado pelos *conselhos*. Seu propósito era que a classe operária pudesse se organizar política e culturalmente enquanto classe dirigente. E Buci-Glucksmann completa dizendo que:

Assim, é a essa prática de uma relação nova entre intelectuais socialistas e classe operária, processo no curso do qual eles se tornaram dirigentes políticos, que cabe vincular a origem longínqua do intelectual orgânico teorizado nos *Cadernos*: um construtor, um organizador, um “*persuasor*” permanente.

Segundo Semeraro (2006:132), Gramsci pensa na importância do envolvimento do sujeito nas disputas hegemônicas que acontecem na sociedade, para que se alcance uma real compreensão de si próprio. Daí a vinculação entre os intelectuais, a política e as classes sociais no desenvolvimento de uma prática que também seja política, garantindo que a filosofia continue a ser “*filosofia e educação*”.

Para ele, cabe aos intelectuais a organização das crenças, das relações institucionais e sociais, cumprindo, assim, a função de organizadores da hegemonia social, garantida pelo consenso na sociedade civil (Bottomore, 2001).

Gramsci (Cc, 2:24) via no partido político o papel de realizar “*a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais*”, o que permitiria transformar um grupo social nascido como “*econômico*” em “*intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política*”. No entanto, o capitalismo, em função de suas várias crises, pode através de revoluções passivas, reorganizar sua hegemonia e se prevenir da ameaça do movimento da classe operária, “*ao mesmo tempo em que assegura o desenvolvimento continuado das forças produtivas*” (Bottomore, 2001:167).

Para Gramsci, todos os homens são intelectuais, embora nem todos tenham a função social de intelectuais. Em conexão com grupos sociais, em especial com os grupos sociais mais importantes, o intelectual é formado historicamente para o exercício desta função. O grupo que busca o domínio procura desenvolver estratégias para conquistar ideologicamente os intelectuais tradicionais. Essa conquista se torna mais eficaz na mesma medida em que esse grupo que quer dominar consiga criar os seus próprios intelectuais orgânicos (Cc, 2).

A formação de intelectuais na sociedade se dá, segundo Gramsci (Cc, 2), de uma maneira bem concreta. Os diferentes tipos de escolas que ocupam o espaço econômico, e as respectivas aspirações, caracterizam e determinam a especialização intelectual desejada. Na Itália, por exemplo, os funcionários do Estado e os profissionais liberais eram ligados à burguesia do campo. Já a burguesia da cidade produzia os técnicos para trabalhar nas indústrias, e assim sucessivamente.

Na definição de intelectual em Gramsci não encontramos um intelectual desprovido de interesse, dono de uma filosofia descontaminada, mas alguém com um saber oriundo de uma prática social e, portanto, carregado de ideologia (Buci-Glucksmann, 1999). Gramsci não compactua com a pseudo-neutralidade dos intelectuais que se distanciavam da realidade política e econômica e julgavam estar apartados das lutas travadas na sociedade pela conquista de uma hegemonia.

No Congresso de Lyon do PCI em 1926, Gramsci demonstra em um discurso sua imensa rejeição ao intelectual que “*se acredita o sal da terra e vê no operário o instrumento*

material da transformação social, e não o protagonista consciente e inteligente da revolução” (Buci-Glucksmann, 1990:47).

Ao assinalar que todos as pessoas possuem uma “*prática filosófica quando interpretam o mundo*”, Gramsci segue Marx, para quem a filosofia se converte em “*uma força material*” que influencia o senso comum de um determinado tempo. As ideologias de uma época devem ser consideradas para a análise de um sistema filosófico. Dessa forma, o marxismo pode ajudar os trabalhadores a tornarem-se protagonistas da história, a partir de uma atividade crítica da realidade (Bottomore, 2001:167).

No trabalho aparentemente mecânico, que parece depender somente de desempenho físico, requer-se o mínimo de criação e de alguma intelectualidade, por menor que seja. Para Gramsci (Cc, 2), os intelectuais, assim como os grupos fundamentais (aqui entendidos como hegemônicos), também têm uma relação na sociedade com o sistema de produção, só que de maneira mais indireta. A sua organicidade pode ser medida em função da conexão que eles estabelecem, maior ou menor, com o grupo social a que pertencem. Semeraro (2006) interpreta que ao se interligarem com o mundo do trabalho, e com as diversas organizações culturais e políticas, os intelectuais orgânicos se comprometem com um projeto maior de sociedade e com um determinado tipo de Estado. São eles orgânicos, na medida em que são especialistas em suas áreas de trabalho e ao mesmo tempo elaboram e representam uma concepção de mundo ético-política na cultura, na educação e na organização da sociedade. O Estado e a hegemonia social ficam assim assegurados.

Gramsci (Cc, 2) assegurou que, no mundo moderno, inúmeras são as categorias de intelectuais. Classificou como intelectuais rurais aqueles intelectuais tradicionais que estavam associados ao povo do campo e à pequeno-burguesia dos pequenos centros e que tinham como função intermediar a massa do campo com a administração local, cumprindo uma função política e social. Já os intelectuais urbanos, técnicos das fábricas, em princípio não exercem nenhuma função política e, muitas vezes, são influenciados pelos intelectuais orgânicos que emergem dos grupos instrumentados por eles.

No pensamento gramsciano, segundo Semeraro (2006), sempre se colocou a importância do intelectual dos novos tempos, como aquele que está organicamente inteirado na sociedade, participando de sua dinâmica e lutando a favor da hegemonia de sua classe. Conhecimento científico, filosofia e prática política devem ser a sua bandeira. Sua postura deve ser a daquele que constrói, organiza e educa. E Semeraro conclui: “*A interconexão,*

portanto, do mundo do trabalho com o universo da ciência, com as humanidades e a visão política de conjunto formam, em Gramsci, o novo princípio educativo e a base formativa do intelectual orgânico” (Semeraro, 2006:135).

Hoje, na visão de Semeraro (2003), deparamo-nos com o crescimento cada vez mais significativo da sociedade civil, composta por diversos grupos sociopolíticos que travam lutas ideológicas compondo o perfil de uma sociedade cada vez mais complexa e contraditória. Nem sempre, neste contexto, os interesses populares são evidentes e, nesse ponto, Gramsci insiste no papel fundamental dos intelectuais e das organizações populares de trazerem à tona o que está submerso na aparência, de perceberem quais são as forças que operam na sustentação do sistema dominante, assim como quais movimentos tentam romper esse sistema.

Organizações: Partido, Sindicato, Fábrica, Comissões, Conselhos de Fábrica

Para Coutinho (2006:131-132), Gramsci tinha muita clareza ao definir sua concepção de partido, como sendo a organização que tem a função de colaborar na luta social, elevando o que é particular para um nível geral ou “*universal*”, isto é, a passagem do que Lenin nomeou de “*consciência sindicalista*” para uma “*consciência política*”. Quando o partido não cumpre a sua função, a tendência é que movimentos sociais o façam. Para Gramsci, outros grupos podem fazer o papel do partido como um jornal, um grupo de guerrilheiros ou um grupo de intelectuais.

Liguori (2011:258) parte de uma concepção socialista e comunista de “*partido político da classe operária*”. A reflexão de Gramsci aparece associada à reflexão sobre espontaneísmo e consciência, expressões já abordadas aqui em outros momentos, e o tema levantado por Lenin, em seu texto “*Que fazer?*”, onde ele contrapõe os dois termos e caracteriza-os como “*A espontaneidade das massas e a consciência da social-democracia*”.

Podemos considerar, seguindo Liguori (2011:263), que *L’Ordine Nuovo*, pela proposta que tinha, representou essa “*direção consciente*”, e ao mesmo tempo se desenvolveu e cresceu com a relação que estabeleceu com o movimento operário. Gramsci ouvia e conversava com os operários, estabelecendo com eles uma relação dialógica tornando-se um “*dirigente político socialista revolucionário*”.

Assim, segundo Liguori (2011), o grupo do *L’Ordine Nuovo* cumpriu a função pedagógica de um partido revolucionário porque, para Gramsci, o partido deve fazer parte da

massa e não ser externo a ela, como preconizava Bordiga. O partido, que apesar de ser capaz de se apropriar de um conhecimento histórico e uma consequente consciência que a espontaneidade ainda não tem, não poderia estar em oposição à espontaneidade das massas, o que caracterizaria uma diferença qualitativa, não aceitável em Gramsci. Nesse contexto, ele acreditava numa continuidade entre movimento e partido que, originando-se no conhecimento das massas, constrói novos conhecimentos, caracterizando apenas uma distinção quantitativa entre os dois.

Quando, em abril de 1919, Gramsci e alguns amigos resolvem publicar o semanário *L'Ordine Nuovo*, no início não tinham a pretensão, como declarou, de mudar o mundo, mas eram unidos pelo sentimento de paixão pela cultura proletária. Gramsci queria estudar a fábrica capitalista não como organismo material, mas político, onde seria possível construir um “*território nacional*” da classe operária (Gramsci, 2004:402).

Os artigos editados eram o resultado do que era discutido com os operários, a expressão de suas vontades e de seus sentimentos. Por esse motivo, os operários se identificavam e se viam através desses artigos, que se tornaram a “*auto-expressão da classe operária*” (Gramsci, 2004:404).

Gramsci tenta encontrar na Itália, algo que se equiparasse à experiência dos *Soviets* (Conselhos) russos. As comissões internas seriam esse equivalente, mas como desenvolver esse potencial da democracia operária e transformá-lo num órgão de poder operário? (Fiori, 1979:150).

A resposta é, para Gramsci:

Eleger um delegado para cada quinze operários divididos por categorias..., chegando-se assim, através de eleições graduais, a um comitê de delegados de fábrica que abranja representantes de todo o conjunto de trabalhadores (operários, empregados, técnicos). No comitê de bairro, seria preciso ter como objetivo a incorporação de delegados também de outras categorias de trabalhadores que habitam o bairro: garçons, cocheiros, motoneiros e cobradores, ferroviários, lixeiros, empregados domésticos, comerciários, etc. (Gramsci, 2004:248).

Gramsci acreditava que nas fábricas seria possível construir um exército com poderes delegados, escolhidos através de comícios, propaganda maciça e eleições, operando uma transformação na psicologia operária, tornando-a capaz para o exercício do poder, e assim difundir-se “*uma consciência dos deveres e dos direitos do companheiro e do trabalhador*,”

que seria concreta e eficaz porque gerada espontaneamente a partir da experiência viva e histórica” (Gramsci, 2004:249).

No número 7 do jornal, o artigo trata claramente da questão das comissões internas e, a partir daí, o grupo passa a ser convidado a dar palestras nos círculos educativos e nas assembleias de fábrica, além dos convites para participarem nas discussões fechadas dos delegados e tesoureiros das comissões internas. Através de acordo são eleitas por operários sindicalizados e desempenham a função de cuidar dos interesses dos trabalhadores. Partindo das comissões internas, Gramsci propõe que elas assumam outras tarefas, transformando-as em “*conselhos de fábrica*”. Embora as comissões internas de fábrica tivessem pouco alcance, ainda assim, representaram para ele o início de uma organização com participação de classe, instituições urbanas, de bairro, do tipo soviético (Gramsci, 2004:402).

A criação dos “*conselhos de fábrica*” ajudou na organização do movimento operário e desenvolveu uma cultura participativa dos trabalhadores. A proposta de Gramsci era de uma “*intervenção ativa*” através de um trabalho em busca de informação, onde o recolhimento de dados no campo técnico seria de fundamental importância para as federações de categorias e órgãos centrais (Paiva e Vasconcellos, 2011:374).

Os “*conselhos de fábrica*” constituíam a base de criação de um novo Estado e, tal como tinha sido concebido pelo *L’Ordine Nuovo*, era uma instituição de “*caráter público*”. A participação do operário se dava na posição de produtor, da mesma maneira que um cidadão faz parte do Estado parlamentar democrático, o que difere da participação no sindicato e no partido, que são participações voluntárias que geram compromisso escrito, contrato. Nesta concepção, o *conselho* compreende o conjunto das relações industriais que liga uma equipe a outra e uma seção a outra sucessivamente (Gramsci, 2004:406).

Gramsci e Togliatti escreveram sobre os “*conselhos de fábrica*”, apoiando e incentivando a união da classe trabalhadora, para que, através dessa união e do diálogo, tivessem a possibilidade de perceber o lugar que ocupavam na sociedade e no sistema produtivo, propiciando o surgimento da proposta de uma nova sociedade, uma nova ordem. Construía com os operários, a partir de reuniões e debates, uma consciência que se manifestava, dando voz aos trabalhadores.

Gramsci via no *conselho* a possibilidade de conferir ao operário a responsabilidade na produção, disciplina espontânea e consciente, que criava nele uma mentalidade “*do produtor, do criador de história*”. Essa nova consciência deveria ser levada ao sindicato, que passava a

se ocupar não apenas da luta de classes, mas também por buscar uma nova configuração da economia e da técnica de trabalho que é a busca da civilização comunista, sem a existência de classes (Gramsci, 2004:290).

Os operários se organizavam nos sindicatos e acreditavam em um resultado transformador, com o fim da exploração do homem por outro homem com a derrota do capitalismo. No entanto, esta posição não poderia ser de imediato alcançada, por isso todos os esforços se voltavam para conquistas mais imediatas como a melhora das condições de vida, maiores salários, menor jornada de trabalho e outras. Embora tenha sido alcançada alguma melhora no cotidiano na vida dos trabalhadores, o princípio da propriedade privada, a ordem da produção capitalista e o lucro se mantiveram nas mesmas bases, ou seja, a exploração do homem pelo homem se manteve (Gramsci, 2004).

Desenvolvia-se no “*conselho de fábrica*”, na perspectiva de Gramsci, uma solidariedade operária positiva, por suscitar no operário um sentimento de pertencimento de um todo orgânico, homogêneo, que realizava no trabalho a produção de riqueza social, sem interesse. Através do seu trabalho, o operário sentia seu poder e sua soberania. Surgem dirigentes espontâneos e indivíduos capazes, fundamentais para o desenvolvimento do trabalho sindical.

Para Souza (2009), o sistema de *conselhos* na teoria política de Gramsci representou uma importante forma de intervenção na história de luta e organização do movimento operário ocidental e tornou-se uma prática política no território da fábrica, transformando o local de trabalho em uma unidade indispensável à luta do trabalhador. No pensamento gramsciano, Souza (2009) observa que os “*conselhos de fábrica*” foram um instrumento básico para a mobilização operária e uma forma de organização para a ação cotidiana.

Os “*conselhos de fábrica*” também possibilitaram que em cada seção da fábrica os operários se dividissem em equipes. Cada equipe uma unidade de trabalho, isto é, uma profissão. Os comissários que compunham o conselho eram eleitos pelos operários e representavam cada seção. Essa representação não se baseava no individual, mas na unidade orgânica e concreta da profissão. Ao mesmo tempo em que a equipe profissional era destacada no todo da classe, sentia-se entrosada pela disciplina e pelo desenvolvimento da produção. A categoria profissional se indiferenciava enquanto interesse econômico e político de uma classe, e se destacava no conjunto pelo interesse técnico e pelo desenvolvimento de um determinado instrumento de trabalho.

No entanto, já em 1919, Gramsci analisava criticamente o papel dos sindicatos e observava que a organização na forma que existia na Europa Ocidental não conseguiria desempenhar seu papel de organismo revolucionário, emancipador do proletariado e agente transformador da sociedade.

As organizações que existiam, como as Câmaras do Trabalho, as federações industriais, os sindicatos e a Confederação Geral do Trabalho refletiam o período histórico de predomínio do capital e o regime de propriedade privada.

Ao organizar os trabalhadores, segundo a mesma profissão ou a mesma indústria, ou segundo o instrumento que utilizavam, contribuiriam, na visão de Gramsci, para endossar a psicologia de que a capacidade e aptidões para uma ou outra atividade poderia ser transformada em ganho individual, menosprezando a visão totalizante do trabalhador como um produtor e, não, um mero especialista. O operário limita sua visão à sua capacidade específica, não se identifica como produtor e muito menos como fazendo parte de um sistema, de uma engrenagem onde o objeto fabricado é a consolidação desse todo (Gramsci, 2004).

O relacionamento entre os *conselhos*, sindicatos e partido, representantes da luta de classes, e a forma de reconstrução estabelecida por eles, dizia muito da capacidade revolucionária. Para Gramsci, a ação dos sindicatos deveria ultrapassar o imediatismo tanto quanto se proponha ser revolucionário como foi na Revolução russa, onde sindicatos conseguiam transferir o foco de sua ação para a economia, estendendo sua atuação à organização da produção e distribuição (Gramsci, 2004:313).

Na medida em que o trabalhador se percebe fazendo parte da totalidade, isto é, não apartado do sistema de trabalho do qual participa e que tem como materialização o objeto do seu trabalho, ele se torna capaz de desenvolver a percepção da realidade de uma forma integradora, onde é permitido estabelecer uma interação, muitas vezes contraditória, entre a sociedade em que vive e a função que ele, trabalhador, desempenha nessa sociedade. A partir dessa percepção é possível construir uma maneira de pensar própria, incluindo valores próprios oriundos de suas necessidades e desejos, conectando pontos que possam incluí-lo nas relações sociais existentes de forma responsável e participativa na busca de um novo modelo de sociedade.

O Partido comunista tinha como função na conquista de uma nova ordem social a organização dos operários e camponeses em classe dominante, com o objetivo de que o novo

Estado com seus organismos pudesse desenvolver a ação revolucionária que romperia com o princípio da propriedade privada (Gramsci, 2004).

Gramsci vai adquirindo um amadurecimento político, proveniente de suas experiências em Turim com os operários e de sua relação com a Revolução russa, que representam um crescimento na sua concepção de cultura, já não sendo mais aquela cultura humanística das escolas tradicionais. Manacorda (2008:46-47) assinala que Gramsci acreditou em uma direção hegemônica da classe trabalhadora, através do partido, frente aos intelectuais. E, embora em sua linguagem, ainda se encontrasse, diversas vezes, um resquício idealista, sua proposta era a de que, mediante uma “*mecanização*” convertida em “*oportunidade dialética*”, fosse dado ao trabalhador “*uma nova dimensão e capacidade humana*”. Sobre o tema, assim se expressa Gramsci:

O operário só pode conceber a si mesmo como produtor se se conceber como parte inseparável de todo sistema de trabalho que se consolida no objeto fabricado, se vivenciar a unidade do processo industrial que requer a colaboração do trabalhador manual, do qualificado [...] se, depois de ter sido inserido psicologicamente no específico processo produtivo de uma determinada fábrica [...] e de ter se concebido como um momento necessário e ineliminável da atividade de um complexo social que produz o automóvel, superar esta fase [...] concebendo Turim como uma unidade de produção caracterizada pelo automóvel, [...] concebendo os trabalhadores destas múltiplas atividades gerais como sendo também eles produtores da indústria automobilística [...] (Gramsci, 2004:300-301).

Segundo Manacorda (2008:47), o modelo dos russos não era unívoco e nem de fácil interpretação à distância. Por esse motivo, Gramsci oscila entre várias formas de expressões e por isso recebe várias acusações como as de ser voluntarista, espiritualista, futurista, etc.

No período que vai de maio de 1922 a novembro de 1923, Gramsci fica em Moscou e até maio de 1924 em Viena. Volta para Itália em plena ditadura fascista. A experiência soviética lhe trouxe maior clareza e convicção. O que muda, na visão de Gramsci, é que ele percebe a dificuldade de criar uma organização cultural que tivesse como referência grupos de intelectuais proletários, não só por ser uma iniciativa que vem de baixo, e não só pela falta de vínculo entre as escolas idealizadas e o movimento operário, mas principalmente por não existir um vínculo orgânico desses intelectuais com as massas. Esse é o momento em que Gramsci elabora uma “*concepção de partido como intelectual coletivo*”. Não mais uma organização de cultura que faça o papel de terceiro órgão junto com o partido e o sindicato, mas uma atividade cultural que seja parte fundamental da atividade política do partido e que

possa contar, também, com os intelectuais tradicionais para um projeto revolucionário (Manacorda, 2008:56).

No entanto, Gramsci não deixa de refletir em seus textos sobre os subalternos, seu senso comum, sua espontaneidade, sua concepção de mundo e os limites a que estão submetidos quando não há uma “*direção consciente*” (Cc, 3:194). Por outro lado, Gramsci percebe nos subalternos o quanto existe de resistência à cultura que, embora hegemônica, não lhes parece genuína.

Não existe nunca em Gramsci uma exaltação do ‘povo’, dos subalternos assim como são. Se os subalternos são assim, mas querem tornar-se hegemônicos, devem, antes de mais nada, transformar a si mesmos. Mudar sem perder a autonomia, mesmo que seja uma autonomia relativa e intermitente, e sem se deixar assimilar e hegemônizar: mas transformando em primeiro lugar a si mesmos, adquirindo consciência (Liguori, 2011:260).

Desta forma, Gramsci segue a mesma direção encontrada em Lenin, só trocando “*consciência*” por “*direção consciente*”. Entretanto, Liguori (2011:261) acrescenta as diversas influências, além de Lenin, que ajudaram a construir o “*Gramsci maduro*”.

No *Caderno 6* (1930-1932), o pensamento de Gramsci parte da concepção de que o partido deveria desempenhar um papel político e, como tal, empenhar-se em ser a força que movimenta e forma as instituições culturais que se associarão às massas. Gramsci exemplifica dizendo:

Num partido existem analfabetos e a política cultural do partido é a luta contra o analfabetismo. Um grupo formado para lutar contra o analfabetismo não é ainda, estritamente, uma “escola para analfabetos”; numa escola para analfabetos, ensina-se a ler e a escrever; num grupo formado para lutar contra o analfabetismo, planejam-se todos os meios mais eficazes para extirpar o analfabetismo das grandes massas [...] etc. (Cc, 2:237)

Del Roio (2011:79) falando sobre a formação do partido explica que, para Gramsci, o surgimento dos intelectuais orgânicos se dá a partir da inserção no processo de produção. Tanto o processo do trabalho como o do conhecimento, na medida em que transformam a realidade fazem parte desse despontar. E quando esses intelectuais estão se estruturando em uma determinada sociedade buscam organizar a classe em partidos e em sindicatos. Na organização de ambos é que se encontra a condição propícia para uma evolução intelectual. Del Roio lembra a metáfora usada por Gramsci sobre o surgimento do Príncipe Moderno, que representa ao mesmo tempo Maquiavel e Lenin. E Gramsci define:

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo da sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação (Cc, 3:16).

E, ainda, para Del Roio, Gramsci vê no Príncipe Moderno aquele partido que unifica os subalternos ascensionando-os culturalmente e politicamente.

NOTAS

10 Uma caracterização dessa vertente do pensamento de Croce encontra-se em Bianchi (2007), segundo palavras do próprio Croce: “O renovado conceito de filosofia em sua tradição especulativa e dialética e não mais positivista e classificatória, a ampla visão da história, a união da erudição com o filosofar, o sentido vivíssimo da poesia e da arte em seu próprio caráter original e com isso a via aberta ao reconhecimento em sua positividade e autonomia de todas as categorias ideais”.

11 Carta endereçada à Tatiana Schucht de 17 de agosto de 1931 (Gramsci, 2005a:72).

12 Como arditismo, o próprio Gramsci define a ação das organizações armadas privadas que funcionam na ilegalidade, para que o Estado possa se reorganizar (Cc, 3).

4 – O MODELO OPERÁRIO ITALIANO (MOI)

A riqueza dos movimentos dos trabalhadores, em suas lutas por mais direitos, fortaleceu a classe trabalhadora e suas organizações no final do século XIX e início do século XX. Entretanto, as duas guerras mundiais (1914-1918; 1939-1945), com o surgimento do fascismo em vários países, especialmente na Itália, cenário de nossa discussão, enfraqueceram a luta operária neste período.

País vencido na 2ª Guerra Mundial, a Itália em seu processo de reconstrução nos anos 1950 e 1960 exibia altíssimos índices de acidente de trabalho. Dados do anuário *Notizie statistiche dell'Inail* de 1954, mostravam que os acidentes de trabalho superavam um milhão de casos anuais. De 1953 a 1962, o aumento dos acidentes de trabalho na indústria italiana foi de 80%. Em 1964, reportava-se um acidente de trabalho a cada 20 segundos, uma invalidez permanente a cada dez minutos e 15 mortes por dia: “*un infortunio ogni venti secondi; un invalido permanente ogni dieci minuti, quindici morti per infortuni sul lavoro ogni giorno*” (Belli, 2001:67).

Este fato colocou a reconstrução do país em confronto com a reconstrução da sua classe operária, sua organização e sua luta, no período em que se consolidava a divisão do mundo pós-guerra nos dois blocos ideológicos da Guerra Fria. À maneira da época da militância de Gramsci, 40 anos antes, o sindicalismo operário italiano após a 2ª Guerra Mundial era fortemente vinculado ao PCI que, no período da Guerra Fria, chegou a ser o maior partido comunista do ocidente fora do bloco soviético. Pelo fato de ostentar uma força político-partidária considerável no contexto italiano, o PCI contribuiu para o fortalecimento da luta operária, cujo foco foi muito marcado sobre a “*saúde nas fábricas*”, especialmente em virtude da gravidade dos indicadores de acidentes de trabalho (Paiva e Vasconcellos, 2011).

Durante os debates promovidos pelos sindicatos e partidos políticos sobre as relações capital-trabalho na década de 1950, a saúde nas fábricas era um tema recorrente e no ano de 1954 a *Confederazione Generale Italiana del Lavoro* (CGIL) introduziu o tema “*Retorno à fábrica*”, para que seus sindicatos afiliados enviassem negociações com os patrões sobre as relações de trabalho (Alonso, 2007).

Berlinguer (1983) assinala o dilema de se escolher, naqueles anos, entre emprego ou luta pela saúde. Sindicatos e trabalhadores aceitavam passivamente os riscos à saúde, por

obterem compensações salariais de horas extras, indenizações e adicionais de risco no trabalho.

Por certo, ainda não havia nascido uma identidade da classe trabalhadora italiana que reconhecesse sua força de luta, na qual sobressairia a questão da saúde que, tempos depois, viria a servir como paradigma de mudanças na forma de intervir sobre os problemas de saúde no trabalho.

A consciência e o amadurecimento político e cultural do operariado italiano, que ocorreu nos anos 1950, culminou na década de 1960 com a mobilização da classe trabalhadora vinculada ao tema “*exploração = doença e ação coletiva = mais saúde*” (Berlinguer, 1983:17).

Nesse contexto, com o direcionamento que o sindicalismo operário assumia tornou-se imperioso conhecer a realidade do processo produtivo em seus meandros, a organização do trabalho, seus tempos e movimentos, as condições e o ambiente de trabalho e toda a diversidade de variáveis envolvidas. Era necessário desenvolver investigações que, por força de sua motivação operária, se tornasse participativa criando estratégias de proteção física e psíquica para os trabalhadores. À prevalente cultura proletária e patronal de monetarização do risco - exposição ao risco em troca de dinheiro - (Alonso, 2007; Berlinguer, 1983) interpunha-se um movimento que precisaria superar o desejo arraigado do operariado de receber um pagamento para continuar se expondo aos riscos, adoecendo e morrendo no trabalho.

O movimento que foi se delineando, pouco a pouco, teve a participação e colaboração de diversos personagens, muitos deles anônimos que ajudaram a construir essa história. Contudo, entre os inúmeros trabalhadores, sindicalistas, estudantes, técnicos, políticos e militantes partidários que participaram do movimento, alguns personagens se destacaram por sua devotação e liderança, como Gastone Marri (sindicalista e mentor do modelo), Ivar Oddone (médico e mentor do modelo), Giovanni Berlinguer (médico do trabalho e parlamentar do PCI), além do próprio Partido Comunista Italiano que cumpriu um papel fundamental na luta, influenciando profundamente na política do país nesse período (Vacca, 2006).

As transformações que principiavam a ser pretendidas tinham os próprios trabalhadores como protagonistas da condução das lutas, auxiliados pelos sindicalistas e técnicos. Dentro da CGIL, em torno de 1961, nascia um modelo de controle da nocividade do ambiente de trabalho, cuja face marcante foi o reconhecimento, por parte dos próprios

trabalhadores, do poder do seu saber e o potencial transformador a partir desse saber (Alonso, 2007; Berlinguer, 1983). “*O modelo operário italiano nasceu com a proposta de modificar conceitos e romper com o paradigma no qual a defesa da saúde deveria ficar a cargo das instituições oficiais*” (Paiva e Vasconcellos, 2011:385). Desse modo, o saber operário revestiu-se de importância essencial na transformação dos ambientes de trabalho, pois a experiência operária tinha informações e impressões da realidade vivida que ninguém mais o tinha (Alonso, 2007).

Na observação de Oddone e colaboradores (1986:28) “*a classe operária contrapõe à tendência patronal uma alternativa: um ambiente de trabalho no qual não só esteja ausente qualquer fator nocivo, mas onde também sejam satisfeitas as exigências do homem*”. Com esse espírito, o processo de criação do modelo foi acompanhado pelo envolvimento ativo e responsável dos trabalhadores, entendido como necessário para o seu êxito. Com a riqueza dos inúmeros debates, a valorização dessas experiências foi impulsionando gradativamente uma nova cultura e estratégia sindical de luta pela saúde (Alonso, 2007).

Os primeiros passos foram dados quando, após denúncia dos trabalhadores, foi identificado por meio de debates e entrevistas na Farmitalia por trabalhadores, sindicalistas e técnicos as causas da nocividade ambiental e as características do seu processo produtivo. Em seguida, outras experiências sucederam-se na Fiat Mirafiori e mesmo tendo algumas dessas lutas ficado inconclusas, tornou-se visível a possibilidade real de aliança entre técnicos e operários na direção da mudança. Em 1961, um dos convênios realizados entre patrões e o sindicato adotou reivindicações revolucionárias como a utilização de substâncias menos nocivas; diversas medidas preventivas; criação de comissão ambiental; rodízio e pausas nos trabalhos de risco; direito do sindicato intervir com peritos externos (Alonso, 2007; Oddone *et al.*, 1986).

Gastone Marri observa que em 1963 já havia material teórico suficiente para iniciar um debate mais qualificado do sindicato e trabalhadores em relação a alguns temas: adaptação às condições de trabalho; indenização em detrimento da prevenção; eficácia do controle interno das condições de trabalho, maquinário e outros componentes; legislação sobre doenças do trabalho; relação homem-máquina; exigências psicossomáticas dos trabalhadores (Belli, 2001).

Com a evolução do movimento foi criado por um grupo de operários, sindicalistas, estudantes e técnicos, em Turim, em 1964, o 1º centro de luta contra a nocividade no trabalho.

Logo, em Milão, foi criado o 2º e mais quatorze foram criados em seguida. Seu objetivo era o de construir um centro de memória da luta, em princípio de modo informal, que se propunha a estudar o controle da nocividade do ambiente, as doenças, os efeitos da fadiga, os agentes químicos e a silicose, entre outros estudos importantes (Alonso, 2007).

Os centros nos rememoram a palavra de Gramsci em um de seus artigos no *L'Ordine Nuovo*: "*Somente de um trabalho comum e solidário de esclarecimento, de persuasão e de educação recíproca é que nascerá a ação concreta de construção*" (Gramsci, 2004:245).

A par dos inúmeros debates, a experiência e colaboração de Ivar Oddone contribuiu de forma decisiva, situando a saúde não como reivindicação, mas como algo a ser construído pelos trabalhadores, com sua participação direta, conscientização e ressignificação da saúde no ambiente de trabalho (Belli, 2001).

A necessidade de obter um maior conhecimento sobre as condições de trabalho, a partir da percepção dos operários, culminou com uma iniciativa do Partido Comunista Italiano, em 1967, no sentido de realizar um inquérito nas fábricas. Por intermédio de entrevistas e aplicação de questionários, foi feito um amplo levantamento das reais condições de trabalho no interior das fábricas. Os pontos de vista dos operários retrataram a realidade da exploração e sua repercussão sobre a saúde, demonstrando claramente a conivência dos órgãos do aparelho de Estado responsáveis pela proteção do trabalhador (Berlinguer, 1983). "*A participação ativa do trabalhador, o conhecimento e a sua autonomia possibilitaram, pouco a pouco, a construção do conceito de não delegação, cujo significado implica em não delegar à técnica tradicional e instituída e à gestão político-institucional o direito do controle das condições do ambiente de trabalho*" (Paiva e Vasconcellos, 2011:387).

Um dos principais pilares conceituais do modelo: a validação consensual dos problemas e suas soluções foi se consolidando, pouco a pouco. A busca de consenso entre os próprios trabalhadores e, em seguida, destes com os técnicos, tais como os médicos, foi gradualmente possibilitando a validação de parâmetros dos riscos à saúde e, ainda, das condições de trabalho em determinadas situações e atividades, como, por exemplo, a utilização de determinadas substâncias. Desse modo, o emprego de instrumental técnico validado acabou por tornar-se capaz de sustentar ao longo do processo as reivindicações do operariado (Alonso, 2007; Belli, 2001).

Em 1968, foi realizado um convênio regional de Medicina Preventiva e Ambiente de Trabalho, em Ravenna, com a participação de Ivar Oddone que discorreu sobre os princípios

norteadores do modelo. Na ocasião, ficou patente o papel do sindicato e ressaltou-se que tanto a validação consensual quanto a não delegação (*validazione consensuale e la non delega*) não são princípios de luta e ação que acontecem espontaneamente, mas somente tornam-se capazes de mudarem a realidade se for demonstrado com firmeza e de forma clara o seu objetivo. Na fábrica, cabe ao sindicato identificar grupos homogêneos de trabalhadores expostos aos mesmos riscos à saúde (*gruppi operai omogenei*), subsidiar as análises ambientais fornecendo modelos e suas estruturas e sistematizar as informações recolhidas pelos grupos. Estas, obtidas pela observação espontânea visando a busca de soluções, passam a ser os fatores de contestação e negociação para a criação de um sistema permanente de controle das situações causadoras dos problemas que afetam a saúde dos operários (Belli, 2001:141).

A ideia de grupo operário homogêneo, com o grupo de trabalhadores submetidos às mesmas, ou similares, condições de trabalho, assumiu um protagonismo no sentido de avaliar os riscos e perigos nas fábricas e se consolidou como instância capaz de sugerir e exigir as modificações necessárias. A rigor, o grupo operário homogêneo tornou-se o principal interlocutor político e 'científico' do processo.

A síntese desses conceitos que surgiam, enquanto palavras de ordem de uma nova luta, foi retratada no lema «*A saúde não se vende nem se delega: se defende*». Essa emblemática sentença passou a ser a marca do movimento, aparecendo em cartazes, periódicos sindicais (Maccacaro, 1980) e publicações, como no título do livro de Alonso (2007), em que é narrada a trajetória do modelo operário (Paiva e Vasconcellos, 2011:388).

Um dos principais resultados das observações empíricas dos operários, especialmente no âmbito de sua atuação no grupo homogêneo, foi o mapa de riscos. Hoje consagrado em vários países do mundo, inclusive no Brasil, o mapa de riscos passou a ser o principal instrumento, criado pelos próprios trabalhadores, para realizar as análises metodológicas qualitativas do ambiente, do processo e das condições de trabalho nas fábricas. Atualmente, o mapa de riscos é utilizado em outros setores da economia e não somente no setor fabril. Um fator relevante do mapa de riscos foi o estímulo à participação do trabalhador ao ver-se identificado no instrumento. A representação estampada no documento impresso e validado consensualmente legitimava a correlação entre o estado de saúde dos operários e a exposição ao risco correspondente. “*Al leerlo, los trabajadores encontraban reflejado su estado de salud y su relación con la exposición a riesgos. Fue un elemento que incitaba a la participación*” (Alonso, 2007:20).

As diversas conquistas foram ocorrendo gradativamente, especialmente a partir do biênio 1968-1969. Uma delas, a eliminação, ou expressiva diminuição, da monetarização do risco (recebimento de adicionais de insalubridade) nos novos contratos de trabalho firmados no período. Outra conquista foi a exigência, por parte dos trabalhadores, do controle sobre as condições de trabalho nocivas à saúde. E, ainda, conquistou-se o poder de intervenção dos trabalhadores em todas as situações capazes de afetar sua integridade física e psíquica, estabelecendo-se acordos para uma menor exposição aos riscos, por meio de rodízios, redução de carga horária, alterações de ritmo, colocando a exposição ao risco trocada por salário em posição indesejável (Berlinguer, 1983).

Todo esse movimento culminou, em 1970, com a promulgação do *Estatuto dos Trabalhadores* (Lei nº 300)¹². Seu conteúdo proibia acordos promovidos pelos patrões que envolvessem absenteísmo, doenças ou acidentes de trabalho e, ainda, determinava o seu controle por intermédio dos serviços públicos de inspeção. Os trabalhadores tinham direito, por meio de seus representantes, de controlar a aplicação de normas para a prevenção de acidentes e de doenças profissionais e de promover investigações, elaborações de propostas e execução de medidas de proteção da saúde.

Além dessa conquista, agregaram-se outras situações que favoreceram a consolidação do movimento e seu modelo de intervenção. Podem ser citadas: uma nova consciência de juristas e médicos sobre essas questões; a ideia de que a lei poderia ser aprimorada e ampliada; a realização de inquéritos com a participação de trabalhadores e técnicos; e o engajamento da sociedade local no controle das intervenções sanitárias. À ideia de que a saúde deveria ser protegida “*como direito fundamental do indivíduo e interesse da coletividade*”, como determina o Art. 32 da Constituição Italiana, corresponde a proposta de um novo modelo de proteção à saúde, em que a participação da comunidade referenda a regulação da relação homem-ambiente. Berlinguer assim expressa o que caracterizou como vanguarda:

[...] o Estatuto dos Trabalhadores e alguns contratos coletivos firmados na Itália entre 1969 e 1973 são conquistas de vanguarda, no que diz respeito ao mundo capitalista. [...] Há entretanto alguns conceitos, algumas aquisições teóricas, que nasceram da experiência desses anos (e, portanto, radicadas nas massas) cujo valor transcende provavelmente o tema saúde e ultrapassa as fronteiras italianas. Creio que se os nossos filósofos [...] estivessem mais atentos à evolução da relação entre capital e trabalho, entre ciência e sociedade; [...] poderiam ser retiradas das lutas pela saúde conduzidas na Itália nesses anos, algumas indicações interpretativas de valor internacional para argumentos antigos que hoje suscitam debates apaixonados: a

democracia como participação de massa; a relação ciência-trabalho e ciência-poder; os valores humanos na tecnologia moderna; a relação homem-ambiente (Berlinguer, 1983:23-24).

Em 1972, em Rimini, foi realizada uma conferência para a avaliação do período de 1968-1971 com a participação de delegados, sindicatos e técnicos de saúde na busca de sintetizar e elaborar um plano de ação que pudesse tratar da questão do ambiente do trabalho. Os pontos levantados no evento ultrapassaram um plano de negociação e representaram “*um plano orgânico de intervenção*”, recuperando experiências e formulações dos anos antecedentes nas fábricas. A Conferência Nacional de Rimini: “*A defesa da saúde nos locais de trabalho*”, deixou claro para os sindicatos o valor da fábrica como potencial político e cultural dos trabalhadores, lugar de experiência, aplicação e transformação, sem delegação (Oddone et al, 1986:79). Ficou patente nesse histórico encontro a consolidação de algumas conquistas, das quais podemos destacar: o reconhecimento e a socialização de um saber emanado dos trabalhadores; o princípio de não delegar aos técnicos a decisão sobre o que fazer para transformar e a validação consensual; a priorização de um comportamento prevencionista; o direito à informação; e a reestruturação do poder público em função do novo processo.

Laurell (1984:32), em sua análise sobre a importância da luta italiana pela saúde do trabalhador ressalta que

La concepción que se perfila en el Modelo Obrero más claramente es la subjetividad-experiencia obrera como conocimiento latente acumulado, resultado del vivir y actuar en determinada realidad, cuyo portador es el grupo homogéneo, o sea, la colectividad que comparte esa realidad.

No quadro, a seguir, listamos 12 dos principais pontos decididos na conferência correlacionando-os com as conquistas categorizadas como expressões relevantes do MOI, mais diretamente ligadas a cada um dos pontos.

Conferência Nacional de Rimini, 1972: Correlação entre 12 pontos decididos e categorias relevantes do MOI.

Pontos decididos na Conferência	Expressões relevantes de conquistas do MOI				
	Conhecimento Saber operário	Não delegação Valid. consens	Prevenção	Direito à Informação	Poder público
1 - Não monetização da saúde e do risco	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
2 - Intervenção do sindicato quanto à localização, projeto e construção das novas fábricas	SIM	-	SIM	SIM	-
3 - Avaliação crítica da legislação sobre prevenção a nível civil e penal e de todas Instituições que tratam da medicina ambiental, assim como o estabelecimento de uma nova relação com a Magistratura	SIM	-	SIM	SIM	SIM
4 - Capacitação dos grupos homogêneos, estímulo à participação na descoberta de riscos e danos e elaboração das modificações necessárias	SIM	SIM	SIM	SIM	-
5 - Conquista de conhecimento dos Conselhos de fábrica em matérias consideradas de competência patronal (acidentes e doença profissional).	SIM	SIM	SIM	SIM	-
6 - Troca de experiências e iniciativas isoladas através de uma coordenação política	SIM	SIM	SIM	SIM	-
7 - Investimento no problema do ambiente relacionado às categorias de serviços e de emprego público	SIM	-	-	-	SIM
8 - Ação sindical regionalizada e direcionamento para que as instituições locais coordenem as ações que garantam a utilização das estruturas sanitárias programadas.	-	-	-	-	SIM
9 - Relacionamento orgânico com os técnicos de saúde com o objetivo de responsabilização da troca de experiências, enriquecimento de conteúdo e substituição das técnicas patronais	-	SIM	-	-	SIM
10 - Constituição do Centro de Documentação Nacional assegurando a socialização do conhecim. e das experiências e a criação de centros unitários de coordenação contra a nocividade para que técnicos possam organicamente se inserir	SIM	-	-	SIM	SIM
11 - Promoção de atividades formativas específicas sobre saúde e ambiente	SIM	-	-	SIM	-
12 - Presença da Patronal no locais de trabalho visando unir a ação de pesquisa sobre danos e riscos do trabalho com a questão da indenização e ressarcimento	SIM	-	-	SIM	SIM

Fonte: Elaboração da autora, baseado em Oddone *et al*, 1986.

Dentre as conquistas dos trabalhadores italianos, nesse processo, sobressai o fato de terem sido protagonistas numa luta que transcendeu a Itália. Em outros países, a opinião dos trabalhadores e suas experiências passaram a ser observadas e respeitadas, deixando de ser mera impressão para ocupar um lugar destinado ao conhecimento científico, com a função de servir como instrumento de transformação. “*A classe operária adquire capacidade hegemônica por ser a classe produtora, a classe mais espoliada e atingida, mas também a mais consciente das causas da exploração e da insalubridade, aquela capaz de liberar, consigo mesma, o restante dos homens*” (Berlinguer, 1983:63).

Maccacaro (1980) observa que se a medicina do capital existe para administrar a patologia do capital, a saúde da classe operária deve requerer uma medicina da classe operária, em que esta se expresse como sujeito médico e político. Ao insuficiente controle sanitário deve se juntar o controle social, em que ambos se contraponham a uma medicina baseada na “*gestión farmacológica de los problemas sociales*” e à ideia de que a rebelião contra o estado natural das coisas é uma forma de doença. Nesse sentido, a medicina não seria curativa nem preventiva, mas “*quizá solamente calmante y marginante*” (Maccacaro, 1980:80).

Essa luta, em que o trabalhador tomou consciência de si próprio como parte fundamental do processo de produção e do desenvolvimento econômico, que irrompeu na Itália como “*explosão de uma consciência específica*” nos anos 1960, possibilitou algumas descobertas relevantes, entre elas, a de que ao se mudar o sujeito do discurso muda-se o próprio discurso. Outra descoberta para os trabalhadores foi a dimensão mental do complexo “*bienestar-malestar*”. E, quanto ao caráter metodológico, a descoberta de que o grupo operário, a pesquisa de fábrica e a relação entre fábrica e região, ocupam e se tornam um “*lugar*” social (Maccacaro, 1980:83-84).

Podemos concluir que a classe trabalhadora italiana amadureceu a consciência de luta pela saúde percebendo-se não mais objeto de investigação sanitária, mas sujeito de construção de uma política de saúde, onde são encontrados **pontos fundamentais discutidos nessa luta**, como enfocou Franco Basaglia com outros autores no livro *La salute in fabbrica. Per una linea alternativa di gestione della salute nei posti di lavoro e nei quartieri* (Paiva e Vasconcellos, 2011:391) (grifo nosso).

O livro de Basaglia e outros, em sua edição mexicana de 1980 (a partir da tradução da edição italiana original de 1974), assinala alguns desses pontos fundamentais: o processo saúde-doença como emergente estrutural das condições de trabalho e das condições sociais

gerais vinculadas ao trabalho (Basaglia *et al*, 1980:14); a incapacidade teórica do modelo médico de analisar a problemática da saúde dos trabalhadores (idem:16); a solução mais significativa para a crise da saúde é dada pelo movimento operário que reivindica a unidade de ação e luta em torno da relação política e saúde (idem:28); "*la salud obrera es la única que liberándose, libera también la salud de los demás hombres*" (idem:73); se a medicina do capital serve para administrar a patologia do capital, a saúde da classe operária requer uma medicina da classe operária, em que esta possa se expressar como sujeito médico e político (idem:86); e, entre outros, as conquistas do movimento operário italiano com o Estatuto dos Trabalhadores (idem:114).

Oddone e colaboradores (1986:84) sintetizam algumas dessas conquistas, de forma objetiva, nos diversos campos em que o movimento teve atuação e êxito.

1 - Campo do conhecimento e do controle de riscos e danos - Conhecimento da natureza e composição das substâncias químicas utilizadas, recusa do uso de substâncias e formas de energia que se desconheça a composição e/ou tenham efeitos danosos à saúde; controle de aplicação das normas dos serviços sanitários e dos laboratórios empresariais de higiene; negociação da denúncia de exercício e dos expostos à sílica e ao asbesto; controle da execução das consultas periódicas; direito de partes das representações sindicais de empresas de conhecer o Registro de Acidentes; direito dos delegados de controlar o ambiente com instrumentos e de receberem treinamentos por conta das empresas; direito de estabelecer registro dos dados ambientais e bioestatísticos nas empresas e setores; cadernetas pessoais de riscos e sanitárias; criação pelas empresas de estruturas sanitárias para o controle da nocividade na fábrica e no território; instalação feita pelas empresas de medidores contínuos de substâncias tóxicas.

2 - Campo das medidas idôneas para reduzir riscos - uso do Máximo Aceitável de Concentração (MAC); direito à interrupção do trabalho se os níveis ambientais superarem o MAC contratual; direito de negociação de uma nova função, no caso de acidente ou doença profissional; férias suplementares para trabalhadores que desempenhem tarefas nocivas; obrigação das empresas de gerirem as operações de manutenção; substituição de substâncias nocivas; revezamento nas tarefas nocivas; redução de horário de trabalho para ocupações nocivas; locais específicos para pausas de repouso; revezamento nas tarefas nocivas medidas pelo MAC biológico.

3 - Campo dos processos produtivos e organização do trabalho - direito de intervenção do sindicato na projeção, reorganização ou reestruturação da produção; direito de intervenção na ecologia e negociação das novas indústrias; separação das tarefas nocivas e divulgação do local e do horário onde será realizada; negociação dos ciclos produtivos e dos programas de manutenção; uso de equipamentos individuais de proteção, pausas, aumento do pessoal e das modalidades de controle e manutenção dos equipamentos; negociação dos tempos e ritmos; pausas para necessidades fisiológicas e efeitos estressantes; negociação em relação a prêmios e substituição de pessoal da produção e direito a conhecer os dados e os critérios utilizados para a determinação do tempo de trabalho, através de quadros de aviso para que os operários de uma determinada linha possam ter o controle; negociação das normas de segurança; empresas cujo trabalho se dê ao ar livre se comprometem a instalar refeitórios, vestiário, serviços higiênicos sanitários com aquecimento e água corrente, mesmo que seja em área comum com outras empresas.

NOTA

12 Norme sulla tutela della libertà e dignità dei lavoratori, della libertà sindacale e dell'attività sindacale nei luoghi di lavoro e norme sul collocamento (Lei original e na íntegra - Anexo A).

5 – AS RELAÇÕES ENTRE O MOI E GRAMSCI

Para correlacionar o pensamento de Antonio Gramsci com o Modelo Operário Italiano, dentro do objetivo geral deste trabalho, buscamos estabelecer conexões entre as categorias de análise sistematizadas anteriormente em seu pensamento e os princípios de ação e luta do movimento operário que redundou no modelo de luta pela saúde.

A configuração gradual de um método que, pouco a pouco, se consolidou como um modelo de transformação do trabalho, com foco na eliminação da nocividade, culminando com um novo conceito de saúde do trabalhador, pautou-se em diversos princípios que foram sendo construídos no curso do processo de luta. É inesgotável a diversidade de variáveis que emergiram no período, mas podemos assinalar algumas delas. Seguindo Oddone e colaboradores (1986:55), iniciamos com o princípio da ação sindical dentro da fábrica, a partir do grupo operário homogêneo. Na medida do interesse do grupo operário, com o apoio sindical toma-se como ponto de partida a “*pesquisa sobre a realidade*”, através da observação espontânea. Esta possibilita o conhecimento dos problemas e a elaboração de propostas de mudança, com a participação das diversas instâncias representativas da pesquisa-ação (o delegado do grupo operário homogêneo, o conselho de fábrica e sua comissão ambiental e o coletivo de operários-médicos-estudantes). Deste modo, observa-se o “*que pode representar o primeiro momento de unidade real de organização da luta dentro e fora da fábrica, de socialização das descobertas e de recomposição de classe através do conhecimento coletivo entre operários, técnicos e intelectuais*”.

Emergem, assim, novos princípios de ação e luta, tais como a construção coletiva do conhecimento, a socialização do conhecimento, a centralidade da fábrica como móvel da mudança e o papel hegemônico do sindicato. A riqueza de formulações que vão despontando como um novo método delineia uma sustentação ideológica que se encontra na formulação da tríade de Vázquez (1968) quanto à filosofia da práxis como atividade produtiva, revolucionária e prática social no processo de conhecimento.

Ressaltam como princípios transformadores da nocividade no trabalho a organização dos trabalhadores e sua relação com a representação de classe, o trabalho como princípio educativo essencial da mudança, o papel do intelectual orgânico, o surgimento de uma nova concepção de mundo e de um novo senso comum, o trabalhador como sujeito da

transformação, a produção e socialização do conhecimento no trabalho e, principalmente, uma nova metodologia de ação para a transformação do trabalho.

Vamos encontrar na filosofia política de Gramsci a riqueza de argumentos necessários para compreendermos o quanto sua agenda propositiva de mudanças se reflete no modelo operário italiano daqueles anos e sua consolidação paradigmática como método de transformação do trabalho na sua relação com a saúde. Conforme nos assevera Buci-Glucksmann (1990), o fato de Gramsci não tratar de problemas abstratos, separados da vida dos homens, estabelecendo uma relação crítica e dialética entre teoria e prática e uma certa desconfiança de todo e qualquer intelectualismo pedante, seu pensamento não dava margem a ilusões. Ou, como gostava de dizer Togliatti, se a política é a “*unidade da vida de Gramsci*” exigindo o máximo de conhecimento histórico, filosófico, científico e cultural, ela deixa de ter um “*pragmatismo míope*” ou um “*empirismo de curto alcance*”. Aquele a quem, na prisão, Riboldi chamava de “*uma biblioteca ambulante*” é o mesmo que, em 1920, nas fábricas ocupadas, discutia horas e horas com os operários. E é o mesmo que lutava desde a juventude para que a classe operária adquirisse uma formação filosófica e cultural: um instrumento de liberação (Buci-Glucksmann, 1990:17-18). A coerência do pensamento gramsciano com sua participação na luta operária guarda correlações estreitas com a forma de encaminhamento das lutas pela saúde do MOI.

Os princípios de ação e luta do MOI analisados foram selecionados e sistematizados em razão dos seguintes aspectos: a relevância do princípio em si; a menção direta ou indireta que a literatura do MOI faz sobre Gramsci; e a correlação existente entre o princípio e as categorias de análise do pensamento gramsciano.

Retorno às Fábricas

A campanha iniciada na década de 1950 pela CGIL, “*Retorno às fábricas*”, teve como objetivo principal abordar os vários aspectos da relação de trabalho para posterior análise dos riscos em que estavam envolvidos os trabalhadores. Nesse contexto, não bastava o conhecimento da realidade que se dava pela denúncia dos acidentes e doenças geradas pelo trabalho, sendo fundamental uma avaliação mais profunda para então criar estratégias de luta e proteção para os trabalhadores. Para isso, em 1956, foi necessário deixar para trás a tese da crise irreversível do capitalismo e partir para uma análise da dinâmica tecnológica e de como era organizado o trabalho (Belli, 2001).

Esta opção pela análise da realidade nos remete ao valor atribuído no pensamento gramsciano à unidade entre teoria e prática, não como um fato mecânico, mas como um processo que se constrói até alcançar uma concepção de mundo que seja coerente e unitária (Cc, 1). Esse processo se inicia com a busca da própria concepção do real, e então, “*a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática se unificam*” (Cc, 1:103).

Segundo Semeraro (2006), a construção do conhecimento na visão de Gramsci, deve ter como referencial não só a realidade, mas também as relações de forças que são produzidas e atuam entre os grupos sociais ao longo da história incluindo as organizações políticas que lutam por uma hegemonia.

Quando em 1961, um grupo de técnicos, trabalhadores, estudantes e sindicalistas, entraram na Farmitalia, com o propósito de investigar os riscos que haviam naquela organização de trabalho, estavam inaugurando uma forma de pesquisa ainda não vista, dando um significado diferente ao que se tinha até então (Oddone *et al*, 1986).

A originalidade estava na participação de diversos saberes técnicos que, através de entrevistas, observações e coleta de múltiplas informações, conseguiam, em função das experiências e do conhecimento daqueles operários, detalhes de extrema importância para se ter um panorama do que ocorria na realidade da fábrica.

Essa pesquisa deu origem a duas importantes conquistas: a primeira de conseguir inserir reivindicações de melhoria do ambiente de trabalho na plataforma contratual dos químicos; a segunda, a realização, no mesmo ano, de um “*Congresso para a defesa da saúde dos trabalhadores da Farmitalia*” (Oddone *et al*, 1986:72).

Para Gramsci, a conquista de um grupo subalterno na sociedade depende da sua capacidade de luta, da sua organização e da sua autonomia. A busca pela realização dessas conquistas não deve se limitar apenas a reivindicações materiais, mas deve almejar uma nova forma de pensar, com valores diferenciados procurando estabelecer novas relações sociais e a construção mais democrática do conhecimento, onde todos possam atingir um progresso intelectual (Semeraro, 2006).

As primeiras conquistas dos trabalhadores na Farmitalia nos remete ao pensamento de Gramsci, principalmente quando lemos as declarações feitas pelos trabalhadores na introdução do Congresso em 1961:

Queremos esclarecer que este congresso e o diálogo entre trabalhadores e médicos que o permitiu, não nasceram **espontaneamente** e nem foram levados para a fábrica e para fora dela de cima para baixo, isto é, são o resultado de um esforço paciente e tenaz que uniu a cúpula da organização aos seus militantes e filiados e a quase todos os trabalhadores de outros sindicatos ou não organizados, sobre a base de uma discussão séria e de paciente elaboração, na qual cada um contribuiu com a sua experiência e assimilou a experiência dos outros, numa **maturidade de consciência** e de ação em todos os níveis. Quando os trabalhadores dizem que o problema da nocividade não nasceu agora na Farmitalia, que faz anos que os operários discutem entre si, exprimem uma realidade bem precisa. O que mudou neste ano, são os termos da discussão dos trabalhadores, é a posição que os trabalhadores tomaram no enfrentamento da nocividade e na defesa da sua saúde. Na base desta mudança está o esclarecimento, pelos trabalhadores, da contradição que regula, na FARMITALIA, como em outros lugares, a relação entre trabalhadores e produção também no campo da saúde (Oddone *et al*, 1986:72-73) (grifo nosso).

Analisando o discurso acima, podemos identificar as ideias de “*espontaneidade*” e “*direção consciente*”, discutidas em Gramsci, que considerava a espontaneidade com um potencial de mudança, mas que sem direção não seria suficiente para processar transformações. Nos *Cadernos*, referindo-se ao movimento de ocupação das fábricas de 1920, escreveu:

Este elemento de “espontaneidade” não foi negligenciado, menos ainda desprezado: foi *educado*, orientado, purificado de tudo o que de estranho podia afetá-lo, para torná-lo homogêneo em relação à teoria moderna, mas de modo vivo, historicamente eficiente (Cc, 3:196).

Os trabalhadores, no Congresso de 1961, ao falarem do valor da experiência de cada um, da troca entre eles, através de uma discussão, e em seguida da conquista de consciência, remete-nos ao que Gramsci pensa sobre o filósofo que existe em cada um, e como participamos de uma determinada concepção de mundo:

Após demonstrar que todos são filósofos, ainda que a seu modo, inconscientemente – já que, até mesmo na mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer, na linguagem, está contida uma determinada concepção de mundo – passa-se ao segundo momento, ao momento da crítica e da consciência [...] (Cc, 1:93).

Alguma coisa havia mudado, já que fazia muito tempo que a questão da nocividade na Farmitalia era discutida entre os trabalhadores. Embora já conhecessem a realidade, isto não era suficiente para processar mudanças. Só o conhecimento das contradições que pautavam as ações da indústria fez com que eles se conscientizassem do processo no qual estavam

inseridos e fossem capazes de elaborar uma crítica em relação aos riscos a que estavam expostos.

A estrutura da Farmitalia para a produção inclui laboratórios de estudo e pesquisas, laboratórios de análises dos produtos, “equipes” técnicas que estudam a introdução do progresso técnico na produção cara, complexa e perigosa da Farmitalia. Mas na Farmitalia não existem equipes técnicas que estudam os perigos que os processos de produção representam para os trabalhadores, não existem laboratórios que estudam os meios de prevenção (Introdução do Congresso *in Oddone et al*, 1986:73).

Diante das contradições, a opção feita pela indústria de priorizar a produção, e não a saúde dos trabalhadores, ficava cada vez mais evidente. Os trabalhadores se mobilizavam para garantir alguma proteção, mas ficava claro, cada vez mais, a complexidade do problema que não se limitava às deficiências pontuais no sistema de proteção. Partindo daí, trabalhadores se mobilizaram e começaram a estudar a fábrica, onde...

[...] recolhem os elementos necessários para desenvolver o diálogo com os médicos que a organização de classe põe à sua disposição e, neste diálogo, se mobiliza a maioria dos trabalhadores. Do diálogo intenso, o problema emerge em toda a sua complexidade, dentro e fora da fábrica. [...] O Congresso sobre a nocividade na Farmitalia representa, portanto, uma nova base para o posterior desenvolvimento da ação que os trabalhadores e sua organização iniciaram com força, para impor a solução de um problema que não é só da Farmitalia, não é só dos trabalhadores e das organizações sindicais, mas tem caráter social, humano e político capaz de empolgar todo o país (Introdução do Congresso *in Oddone et al*, 1986:73).

Vê-se claramente a apropriação, por parte dos trabalhadores, da realidade concreta e das relações de força que se produzem historicamente entre os grupos na sociedade, como já nos apontou Semeraro (2006:32), que complementa nos falando da filosofia da práxis e da nova dialética que “*para Gramsci, é considerada, ao mesmo tempo, como lógica e método argumentativo, como princípio do conhecimento e instrumento de ação, como modalidade constitutiva do próprio real*”.

Na Farmitalia, após o levantamento de todos os problemas, partiu-se em busca de soluções fora da fábrica. A primeira busca, junto aos médicos, foi por explicações para os distúrbios relatados pelos trabalhadores; a segunda foi a mudança de postura, própria do sindicato, de monetização do risco, para uma postura de proteção à saúde com a adesão ao slogan “*a saúde não se vende*” que, embora fosse de enorme valor, não era de fácil execução (Oddone *et al*, 1986). Segundo Belli (2001), a monetização do risco era uma questão cultural que atingia tanto os trabalhadores como os empresários, e era difícil para o sindicato criar uma estratégia que se contrapusesse a ela.

Em uma análise sobre a “*cisão*” pregada por Georges Eugène Sorel, engenheiro e sindicalista revolucionário francês, que tinha grande influência no meio operário e propunha a separação da ideologia e das estruturas das classes dominantes, Gramsci questionava a “*desagregação*”, ou mesmo a “*desconstrução*”, assinalando que toda a desconstrução deve ser seguida por uma reconstrução social que possa ampliar os espaços de participação. Semeraro (2006:48), a propósito, lembra o cuidado apontado por Gramsci que devemos ter com as propostas de “*desconstrução*” e enfatiza:

A antítese e a contraposição, de fato, se de um lado podiam favorecer a aglutinação das massas [...], deixavam de valorizar o mais importante, a saber: a formação política dos trabalhadores, o conhecimento e a apropriação da complexidade dos processos sócio-político-econômicos e a elevação das suas capacidades para enfrentar a classe dominante com um projeto próprio e superior de hegemonia (Semeraro, 2006:47).

E lembra que no pensamento de Gramsci, é necessária a criação de “*projetos coletivos*” em que se apresentem experiências que tenham o objetivo de agregar e de emancipar as massas. A desconstrução, por si só, não representa mudança e deve ser acompanhada de uma proposta de (re)construção que envolva a coletividade e que busque mais liberdade, mais justiça, caracterizando uma conquista política e econômica para as classes subalternas (Semeraro, 2006:48).

Muitas foram as dificuldades encontradas no que se refere ao controle da nocividade por parte dos trabalhadores, ao papel do médico na fábrica, aos índices da nocividade no ambiente e ao absenteísmo. No entanto, os trabalhadores continuavam mobilizados usando a literatura científica e suas experiências culturais como meios para socializar as soluções que haviam encontrado e dispensando as que não lhes serviam, a despeito dos baixos salários, da monetização da saúde e da falta de propostas concretas que dificultavam a luta contra a nocividade no trabalho.

A escolha de monetizar a saúde não era inconsciente, pois era uma “...*escolha forçada entre a perda quase certa da saúde, embora retardada no tempo, e dificuldades econômicas ligadas aos baixos salários...*”. As alternativas de escolha recaíam na decisão entre o desemprego ou “*submissão à política patronal*”. Outro problema importante se dava na relação entre a classe operária e os técnicos que consideravam o operariado como parte passiva na tomada de decisões. A questão não passava apenas pelo entendimento teórico, mas pela dificuldade de propor concretamente soluções que pudessem fortalecer a luta a favor da saúde. “*Os objetivos eram muito ambiciosos porque eram exclusivamente a nível de*

propostas: não se tinha ainda traçado uma linha nem eram claros os termos da participação operária nas soluções dos problemas da nocividade” (Oddone et al, 1986:73-74).

Ficava patente uma combinação de fatores que, contraditoriamente, conviviam: uma mobilização propositiva dos operários, com base na sua aquisição de conhecimentos teóricos e o desejo de mudanças; uma imobilidade operária provocada por sua subordinação à política patronal; sua submissão às decisões delegadas aos técnicos patronais; suas necessidades econômicas; e sua dependência e incapacidade de se tornarem mais autônomos.

Evidenciada a contradição entre teoria e prática, emerge a dificuldade do grupo em conduzir a sua luta com uma forma de pensar unitária e coerente com a sua ação. Em Gramsci se observa:

Este contraste entre o pensar e o agir, isto é, a coexistência de duas concepções do mundo, uma afirmada por palavras e a outra manifestando-se na ação efetiva, nem sempre se deve à má-fé. [...] Isto significa que um grupo social, que tem sua própria concepção do mundo, ainda que embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, de modo descontínuo e ocasional – isto é, quando tal grupo se movimenta como um conjunto orgânico –, toma emprestado a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que não é a sua, e a afirma verbalmente, e também acredita segui-la, já que a segue em “épocas normais”, ou seja, quando a conduta não é independente e autônoma, mas sim submissa e subordinada (Cc, 1:97).

Não Delegação e Validação Consensual

Em 1964, diante do aumento significativo de acidentes e mortes no trabalho, e de uma cultura que responsabilizava a conduta do trabalhador pelos acidentes ocorridos, criou-se a idéia na CGIL da necessidade de uma implicação maior e a responsabilização dos trabalhadores, na luta pela prevenção de danos no ambiente de trabalho. Nascia, assim, o conceito de “*não delega*” e de “*validação consensual*” (Belli, 2001:38).

Da experiência na Farmitalia ficou a possibilidade de superar os entraves encontrados em função da não participação ativa dos trabalhadores, e novas experiências surgiram na Fiat Mirafiori. Trabalhadores e um médico, uma vez por semana, encontravam-se na 5ª Liga Mirafiori, para discutir a nocividade no ambiente de trabalho e saúde. E, segundo relato de alguns trabalhadores, no documento “*Do grupo operário homogêneo à prevenção*”, muitas dificuldades foram resolvidas dentro das fábricas e também na organização sindical, entre a década de 1950 até 1976. Cabe dizer que técnicos e trabalhadores passaram por um processo de difícil relacionamento até chegarem a padronização de um modelo de controle e intervenção sindical (Oddone et al, 1986:74).

No pensamento gramsciano encontramos o valor dado à organização, à ligação entre teoria e prática e à disciplina, enquanto direção consciente:

Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “para si” sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica. Mas este processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de debandadas e de reagrupamentos; e, neste processo, a “fidelidade” da massa [...] é submetida a duras provas (Cc, 1:104).

Técnicos e operários tinham concepções diferentes sobre o conceito de saúde e do que seria problema do trabalho. Foi necessário um esforço de entendimento e de unificação dos conceitos utilizados na avaliação do ambiente. Em relação ao conhecimento técnico, o médico socializava o seu conhecimento com os operários e juntos criavam uma linguagem única que facilitasse a criação de um método.

Essa estratégia, como Oddone e colaboradores (1986:77) lembraram, teve muito do que Gramsci valorizou na produção de uma cultura:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las por assim dizer; e portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral (Cc, 1:95).

Era necessário que as descobertas científicas no campo do trabalho fossem socializadas, trazidas ao conhecimento dos trabalhadores de uma forma eficaz, para que eles se apropriassem e se tornassem protagonistas na luta contra a nocividade no trabalho (Oddone *et al*, 1986). Na declaração do documento “*Do grupo operário homogêneo à prevenção*” tem-se que:

À medida que os operários tomavam consciência de que eles próprios, na primeira pessoa, podiam dizer se um certo tipo de ambiente de trabalho andava bem ou não, diminuía (ou seguramente, mudavam de valor) as perguntas e as solicitações feitas ao médico: permanecia sempre um “responsável” pela saúde, mas já existia a consciência de que, se pretendiam ter resultados, nem àquele técnico amigo seria possível delegar a solução do problema (Oddone *et al*, 1986:75).

Esta realidade fazia com que os trabalhadores percebessem a importância do envolvimento de mais trabalhadores. Era importante que o grupo que estava na vanguarda do movimento passasse adiante os resultados já alcançados. O valor dado ao saber do operário levava-os à consciência da não delegação.

Também no *L'Ordine Nuovo*, o pensamento gramsciano no artigo “*Socialismo e Cultura*” nos fala do valor da organização, da disciplina e da cultura como:

[...] conquista de uma consciência superior: e é graças a isso que alguém consegue compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e seus próprios deveres. Mas nada disso pode ocorrer por evolução espontânea, por ações e reações independentes da própria vontade, como ocorre na natureza vegetal e animal [...]. O homem é sobretudo espírito, ou seja, criação histórica, e não natureza (Gramsci, 2004:58).

Na pesquisa feita por Souza (2009) foi evidenciada a importância dada por Oddone e colaboradores ao aumento da capacidade dos grupos de trabalhadores administrarem várias negociações e acordos rotineiramente, intervindo em questões relacionadas ao trabalho e à vida na fábrica, e não só às questões de saúde. Nesse momento aparecem os aspectos mais relevantes da prática da pesquisa coletiva junto a trabalhadores

Oddone *et al* sugerem que, nesse tipo de processo, em que se justapõem pesquisa, produção de conhecimento e intervenção com a aplicação de instrumentos adequados para compreender, na sua complexidade, a realidade da fábrica, ocorre a possibilidade de novas relações sociais e a inclusão de trabalhadores. Mudaram também as relações entre os trabalhadores: mesmo aquelas experiências isoladas eram interpretadas como sendo do grupo, da seção, da oficina. Superavam a dimensão individual da intervenção (Souza, 2009:28).

O processo na década de 1960, em Turim, foi longo e repleto de investigações sobre ambiente, fadiga, absenteísmo, etc. A partir de 1964, gradativamente, dezesseis centros de luta contra a nocividade no trabalho foram inaugurados com o objetivo de criar uma memória da experiência vivida em relação à nocividade no trabalho. O primeiro centro, em Turim, foi dirigido por um grupo de investigação e de formação. O grupo era formado por operários, sindicalistas, estudantes e técnicos e tinha como meta construir uma memória consciente da luta contra a nocividade. Nesse processo, Ivar Oddone teve um papel fundamental ao levantar a questão da saúde, não como uma das coisas a ser reivindicada, mas como algo a ser construído com os trabalhadores diretamente, provocando um salto qualitativo na relação entre técnicos e trabalhadores (Belli, 2001).

Seguindo os passos de Semeraro, em sua reflexão a respeito da concepção de intelectual orgânico em Gramsci, podemos fazer um paralelo com o papel de Ivar Oddone na criação do modelo operário italiano. Semeraro (2006:134-135), nos diz de Gramsci, a respeito dos intelectuais:

“Orgânicos”, ao contrário, são os intelectuais que fazem parte de um organismo vivo em expansão. Por isso, estão ao mesmo tempo conectados com o mundo do trabalho, com as organizações políticas e culturais mais avançadas que o seu grupo social desenvolve para dirigir a sociedade. Ao fazerem parte ativa dessa trama, os intelectuais “orgânicos” se interligam com um projeto global de sociedade e com um tipo de Estado capaz de operar a “conformação das massas em nível de produção” material e cultural exigido pela classe no poder. Então, são orgânicos os intelectuais que, além de especialistas na sua profissão que os vincula profundamente ao modo de produção do seu tempo, elaboram uma concepção ético-política que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam (Semeraro, 2006:135; Cc, 2:22).

A posição adotada por Oddone evidencia que a subjetividade e a experiência operária passam a ser o instrumento mais importante para o desenvolvimento de um modelo capaz de controlar a nocividade no ambiente do trabalho. Tanto a subjetividade operária, que pode ser considerada como o acervo cultural que os trabalhadores trazem em matéria de sua percepção das coisas do trabalho, como as sentem, como as vivem e como se vêem afetados ou não por elas, quanto a experiência operária, que pode ser representada pelo acúmulo de situações vividas e suas decorrências, passam a ser os fatores predominantes na luta pela transformação das coisas do trabalho. Para que isso possa ser assim considerado, a não delegação aos técnicos da decisão sobre o fazer a mudança é o fator que possibilita uma nova hegemonia operária. Contudo, o conhecimento técnico até então hegemônico e o arranjo hierárquico arraigado do modelo dominante calcado na estrutura capitalista de classes constituem-se em fatores de contenção do avanço para o reconhecimento de uma nova hegemonia operária na transformação da nocividade do trabalho. O formato estratégico para avançar é consolidado pela aproximação permanente da subjetividade e experiência operária com o conhecimento técnico tradicional, buscando pontos de consenso e validados no processo de luta contra a nocividade. Não delegação e validação consensual firmam-se, deste modo, como pilares estratégicos da luta. Gramsci, de alguma forma, sinalizava para essa estratégia.

Uma cuidadosa análise da história italiana, antes de 1922 e mesmo antes de 1926 [...] deve levar à conclusão objetiva de que precisamente os operários foram os portadores das novas e mais modernas exigências industriais e que, a seu modo, defenderam-nas implacavelmente; pode-se mesmo dizer que alguns industriais compreenderam este movimento e procuraram se apropriar dele [...] (Cc, 4:258).

A Fábrica e Grupo Operário Homogêneo

A fase posterior na Mirafiori foi a de conhecer melhor a fábrica e de encontrar outros companheiros de luta que estivessem se organizando e buscando um maior conhecimento da realidade concreta. Inicia-se assim uma pesquisa de campo, com a coleta de informações sobre as máquinas, o trabalho que é desenvolvido, que materiais são utilizados, e outras categorias. Passa a ser colocado abertamente, junto ao médico, a relação das doenças e os efeitos no organismo, com o uso de determinadas substâncias.

No *Caderno 12*, Gramsci desenvolve uma reflexão sobre as características do “*dirigente*” político e sua capacidade de julgar soluções projetadas por pessoas que são especialistas em determinado assunto. Ele nos fala de um “*tipo de colegiado deliberativo, que busca incorporar a competência técnica necessária para operar de um modo realista*” o que acontecia em algumas redações de revistas. Um exemplo assinalado por ele se reporta as redações que funcionavam como espécie de “*círculos de cultura*”. Nestas, “*através da discussão e da crítica colegiada (feita através de sugestões, conselhos, indicações metodológicas, críticas construtivas e voltada para educação recíproca), mediante as quais cada um funciona como especialista em sua matéria a fim de complementar a qualificação coletiva ...*” (Cc, 2:35).

Embora não se tratando do interior de uma revista, e sim de uma fábrica, o processo desenvolvido por operários e técnicos na década de 1960, de controle da nocividade do ambiente de trabalho, parece seguir os passos do círculo deliberativo proposto por Gramsci, onde se consegue “*eleva o nível médio*” das individualidades e assegura-se “*uma colaboração cada vez mais selecionada e orgânica*”. “*Indubitavelmente, nesta espécie de atividade coletiva, cada trabalho produz novas capacidades e possibilidades de trabalho, já que cria condições de trabalho cada vez mais orgânicas*” (Cc, 2:35).

Uma nova relação entre técnicos e operários estabeleceu-se e a análise do ambiente passou a se dar de maneira homogênea, usando um esquema comum a todos os operários com o objetivo de unificar a avaliação dos problemas. Foram utilizadas categorias comuns ao pensamento dos operários que avaliassem a salubridade de uma casa ou de uma fábrica, como luz, poeira, etc.; depois os elementos de uma fábrica, como gases, vapores etc. Outros elementos foram aparecendo como a fadiga, stress, e categorias subjetivas de nocividade difíceis de aferição (Oddone *et al*, 1986).

O julgamento subjetivo dos trabalhadores submetidos aos efeitos da nocividade, cujo detalhamento técnico de uma determinada atividade não era experimentado pelo pessoal técnico na sua vivência profissional, evidenciou a necessidade de confecção de um Manual, o que ocorreu na 5ª Liga Mirafiori:

Somente a liga onde se encontravam os operários empenhados na produção (e foi fundamental a presença de um sindicalista, ex-operário, que tinha um conhecimento preciso de diversos processos produtivos) permitiu que se chegasse, através de repetidas tentativas e erros, à definição dos elementos fundamentais da abordagem do problema da nocividade (Oddone *et al*, 1986:77).

Em 1968, o papel do sindicato fica mais evidenciado, passando a identificar grupos homogêneos de trabalhadores que pudessem criar modelos para analisar o ambiente, propondo soluções, negociando e desenvolvendo um sistema de controle permanente dos problemas (Belli, 2001).

Os grupos de operários que passavam por condições de trabalho e exposições semelhantes ajudavam nas avaliações dos riscos presentes e reivindicavam modificações que considerassem necessárias, tornando-se interlocutores políticos e científicos do processo.

Gramsci (2004), no período do *L'Ordine Nuovo*, fazia uma crítica ao sindicato por organizar os operários baseando-se na profissão ou no instrumento de trabalho, reproduzindo a forma capitalista, enfatizando o individualismo e dificultando no trabalhador a sua identificação como produtor. Considerava que para se obter uma visão mais ampla do todo seria necessário, que o operário se inserisse no processo produtivo específico de uma determinada fábrica, sem perder a dimensão da totalidade adquirida com a sua consciência.

Partindo desta célula, da fábrica, visualizada como unidade, como ato criador de um determinado produto, o operário eleva-se à compreensão de unidades cada vez mais amplas, até chegar à nação, que, em seu conjunto, é um gigantesco aparelho de produção, caracterizado por suas exportações, pela soma de riquezas [...]. Então o operário é produtor, já que adquiriu consciência de sua função no processo produtivo [...] (Gramsci, 2004:301).

A preocupação de Gramsci com a ação operária inserida no contexto da macropolítica, em níveis nacionais, mostra coerência com sua preocupação no sentido de transformação da realidade social e das bases econômicas e políticas, a partir da luta dos trabalhadores. Continua ele:

Numa fábrica, os operários assumem uma configuração, organizando-se em função da produção de um determinado objeto que une e organiza trabalhadores do metal e da madeira, pedreiros, eletricitas, etc., assim

também a classe proletária assume, na *cidade*, a configuração dada pela indústria predominantemente, que, com sua existência, organiza e governa todo o complexo urbano. Assim também, em escala nacional, um povo se configura a partir de sua exportação, da contribuição real que dá à vida econômica mundial (Gramsci, 2004:408).

Coerente com esta observação de Gramsci, Berlinguer (1983:23-24), a respeito do que ocorreu na Itália daqueles anos com o MOI, assinala:

Há entretanto alguns conceitos, algumas aquisições teóricas, que nasceram da experiência desses anos (e, portanto, radicadas nas massas) cujo valor transcende provavelmente o tema saúde e ultrapassa as fronteiras italianas. Creio que se os nossos filósofos, [...], estivessem mais atentos à evolução da relação *real* entre capital e trabalho, entre ciência e sociedade; [...], poderiam ser retiradas das *lutas pela saúde* conduzidas na Itália nesses anos, algumas indicações interpretativas de valor internacional para argumentos antigos que hoje suscitam debates apaixonados: a democracia como participação de massa; a relação ciência-trabalho e ciência-poder; os valores humanos na tecnologia moderna; a relação homem-ambiente.

Na construção de um modelo com os grupos homogêneos e os técnicos tornou-se claro para os trabalhadores a diferença de conduta entre o médico da fábrica e o da previdência, em relação ao médico que trabalhava com os operários, no que diz respeito aos sintomas das doenças e suas determinações. Este confronto de posturas evidenciou a existência de dois modelos médicos distintos e a possibilidade de uma validação consensual entre eles (Oddone *et al*, 1986).

Tornou-se imprescindível a participação direta do trabalhador com a sua experiência e o seu protagonismo, sem a qual seria impossível se chegar a uma avaliação profunda e real e a caracterização da subjetividade na ocorrência do dano. Este momento é o que ocorre, segundo Gramsci, após um período de determinismo mecânico e ausência de luta e em que se processa a superação, desenvolvendo-se um senso crítico sobre a maneira de pensar:

[...] ocorre uma modificação no “modo social de ser”, [...] se o subalterno era ontem uma coisa, hoje não o é mais: tornou-se uma pessoa histórica, um protagonista [...] hoje sente-se responsável, já que não é mais resistente, mas sim agente e necessariamente ativo e empreendedor (Cc, 1:106).

O processo histórico da luta dos trabalhadores na Itália, nas duas décadas anteriores à 2ª Guerra Mundial, evidenciava uma enorme contradição. A mudança que se tentava anteriormente, em prol de uma melhoria de vida e trabalho, estava vinculada a uma mudança geral de forças, e não a uma tentativa de encontrar espaços dentro da fábrica para a aplicação das experiências, da cultura e da força operária. Se considerava adesismo qualquer tentativa de negociar com a empresa, ou a análise de qual a melhor maneira de negociar, mas fazia

parte do contexto normal que os operários contribuíssem com indicações de mercados para a empresa, indicações de investimentos e sugestões para a produção (Oddone *et al*, 1986).

A não aceitação do sistema político e social provocou equívocos, como a de não generalizar soluções importantes para a nocividade encontradas por outros grupos. Uma análise crítica na CGIL mudou a direção da luta, priorizando então que a liberdade do trabalhador deveria abranger a capacidade de negociar todos os aspectos da relação do trabalho. Era preciso considerar a centralidade da fábrica e sua capacidade de interferir no modelo de desenvolvimento e na organização capitalista do trabalho. Oddone e colaboradores nos falam:

[...] o sindicato assume, nos seus elementos concretos, o valor da centralidade da fábrica na luta pela mudança, no sentido de que, na fábrica, e particularmente na grande fábrica, está o potencial político e cultural decisivo dos trabalhadores, a maior possibilidade da formação de quadros, a forma mais avançada de democracia, a sede do confronto e do combate direto. Por isto é o laboratório onde se experimenta e se aplica, diretamente e sem delegação, a experiência e a cultura operária na transformação da organização do trabalho, como condição, para que a fábrica funcione, produza e torne suportável o trabalho (Oddone *et al*, 1986:79).

Gramsci (2004:217) considerava que era necessário estudar a fábrica, enquanto organismo político, como “*território nacional do autogoverno operário*” e defendia a criação dos “*conselhos de fábrica*” como uma instituição de caráter público, isto é, instituição representativa,

[...] se é verdade que a nova sociedade será baseada no trabalho e na coordenação das energias dos produtores, então os locais onde se trabalha, onde os produtores vivem e atuam em comum serão amanhã os centros do organismo social e deverão tomar o lugar das entidades dirigentes da atual sociedade. Assim como, nos primeiros estágios da luta operária, a organização por categoria era a que melhor convinha aos objetivos de defesa, às necessidades das lutas pelo melhoramento econômico e disciplinar imediato, do mesmo modo hoje - quando começam a se delinear e a adquirir consistência cada vez maior na consciência dos operários os objetivos de reconstrução - é necessário que surja, ao lado e em apoio da primeira, uma organização por fábrica, verdadeira escola das capacidades reconstitutivas dos trabalhadores (Gramsci, 2004:217).

O mais importante aqui para nós é enfatizar o valor dado à consciência do operário dos objetivos da mudança e da imprescindível organização por fábrica como processo educativo e transformador.

Formação Sindical

A socialização dos conhecimentos relacionados à nocividade no ambiente do trabalho e à organização do trabalho, já iniciada na década de 1960, prosseguiu através de cursos sindicais de formação, promovidos pelas escolas centrais, com a participação de outras instituições colaboradoras. Em 1965, foram criados diversos cursos com a participação de 5.600 ativistas, e de 1969 a 1973 o número de participantes era de 15 a 16 mil. Do ano de 1974 em diante, a média anual passou a ser de 10 mil participantes (Oddone *et al*, 1986:97).

Outras iniciativas foram relevantes, como o envolvimento no processo de formação dos grupos dirigentes nacionais de categorias. De 1967 a 1973, os comitês centrais de químicos, metalúrgicos, ferroviários, entre outros, participaram de seminários de 3 e 4 dias. Criaram-se os cursos de atualização para instrutores, cursos de verão e colônias de férias de uma ou duas semanas para delegados operários, com milhares de participantes. Seminários monográficos sobre organização e ambiente de trabalho, para delegados e dirigentes foram implementados e, de 1974 em diante, tiveram início os Seminários de medicina e psicologia do trabalho, a nível universitário, com 150h/aula, para delegados, operários e estudantes (idem:97).

Foram muitas as formas de socializar as descobertas feitas e outras construídas gradativamente. Em 1967 foi elaborado o primeiro manual de formação específica e, em 1969 foi lançado o Manual da FLM (*Federazione dei Lavoratori Metalmeccanici*) sobre o ambiente de trabalho, contendo um modelo de conhecimento e de controle da nocividade, baseado na experiência operária, o que representou um avanço qualitativo na formação sindical. Este manual teve uma tiragem inicial de 30.000 exemplares e depois de pelo menos 100.000 cópias mimeografadas (idem:97).

A formação sindical sobre o ambiente do trabalho, na visão de Oddone e colaboradores (1986:98), passou por três fases. No início era apenas transmissão de conhecimento, isto é, “*um relacionamento de mão única*”. No segundo momento era travado um debate de ideias entre o instrutor e os participantes, com o objetivo de buscar um acordo. Esta fase deu início à passagem do que era apenas divulgação para a criação de uma metodologia que teve como princípio a pesquisa coletiva. No terceiro momento deu-se um novo relacionamento vivenciado entre os que tinham alguma experiência direta e os que tinham a experiência apreendida com outros. A tentativa era de estabelecer um nexo entre a

consciência de classe, experiência e ciência, relacionando o problema do ambiente e da organização do trabalho.

Esta experiência de escola sindical, para Oddone e colaboradores, deveria ser conhecida e utilizada como referência para solucionar os problemas da escola na Itália. Estes autores, referindo-se a Gramsci, observam que as várias iniciativas dos centros de formação sindical têm:

[...] a missão de elaborar políticas específicas do sindicato, representam um momento fundamental na solução não somente do relacionamento entre operários e técnicos numa perspectiva gramsciana para criar o dirigente entendido como especialista mais político: o intérprete novo, cujo modo de ser... (consiste) em misturar-se ativamente na vida prática como construtor, organizador “persuasor permanentemente” [...] da técnica de trabalho, chegando à técnica da ciência e à concepção humanística-histórica, sem a qual se é apenas “especialista” sem chegar a ser dirigente (especialista mais político) (Oddone *et al*, 1986:99).

Os mesmos autores continuam se reportando a Gramsci, especialmente no que tange à busca de uma posição “tendencialmente hegemônica”:

[...] corresponde a necessidade de conhecer para escolher as produções científicas mais avançadas. Isto somente é possível determinando um alargamento da comunidade científica, que nesta sociedade tem a exclusividade da produção dos modelos científicos e a condição é a da presença ativa nesta comunidade dos intelectuais da classe operária entendida na sua aceção gramsciana, acima mencionada (idem).

Aqui podemos nos remeter ao que Semeraro (2006:29) nos aponta a esse respeito, quando nos fala da construção do conhecimento e da conquista da autonomia:

Em Gramsci, não há nenhum “sujeito homogêneo” portador de uma prévia orientação revolucionária, uma vez que os projetos políticos qualitativamente superiores e a visão mais avançada dos trabalhadores só podem derivar da capacidade de luta, da formação de sua autonomia, da organização e das conquistas sociais abertas a uma história que não garante nada *a priori*.

E é o próprio Gramsci que nos aponta a direção:

As idéias e as opiniões não “nascem” espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão, houve um grupo de homens ou até mesmo uma individualidade que as elaborou e apresentou na forma política de atualidade (Cc, 3:82).

O fundamental no processo de conquista dos trabalhadores em relação à nocividade do ambiente de trabalho, muito se deu a partir da linha escolhida pela CGIL, em 1962, que

priorizou a sua ação de negociar todos os aspectos da relação de trabalho, organizando o movimento, partindo da fábrica, no que foi chamado de “*luta articulada*”. Aliada à teoria que se estruturava e mais à decisão política do sindicato, a luta articulada fortalecia o movimento que, diante dos problemas da sociedade e o empenho do sindicato, conseguia funcionar porque provocava pressão e era capaz de dar soluções aos problemas dentro da fábrica (Oddone *et al*, 1986:79).

Gramsci, em artigo no *L’Ordine Nuovo*, a este respeito nos dizia que:

É certo que os sindicatos assumem um caráter revolucionário somente se sua ação for dirigida não apenas para fins imediatos, mas para um fim último, que vá além dos limites da luta corporativa, e se este fim for explícito e consciente [...] após a Revolução de Outubro, com a transferência do poder da burguesia para o proletariado, os sindicatos russos não encontraram dificuldade em “transferir o centro de gravidade de sua ação para o campo da construção econômica”, tornando-se instrumentos técnicos da organização da produção, da distribuição, etc. (Gramsci, 2004:313-314).

Sabemos que, nesse momento, Gramsci estava envolvido com a possibilidade de uma revolução do proletariado na Itália, assim como havia ocorrido na Rússia, o que ao nosso ver não invalida suas palavras, já que é o caráter revolucionário de envolvimento com a luta e, ao mesmo tempo de ruptura com as velhas formas das classes trabalhadoras que prevalece, possibilitando o desenvolvimento de alternativas que sejam do interesse de todos.

Já na prisão, no *Caderno 11*, ele fala sobre o surgimento do movimento histórico:

Uma nova ciência alcança a prova da sua eficiência e fecunda vitalidade quando demonstra saber enfrentar os grandes campeões das tendências opostas, quando resolve com os próprios instrumentos as questões vitais colocadas por estas tendências ou quando demonstra peremptoriamente que tais questões são falsos problemas (Cc, 1:140).

Controle da Nocividade: Uma Avaliação

Oddone e colaboradores (1986), no livro “*Ambiente de trabalho – a luta dos trabalhadores pela saúde*”, fizeram uma avaliação do processo de controle da nocividade e dos efeitos provocados do que não foi quantificável. Esses pesquisadores consideraram difícil o dimensionamento do que ocorreu dentro da fábrica, muito em função de que as mudanças então consignadas deram-se num nível abstrato, nas “*cabeças*” dos trabalhadores e foi percebida, de uma maneira geral, como alguma coisa genérica. Até mesmo as conquistas sindicais, em relação a acordos e contratos, tiveram seu valor diminuído diante da conquista

maior de transformar o modo tradicional de perceber o problema do ambiente e a possibilidade de intervenção na organização do trabalho (Oddone *et al*, 1986:100).

A experiência realizada nas fábricas da Itália revelou que no processo de negociação não existe distinção entre as matérias de organização do trabalho e da nocividade do ambiente de trabalho, pois elas se interdependem e interagem na busca de soluções. Em negociações anteriores muito se perdeu em termos de mudança ao se tentar separar estas duas matérias, sem uma abordagem global considerada pelas partes. Somente a partir de 1969, com o acordo sobre a regulamentação do trabalho, na Fiat, os grupos homogêneos e os comitês passaram a contestar e a controlar “*todos os elementos fundamentais da organização do trabalho*”, recuperando os conhecimentos que eram privilégio dos “*instrutores*”. De posse destes conhecimentos foi possível a modificação do que era nocivo na organização do trabalho, tal como a ocupação do espaço e a questão do tempo. Dez anos antes, para os trabalhadores, os problemas eram solucionados com a monetização do risco. Com a recuperação dos conhecimentos privilegiados, na “*cabeça*” dos trabalhadores a solução dos problemas passou a ser a eliminação da causa dos danos, inclusive aqueles oriundos da organização do trabalho.

Não é possível pensar que tenham sido somente as condições gerais, políticas, econômico-sociais que determinaram a mudança, nem é possível pensar que, repentinamente, caíram dos olhos dos operários as vendas da ignorância que, finalmente, descobriram como estavam as coisas nas fábricas. Certamente é difícil, olhando uma velha fotografia e se olhando no espelho, lembrar exatamente todas as mudanças que nosso rosto sofreu. Estamos, porém, conscientes de que esta mudança ocorreu, mesmo encontrando dificuldades para documentar o fato, se não possuímos uma série completa de fotografias em sucessão cronológica (Oddone *et al*, 1986:101).

Para Gramsci, todas as pessoas têm uma concepção de mundo que mesmo que inconsciente as remete a uma “*linguagem*” que expressa esta concepção. Quando se supera este momento e se alcança a crítica e a consciência, surge a questão:

[...] é preferível “pensar” sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, “participar” de uma concepção de mundo “imposta” mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente (e que pode ser a própria aldeia, [...] paróquia [...], “atividade intelectual” [...]), ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira consciente e crítica e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade? (Cc, 1:93-94).

Em 1967, a realidade era de um grupo de operários sindicalizados e outro de não sindicalizados. Nesta ocasião, quase todos os problemas da fábrica fugiam ao controle dos trabalhadores: horário, turnos, posto de trabalho, função, qualificação, demissão, salário, prêmios, invalidez temporária, doenças profissionais, alta nocividade e controle quase nulo, hora-extra, direitos sindicais (forte discriminação por parte das empresas). Na organização do trabalho predominava o modelo taylorista, também sem nenhuma possibilidade de controle (Oddone *et al*, 1986).

A postura dos operários sindicalizados era de ter um comportamento “*correto*” e de tentar convencer os outros companheiros da necessidade da união de todos para transformar a fábrica, de uma maneira inespecífica. Em relação à hierarquia da empresa, evitavam ser chamados à atenção, e no confronto sempre procuravam não errar, para não dar chance para que houvesse redução de suas ações. Os operários não sindicalizados se comportavam não muito diferente, tinham amizade com os companheiros mas não tinham noção da importância que a união dos trabalhadores representava (Oddone *et al*, 1986:105).

Em 1977 nos deparávamos com uma realidade muito diferente onde todos os itens mencionados passaram a ser controlados e ou regulados nos contratos de trabalho. Por exemplo, em relação à invalidez temporária foi regulamentada a “*controlabilidade da conduta do médico*” e quanto ao ambiente de trabalho, “*sete milhões de trabalhadores italianos têm direito por contrato à pesquisa sobre o ambiente de trabalho, aos registros ambientais e bioestatísticos...*”. Além disso, a monetização dos riscos e as discriminações dos sindicalizados foram praticamente eliminadas (Oddone *et al*, 1986:106).

Ainda no *L’Ordine Nuovo*, Gramsci refletindo sobre os efeitos da guerra na vida dos operários e camponeses e de suas capacidades de transformação nos fala que:

Todo trabalho revolucionário só tem probabilidade de êxito quando se funda nas necessidades vitais e nas exigências culturais dos operários fabris e dos camponeses [...] Portanto, é preciso dar a máxima atenção à nova vida que a nova forma de luta de classe suscita no interior da fábrica e no processo de produção industrial (Gramsci, 2004:269).

Para Oddone e colaboradores (1986:109), o delegado do grupo passou a ser uma referência para a solução dos problemas de um determinado grupo, mesmo para os não sindicalizados. A intervenção nascia na fábrica como parte integrante de um território, e as conquistas diziam respeito às mudanças de posturas individuais e dos planos de intervenção

de toda uma classe, transformando o operário em “*dirigente*”, o que não era possível no início do processo.

Semeraro, em uma de suas reflexões sobre o pensamento gramsciano, nos fala da sua proposta revolucionária e democrática e de suas estratégias político-pedagógicas tão atuais e originais para a construção de uma hegemonia popular. Assim, Gramsci

Subverte a concepção usual de política-potência fundada sobre a violência e mostra que os subalternos podem chegar à hegemonia lançando mão de outro tipo de armas: o distanciamento crítico da realidade, a formação da sua autonomia pela ação política, a representação de si pela criação de uma cultura própria, a participação ativa na construção de um projeto popular de democracia articulado com forças nacionais e internacionais (Semeraro, 2003:262).

Oddone e colaboradores (1986:109) também enfatizaram a importância, não apenas do número de operários envolvidos na luta contra a nocividade, mas principalmente de terem desenvolvido “*uma real capacidade de dirigir*”, sendo mais relevante o “*quanto cresceu a consciência da classe operária como classe hegemônica*”. Por outro lado, também cresceram os técnicos, incluindo os estudantes, especialmente, no que diz respeito à crítica ao sistema, embora tenha faltado o reconhecimento da hegemonia da classe operária. Alianças entre intelectuais, técnicos e a classe operária foram criadas, mesmo que embrionariamente, fortalecendo as formas de organização e complementando as já existentes nos partidos de esquerda.

Gramsci (Cc, 2:22), em sua reflexão, falou de um novo tipo de intelectual que surgiu junto com a indústria e que não tinha nenhuma autonomia na confecção de planos de construção. Estes intelectuais chamados “*urbanos*” executavam o plano de produção que era estabelecido pelo “*estado-maior da indústria*”. Eram eles os técnicos das fábricas e não desempenhavam nenhuma função política junto aos operários e, ao contrário, muitas vezes poderiam ser influenciados politicamente pelos intelectuais orgânicos das “*massas instrumentais*”. Buci-Glucksmann (1999:44) enfatiza que, por esta razão, Gramsci se empenhava tanto para que técnicos e engenheiros participassem da ocupação das fábricas em 1920.

O processo que se deu dentro da fábrica, tendo como foco a saúde do trabalhador, segundo Menéndez (1980), remete-nos a um entendimento mais abrangente de saúde, como um processo em que a prática médica é apenas uma parcela de um todo de práticas sociais e

que inclui, necessariamente, processos estruturais onde esta prática, a doença e a saúde dos conjuntos sociais são determinados.

Para Polleta (1980), uma nova relação entre operários e médicos despertou a consciência destes profissionais que eram solicitados para uma função diferente da habitual. A troca cotidiana com o grupo homogêneo e com o conselho de classe da fábrica, na denúncia da relação entre exploração e saúde, criou os instrumentos úteis para este fim e os colocou a serviço de uma classe. A socialização das técnicas sanitárias permitiu a sua superação, sua desmitificação e a utilização de novas metodologias. A consciência operária se desenvolveu e, com ela, sua capacidade de luta.

Buci-Glucksmann (1990:45) cita que, para Gramsci, o proletariado necessita de intelectuais para que possa se organizar como classe, necessita de *dirigentes*: “*Certamente é importante e útil para o proletariado que um ou mais intelectuais adiram a título individual ao seu programa, à sua doutrina, se fundam ao proletariado e sintam-se parte integrante dele*”.

Para Oddone e colaboradores (1986:109), quando o confronto de ideias, as discussões e os debates não cumprem o papel de modelos operativos para serem reproduzidos não estão desempenhando o seu papel transformador e tornam-se estéreis.

Gramsci, a seu modo, fala sobre a necessidade de reprodução externa da individualidade transformada, sob pena de não se realizar.

O homem deve ser concebido como um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa e objetivos ou materiais, com os quais o indivíduo está em relação ativa. Transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo. É uma ilusão e um erro supor que o “melhoramento” ético seja puramente individual: a síntese dos elementos constitutivos da individualidade é “individual”, mas ela não se realiza e se desenvolve sem uma atividade para fora, transformadora das relações externas, desde aquelas com a natureza e com os outros homens em vários níveis, nos diversos círculos em que se vive, até a relação máxima, que abarca todo gênero humano. Por isso, é possível dizer que o homem é essencialmente “político”, já que a atividade para transformar e dirigir conscientemente os outros homens realiza a sua “humanidade”, a sua “natureza humana” (Cc, 1:406).

Nesta citação, Gramsci menciona a expressão “*bloco histórico*”. Cabe o esclarecimento feito por Bianchi (2008:137) sobre o conceito utilizado por Gramsci, e nos alerta que a expressão foi frequentemente interpretada de maneira equivocada por alguns autores como aliança de classes. Bianchi reproduz o texto em que Gramsci conceitua “*bloco*

histórico”: “isto é, unidade entre natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos”. Semeraro, também citado por Bianchi a propósito deste tema, acrescenta que “Gramsci nunca vai perder a visão de conjunto da realidade e as interconexões dinâmicas e conflituosas entre a estrutura e a superestrutura, uma relação que considera não de forma unilinear mas que reinterpreta dentro da concepção reticular de bloco histórico” (Semeraro, 2006:53).

Para não perder de vista a riqueza desta experiência, Oddone e colaboradores (1986) fizeram um resumo dos acontecimentos que caracterizaram a mudança nas fábricas. Para eles, inicialmente os grupos operários validavam de forma passiva a relação do ambiente com o dano a que eram submetidos. A partir da organização operária, com o início da denúncia das condições de saúde e de trabalho, os grupos operários em conjunto com os técnicos encontravam soluções para os problemas, e com elas validavam também uma nova forma de atuar, conquistando credibilidade.

Desta maneira, processou-se uma transformação cultural dando origem a um método: só a denúncia não era suficiente, era necessário ter o controle das condições do ambiente e da saúde, através de cadernetas e registros que avaliavam a eficácia das soluções propostas, mesmo as de longo prazo. Quanto à não-delegação, o valor da experiência operária e o da observação do grupo operário homogêneo cresceram cada vez mais.

Gramsci, já nos *Cadernos*, fala sobre o movimento e a experiência vivida nos “conselhos de fábrica”, observa que a divisão do trabalho transforma o trabalhador em algo facilmente substituível, fazendo escapar a complexidade do todo de que faz parte, e entende que “...o conjunto dos trabalhadores da fábrica deva ser concebido como um “trabalhador coletivo”- eis os pressupostos do movimento de fábrica, que tende a fazer com que se torne “subjetivo” o que está dado ‘objetivamente”” (Cc, 4:313).

Quando Oddone e colaboradores (1986:109) falavam da experiência operária, consideravam fundamental a sua caracterização para não correrem o risco de generalizações inespecíficas: “O caráter e o valor da experiência é dado pelo modo como os operários colocam os problemas e identificam as soluções”.

Na fábrica, os operários lidavam com vários tipos de problemas, que iam desde aqueles que conheciam a solução (salário), aqueles para os quais ainda não existia uma solução definitiva (qualificação), até aqueles que não eram ainda percebidos como problema (ruído). Estes eram sempre relacionados ao desempenho da sua função e ao relacionamento

com outras pessoas. A relação com a máquina continuava sendo priorizada. Quando o operário descobria que ele podia resolver os problemas que não eram previstos, nem mesmo pelo pressuposto de um método do tipo Taylor, que caracterizava a organização do trabalho na época, ele percebia que entre o projeto da fábrica e a realidade da produção existia uma lacuna que poderia ser preenchida pela sua interferência.

Semeraro (2006:53) diz que Gramsci, partindo do método dialético de Marx, acreditava não ser suficiente descobrir as contradições que sustentam a economia e a ideologia do capitalismo, mas também se deveria *“despertar nos trabalhadores o ‘momento maquiaveliano’, a força criadora do político, seu protagonismo e suas responsabilidades históricas, a capacidade de se organizar ativamente, de assumir a direção do processo produtivo e a elaboração de novos valores sócio-culturais”*.

Oddone e colaboradores (1986) acreditavam que a consciência dos trabalhadores se ampliava, e desta intervenção nascia uma experiência de relacionamento com o instrumento de trabalho: a máquina. A transmissão deste conhecimento para os outros trabalhadores criava uma nova experiência de relacionamento com outros homens. Neste processo informal de formação na fábrica surgiam novos problemas, para os quais ainda não havia solução, e outros que até então não eram reconhecidos como problemas. A conscientização e o reconhecimento do problema impulsionavam os operários para a busca e investigação coletiva que superavam a pesquisa científica tradicional, colocando-a em posição inadequada para suprir estas novas necessidades. Muitas vezes, até mesmo as análises sindicais careciam de instrumentos eficazes.

A respeito da ciência, Gramsci questiona *“o que é científico?”* e diz que o significado atribuído às palavras *“ciência”* e *“científico”* é muitas vezes equivocado, pois parte sempre do significado das ciências naturais e físicas. Assim, para Gramsci:

Não existem ciências por excelência e não existe um método por excelência, “um método em si”. Toda pesquisa científica cria para si um método adequado, uma lógica própria, cuja generalidade e universalidade consiste apenas em ser “conforme ao fim” (Cc, 1:234).

Oddone e colaboradores (1986:111) perceberam que alguns aspectos teóricos deveriam ser definidos no que diz respeito à aprendizagem dos operários. Na análise feita, o representante dos trabalhadores de 1967 não tinha espaço no seu trabalho diário, de fazer uso de sua experiência com o propósito de alterar a organização do trabalho, salvo passando alguns *“macetes”* para os demais que a empresa acabava se apropriando para benefício

patronal. Os sindicatos tinham planos, mas eram individuais e de difícil transmissão, principalmente os mais complexos.

De fato, era muito difícil desenvolver uma experiência de classe que atuasse na organização do trabalho e na modificação do ambiente. Já, em 1977, houve um grande acúmulo de experiência da classe operária que foi passada adiante, embora limitada a pequenos grupos não caracterizando uma experiência da classe operária por falta de “*elementos conceituais eficientes e eficazes*” (Oddone *et al*, 1986:111).

Gramsci pensa que não é só qualificando o operário que se garante uma sociedade democrática, mas transformando cada “*cidadão*” em “*governante*”, no sentido de

[...] que a sociedade o ponha, ainda que “*abstratamente*”, nas condições gerais de poder fazê-lo: a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado o aprendizado gratuito das capacidades e da preparação técnica geral necessárias a essa finalidade (Cc, 2:50).

Partindo da observação espontânea, fazia-se uma análise do ambiente considerando os quatro grupos de fatores de riscos do manual. Com a intervenção sindical, os ajustes deveriam ser executados para eliminação dos riscos e a definição de um critério de controle da saúde. O manual, em um primeiro momento, se apresentou estático, um modelo de leitura para o ambiente; o segundo momento foi dinâmico, onde o modelo do processo alcançava a mudança do ambiente. Dessa forma, o processo inicial de mudança ia provocando outras mudanças, que necessitavam de uma capacidade de análise que permitia avaliar qual a direção e a dimensão da transformação.

Dá ser tão importante que o protagonista, isto é, o grupo operário, a classe operária, tivesse consciência de todos os passos do processo de mudança no qual estavam inseridos. Sem a existência do “*modelo de leitura comum, sem a linguagem comum, nasce uma torre de babel que não tem escadouros de classe e se torna, inexoravelmente o ‘muro das lamentações’ e a denúncia que não leva a nada*” (Oddone *et al*, 1986:111).

Em sua reflexão sobre a educação das massas, Gramsci, no cárcere, concebe que se tem uma tendência a criar “*facilidades*” no que diz respeito ao aprendizado. Embora seja verdadeiro que muitas vezes possa existir uma dificuldade maior, ela não se dá em função de uma incapacidade intelectual, mas por uma questão de adaptação devido à orientação ou a hábitos diferentes. Para que seja possível uma participação que se proponha ativa e que se proponha a mudanças, presume-se que:

Numa nova situação, estas questões podem tornar-se muito ásperas e será preciso resistir à tendência a facilitar o que não pode sê-lo sob pena de ser desnaturado. Se se quiser criar uma nova camada de intelectuais, chegando às mais altas especializações, a partir de um grupo social que tradicionalmente não desenvolveu as aptidões adequadas, será preciso superar enormes dificuldades (Cc, 2:52).

Oddone e colaboradores (1986:112) enfatizaram que a experiência operária, representada como experiência de um coletivo, deveria ser considerada como uma referência para orientação de outros trabalhadores. Tratou-se de uma experiência complexa que envolveu comportamento, organização de classe, relacionamento entre companheiros até hierarquia empresarial. Na proporção que cresceu o valor da experiência operária, cresceu também a necessidade de indicar os comportamentos mais válidos, e sua transmissão deveria ser traduzida em “*indicações, técnicas e métodos transmissíveis por escrito*”.

Considerou-se “*modelo teórico*” todas estas referências transmissíveis e como “*modelo de uso*” as referências concretas que mostraram-se mais válidas.

O modelo teórico nasce no confronto dos modelos de uso, que através da verificação dos fatos se demonstraram mais válidos e que, coerentemente, a utilização dos modelos teóricos e sua adaptação a situações novas, diferentes, comporta a definição, a criação de novos modelos de uso ou, de qualquer maneira diferentes. E, ainda, com estes novos modelos de uso, ou melhor, na sua confrontação, deve ser redefinido um novo modelo teórico. É um processo dialético que permite entender melhor a complexidade do processo, através do qual a classe operária define concretamente sua posição hegemônica, em relação ao problema da organização do trabalho (Oddone *et al*, 1986:112).

No *Caderno 15*, Gramsci nos fala da teoria e da prática no estudo da filosofia e considera que a ação é fruto de diversas vontades, que variam de intensidade, de consciência, de homogeneidade do conjunto da vontade coletiva, e assim, também a teoria que lhe corresponde é o conjunto de crenças e posições heterogêneas e desarticuladas. No entanto, a teoria se adere à prática nestes termos.

Construir com base numa determinada prática, uma teoria que coincidindo e identificando-se com os elementos decisivos da própria prática, acelere o processo histórico em ato, tornando a prática mais homogênea, coerente, eficiente em todos os seus elementos, isto é, elevando-a à máxima potência; ou então, dada uma certa posição teórica, no de organizar o elemento prático indispensável para que esta teoria seja colocada em ação. A identificação de teoria e prática é um ato crítico, pelo qual se demonstra que a prática é racional e necessária ou que a teoria é realista e racional (Cc, 1:260).

Gramsci resalta a importância da identidade entre teoria e prática, em momentos da história, considerados “*de transição*”, em especial

quando realmente as forças práticas desencadeadas demandam a sua justificação a fim de serem mais eficientes e expansivas, ou quando se multiplicam os programas teóricos que demandam, também eles, a sua justificação realista, na medida em que demonstram a sua possibilidade de assimilação por movimentos práticos, que só assim se tornam práticos e reais (Cc, 1:260).

Para Gramsci coletividade significa o resultado de uma elaboração que provém da vontade e do pensamento coletivo e que se obtém pelo esforço concreto e individual. Caso haja polêmicas e cisões no processo, é preciso encará-las de frente para depois superá-las. Elas sempre surgem quando se está em processo de desenvolvimento e é imprescindível enfrentá-las.

Em sua análise sobre o MOI, Laurell e Noriega (1989:92) assinalam que “*o modelo epistemológico implícito no Modelo Operário não apresenta uma diferenciação entre teoria e prática, pois a teoria torna-se imediatamente prática e vice-versa*”.

Gramsci (2004:278), dirigindo-se ao grupo de delegados de seção, recém eleita da Fiat-Centro e de Breveti, resalta a importância da organização por fábrica, que ele considerava uma “*verdadeira escola*”. Orienta os comissários a se tornarem vigilantes nas seções da fábrica, no sentido de fazerem cumprir as regras de trabalho que foram estabelecidas pelas federações de categoria e fixadas nos contratos e lembra que, com o tempo, algumas modificações deveriam ser feitas nos regulamentos, “*tanto pelo progresso técnico da produção, quanto pela evolução da consciência e da capacidade dos próprios trabalhadores*”.

Enfatizou também o valor da coleta de informação e orientou os delegados dizendo que “*no campo técnico, vocês poderão, antes de mais nada, realizar um utilíssimo trabalho de informação, recolhendo dados e materiais preciosos tanto para as federações de categorias quanto para os órgãos centrais e dirigentes das novas organizações de fábrica*” (Gramsci, 2004:279).

É inesgotável a possibilidade de correlação entre o pensamento de Gramsci, no sentido da luta pela transformação da sociedade, a partir da fábrica e da organização dos operários, com o movimento realizado na Itália, que deu origem ao MOI. Não se constitui em exagero perseverar que o modelo metodológico criado pelos trabalhadores italianos, e os intelectuais orgânicos que participaram daquele processo, encontra fundamento e se alicerça no

pensamento de Antonio Gramsci. Especialmente, ao traçar estratégias metodológicas de superação da utopia para chegar à transformação da realidade: “...as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais” (Cc, 1:238).

6 - CONCLUSÃO

O debate desenvolvido no Brasil e em diversos países sobre o campo das relações saúde-trabalho, entre as décadas de 1960 a 1980, teve grande influência do Modelo Operário Italiano (MOI) de saúde do trabalhador. Discutia-se a necessidade de se buscar novas alternativas de enfrentamento da nocividade dos ambientes de trabalho, com a criação de novas metodologias de intervenção. Um dos enfoques relevantes no debate era a participação do trabalhador como protagonista imprescindível na luta. E, nesse contexto, o MOI foi emblemático no encaminhamento de propostas concretas de mudança, acabando por servir de modelo de saúde do trabalhador.

A literatura existente sobre o modelo operário reportava-se às lutas operárias na Itália nos primeiros anos do século XX, em que Antonio Gramsci, com sua militância e formulações político-filosóficas, havia participado intensamente e influenciado na criação de metodologias de ação e cotejamento teórico com os acontecimentos. Décadas depois, os textos do e sobre o MOI deixaram patente essa influência. Contudo, eram e continuam sendo escassas as correlações entre Gramsci e os métodos de ação e luta do operariado italiano na busca por uma saúde nas fábricas daqueles anos.

Neste texto realizamos uma avaliação desse processo histórico, buscando resgatar as postulações teórico-conceituais relevantes que surgiram, correlacionando-as com a filosofia gramsciana.

A partir da literatura nacional e internacional que trata do tema, observamos que o pensamento de Gramsci estava profundamente arraigado na empiria desencadeada pelo MOI e na sua tradução teórico-metodológica, inclusive a relação de Gramsci com o Partido Comunista Italiano, que permeou sua militância *pari passu* com o seu pensamento filosófico, guarda uma semelhança com a construção do MOI e sua vinculação ao PCI.

Um dos pilares metodológicos do MOI, qual seja, o saber dos operários em relação à sua saúde, encontra Gramsci em sua formulação de que os trabalhadores deveriam conhecer os processos de produção, criando uma cultura onde o saber operário fosse reconhecido e desempenhasse o papel de eixo estruturador de suas reivindicações. A compreensão de Gramsci de que é no conhecimento que se encontra a força propulsora da transformação é a mesma desenvolvida pelo MOI para transformar a nocividade do trabalho, a partir de um novo conhecimento criado e apropriado pelos trabalhadores.

Sempre guardando similaridades com as formulações de Gramsci, os trabalhadores foram protagonistas da condução das lutas contra a nocividade, em que auxiliados por sindicalistas e técnicos, criaram um novo modelo, modificando conceitos e rompendo com o paradigma de que a defesa da saúde seria função das instituições oficiais, exclusivamente.

O andar do movimento gerou inúmeras experiências em que a possibilidade real de aliança entre técnicos e operários na direção da mudança ficou patente. Convênios foram assinados com reivindicações revolucionárias, medidas preventivas, comissão ambiental e tantas outras que influenciaram a criação de um novo paradigma das relações saúde-trabalho em vários países.

A colaboração de vários intelectuais, dentre os quais Ivar Oddone, foi decisiva, situando a saúde como algo a ser construído pelos trabalhadores, com sua participação direta, conscientização e ressignificação da saúde no ambiente de trabalho. A construção do conceito de não delegação e a busca de consenso entre os próprios trabalhadores foi possibilitando a validação de parâmetros dos riscos à saúde.

A ideia de grupo operário homogêneo, com o grupo de trabalhadores submetidos às mesmas condições de trabalho, assumiu um protagonismo no sentido de avaliar os riscos e perigos nas fábricas. O mapa de riscos passou a ser o principal instrumento, criado pelos próprios trabalhadores, para realizar as análises metodológicas do ambiente de trabalho.

Um ponto culminante desta luta foi o Estatuto dos Trabalhadores (Lei nº 300), de 1970, que proibia acertos promovidos pelos patrões, os trabalhadores tinham direito, por meio de seus representantes, de controlar a aplicação de normas para a prevenção de acidentes e de doenças profissionais e de promover investigações, elaborações de propostas e execução de medidas de proteção da saúde. Em 1972, a Conferência de Rimini, realizada para avaliação do período 1968-1971, referenda vários aspectos desenvolvidos na luta e elabora um novo plano de ação.

A correlação do pensamento de Gramsci com a metodologia desenvolvida pelo MOI pode ser sintetizada em diversos aspectos.

Observamos que a campanha iniciada na década de 1950 pela CGIL procurou privilegiar a abordagem dos vários aspectos da relação de trabalho e a análise dos riscos nos quais estavam envolvidos os trabalhadores. O conhecimento da realidade não era suficiente, era necessária uma avaliação mais profunda com o objetivo de criar estratégias de luta e proteção para os trabalhadores. Encontramos no pensamento gramsciano o valor dado à

unidade entre teoria e prática como um processo que se constrói e que tem como primeira etapa, a consciência política. Podemos perceber que no processo de construção do MOI, a análise da realidade na Farmitália possibilitou o início desta consciência política.

Quando técnicos, trabalhadores, estudantes e sindicalistas entraram na Farmitália, principiavam uma nova forma de pesquisa. A participação de diversos saberes técnicos valorizando o saber operário, possibilitava o conhecimento de detalhes de extrema importância, o que na visão de Gramsci representa a conquista de um grupo subalterno que, depende de organização, da capacidade de luta e da sua autonomia ambicionando valores que não só materiais, procurando novas relações sociais.

Também foi possível identificarmos as ideias de espontaneidade e direção consciente tanto no pensamento de Gramsci, quanto no MOI, como um potencial de mudança, assim como o valor atribuído da experiência de cada trabalhador e da troca entre eles. No MOI, a espontaneidade foi dirigida e educada como Gramsci preconizou em seus escritos, o que tornou possível uma “*direção consciente*”.

Outro ponto fundamental no MOI, foi o conhecimento das contradições que determinavam as ações da indústria. A conscientização deste processo, por parte dos operários, tornou-os capazes de criticar as opções que a indústria fazia em relação à organização do trabalho, provocando a mobilização e o interesse por estudar a fábrica. A busca de soluções se deu também, fora da fábrica junto aos médicos, por um maior conhecimento e, no sindicato, com a mudança de postura de não monetização do risco. Essa era uma questão cultural arraigada que necessitava de uma estratégia cuidadosa. No pensamento de Gramsci, a desconstrução não representava mudança se não fosse seguida de uma nova proposta.

Também observamos que a ideia do conceito de não delegação e de validação consensual, para romper com a ideia de que técnicos e operários pensavam ser a saúde um problema do trabalho, ‘externo’ a eles, era necessário “*romper com o velho para deixar chegar o novo*”, como pensava Gramsci. Nesse sentido, a socialização do conhecimento facilitou a criação de um método que cumprisse este papel.

Oddone colocou a questão da saúde como algo a ser construído e desempenhou o papel do intelectual orgânico, por se colocar como parte ativa, conectado, como falava Gramsci, com o mundo do trabalho. A nova relação entre técnicos e operários e a análise do ambiente se dava de maneira homogênea, o que unificou a avaliação dos problemas. O

juízo subjetivo dos trabalhadores tornou necessário a confecção de um manual. Os grupos homogêneos, submetidos às mesmas condições de trabalho, avaliavam os riscos e reivindicavam modificações. Cumpriam o papel de interlocutores científicos.

Outro aspecto que observamos foi o fato de Gramsci se preocupar com a ação operária interferindo no contexto da sociedade, com o objetivo de transformar a realidade social econômica e política, e considerar que partindo da fábrica, os operários poderiam dar uma contribuição em escala nacional. Giovanni Berlinguer destaca esse aspecto de forma enfática em seu livro sobre o MOI, Saúde nas Fábricas.

A participação direta do trabalhador com a sua experiência e o seu protagonismo tornou-se imprescindível para a construção do MOI e, no pensamento gramsciano, tem-se que após um período de determinismo mecânico, sem a presença da luta, a superação se processa, e o senso crítico se desenvolve transformando o “*subalterno*” em uma “*pessoa histórica*”, um “*protagonista*”.

A socialização dos conhecimentos prosseguiu através de cursos sindicais de formação, o que atingia muitos trabalhadores. Outras iniciativas foram relevantes como o processo de formação dos grupos dirigentes nacionais de categorias, seminários, cursos de atualização para instrutores, cursos de verão, colônias de férias para milhares de participantes. Outra vez observamos a ideia do processo educativo gramsciano contemplado nesta estratégia fundamental para a consolidação do MOI.

Em entrevista no ano de 2007 na Revista Salud, Trabajo y Medio Ambiente, Oddone nos fala do ineditismo da luta italiana no sentido de adaptar o ambiente do trabalho ao homem que trabalha e enfatiza que foi fundamental a criação de uma nova linguagem que não privilegiasse a linguagem médica nem a linguagem operária usada pelo sindicato naquele momento (Oddone, 2007).

Um dos principais pontos desenvolvidos no modelo se deu pela escolha feita pela CGIL, que priorizou a ação de negociar todos os aspectos da relação de trabalho, partindo da fábrica, organizando o movimento em uma “*luta articulada*”. Gramsci, nos fala do caráter revolucionário dos sindicatos e caracteriza-os como tal, quando a sua ação não é dirigida pelo imediatismo e nem pelo corporativismo, mas tornam-se instrumento de atuação no campo da construção da economia.

Concluimos que a conquista maior dos trabalhadores no MOI foi a de transformar a percepção do problema do ambiente e a possibilidade de intervir na organização do trabalho.

A experiência nas fábricas da Itália demonstrou que a organização do trabalho e a nocividade do ambiente de trabalho estão ligadas e interagem entre si. E Gramsci já antevia isto e nesta linha pautou sua vida e obra.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Ángel Cárcoba (org.). El modelo obrero. In: *La salud no se vende ni se delega, se defiende*. Fundación Sindical de Estudios. CC.OO. Madrid: Ediciones GPS, 2007.

BARATTA, Giorgio. *Gramsci, eu o vi assim*. Tradução: Luiz Sérgio Henriques. In: Gramsci e o Brasil Especial para *Gramsci e o Brasil*, 2009. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1194>> Acesso em 1 set. 2011.

BASAGLIA, Franco y otros. *La Salud de los trabajadores-aportes para una política de la salud*. México: Editorial Nueva Imagen, 1980.

BELLI, Andrea. "*Delega*" e "*non delega*": la CGIL davanti all'infornio e alla malattia professionale. [Tesi Di Laurea] Firenze: Facoltà di Scienze Politiche "Cesare Alfieri"/Università di Firenze, 2001.

BERLINGUER, Giovanni. *Saúde nas Fábricas*. Rio de Janeiro: Editora Cebes, 1983.

BIANCHI, Alvaro. Dossiê Gramsci e a Política. Croce, Gramsci e a "autonomia da política". Revista de Sociologia e Política nº 29: 15-30 Nov. 2007.

_____. *O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. (trad. Angelina Peralva) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BUTTIGIEG, Joseph A. Educação e hegemonia. In: Coutinho, Nelson C., Teixeira, Andréa de Paula - organização e apresentação. *Ler Gramsci e entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COUTINHO, Nelson C. O Conceito de política nos Cadernos do cárcere. In: Coutinho, Nelson C., Teixeira, Andréa de Paula - organização e apresentação. *Ler Gramsci e entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Introdução. In: Gramsci, Antonio (2011) *Cadernos do Cárcere, volume 1*. Luiz Sérgio Henrique (editor e tradutor) e Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira (co-eds). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *Intervenções: O marxismo na batalha das idéias*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

ENGELS, Friedrich. *A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Editora Global, 1986.

FIORI, Giuseppe. *A vida de Antonio Gramsci*. (trad. Sergio Lamarão) Rio Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FROSINI, Fabio. Mini curso: Filosofia da praxis de Antonio Gramsci Marxismo/Filosofia da práxis. Nufipe-Universidade Federal Fluminense. 25-26 de agosto. Niterói-Rio de Janeiro: 2011.

_____ O Neoidealismo Italiano e a elaboração da Filosofia da Práxis. In: Aggio, Alberto; Henriques, Luiz Sérgio; Vacca Giuseppe (orgs.). *Gramsci no seu tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

GAZE, Rosangela; LEÃO, Luiz Henrique da Costa; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel. Os movimentos de luta dos trabalhadores pela saúde. In: Vasconcellos, Luiz Carlos Fadel; Oliveira, Maria Helena Barros de (orgs.) *Saúde, trabalho e direito - Uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória*. Rio de Janeiro: Educam, 2011.

GERRATANA, Valentino. *Gramsci: uma introdução*. Roma: Enciclopédia italiana, 1997. Quinto Apêndice E - IS 1979-1992, p. 485-6. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=732>> [9p.]. Acesso em 05 jun. 2011.

GRAÇA, Luiz. *O nascimento da inspecção do trabalho*, 1999. Disponível em: <<http://www.enstp.unl.pt/lgraca/textos25.html>> Acesso em 05 jan. 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*, volume 1. Valentino Gerratana (org.). Edição crítica do Instituto Gramsci. Turim: Eunadi, 2007.

_____ *Escritos Políticos*, volume 1, 1910-1920. Carlos Nelson Coutinho (org. e tradutor). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____ *Cartas do Cárcere*, volume 1, 1926/1930 edição: Carlos Nelson Coutinho. Luiz Sergio Henriques (org. introdução e tradutor). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____ *Cartas do Cárcere* volume 2, 1931/1937 edição: Carlos Nelson Coutinho. Luiz Sérgio Henriques (org. introdução e tradutor). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a

_____ *Cadernos do Cárcere*, volume 1. Carlos Nelson Coutinho (editor e tradutor), Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira (co-eds). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____ *Cadernos do Cárcere*, volume 2. Carlos Nelson Coutinho (editor e tradutor), Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira (co-eds). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____ *Cadernos do Cárcere*, volume 3. Carlos Nelson Coutinho (editor e tradutor), Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira (co-eds). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____ *Cadernos do Cárcere*, volume 4. Carlos Nelson Coutinho (editor e tradutor), Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira (co-eds). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____ *Cadernos do Cárcere*, volume 5. Luiz Sérgio Henriques (editor e tradutor), Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira (co-eds). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____ *Cadernos do Cárcere*, volume 6. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira (editor, tradutor e org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HENRIQUES, Luiz S. Introdução. In: Gramsci, Antonio. *Cartas do Cárcere v.1 1926/1930* edição: Carlos Nelson Coutinho. Luiz Sérgio Henriques (org. introdução e tradutor). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HOBBSAWM, Eric J.. *A Era das Revoluções*. (trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

LAURELL, Asa Cristina; NORIEGA, Mariano. *Processo de Produção e Saúde- Trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

LAURELL, Asa Cristina. *Ciência y experiencia obrera: La lucha por La salud em Itália*. Cuadernos Políticos. D.F., n.41, p. 63-83. México: Julio/Diciembre, 1984.

LENIN, Vladimir Il'ich. Karl Marx: *Breve Esboço biográfico com uma exposição do marxismo-vicissitudes históricas da doutrina de Karl Marx*. São Paulo: Editora Minerva, 1975.

LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Luiz Sérgio Henriques (tradutor). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

_____ *Movimentos Sociais e Papel do Partido no pensamento de Gramsci e hoje*. In: Semeraro, Giovanni; Oliveira, Marcos Marques; da Silva, Percival Tavares; Leitão, Sônia Nogueira (orgs). *Gramsci e os movimentos populares*. Niterói, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011.

MACCACARO, Giulio. Clase y salud. In: Basaglia, Franco y otros. *La Salud de los trabajadores- aportes para una política de la salud*. México: Editorial Nueva Imagen, 1980.

MANACORDA, Mário Alighiero. *O princípio educativo em Gramsci: americanismo e conformismo* (tradução Willian Laços) Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. (Trad. Pietro Nasseti) São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

MEDICI, Rita. *Dossiê “Gramsci e a Política”*. *Gramsci e o Estado: para uma releitura do problema*, Rev. Sociol. Polit. no. 29 Curitiba Nov. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782007000200004>> Acesso em 05 jun. 2011.

MENÉNDEZ, Eduardo L. El modelo médico y la salud de los trabajadores. In: Basaglia, Franco y otros. *La Salud de los trabajadores-aportes para una política de la salud*. México: Editorial Nueva Imagen, 1980.

ODDONE, Ivar; MARRI, Gastone; GLORIA, Sandra; BRIANTE, Gianne; CHIATTELLA, Mariolina; RE, Alessandra. *Ambiente de Trabalho-A luta dos trabalhadores pela saúde*. (Trad. Salvador Obiol de Freitas) São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

PAIVA, Maria Julia; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel. Modelo Operário Italiano – o surgimento do campo da saúde do trabalhador. In: Vasconcellos, Luiz Carlos Fadel; Oliveira, Maria Helena Barros de (org.) *Saúde, trabalho e direito - Uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória*. Rio de Janeiro: Educam, 2011.

POLLETTA, Giovanni. Un balance de la lucha por la salud. In: Basaglia, Franco y otros. *La Salud de los trabajadores-aportes para una política de la salud*. México: Editorial Nueva Imagen, 1980.

SEMERARO, Giovanni. Tornar-se “dirigente”. O projeto de Gramsci no mundo globalizado. In: Coutinho, Nelson C.; Teixeira, Andréa de Paula (org. e apresentação) *Ler Gramsci e entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Filosofia da práxis e (neo) pragmatismo. Revista Brasileira de Educação. Maio /Jun /Jul /Ago nº 29, 2005.

_____. *Gramsci e os novos embates da Filosofia da Práxis*. Aparecida, São Paulo: Idéias e Letras, 2006.

_____. Gramsci e os movimentos populares: uma leitura a partir do Caderno 25. In: Semeraro, Giovanni; Oliveira, Marcos Marques; da Silva, Percival Tavares; Leitão, Sônia Nogueira (orgs). *Gramsci e os movimentos populares*. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2011.

SIMIONATTO, Ivete. *O social e o político no pensamento de Gramsci*. Especial para *Gramsci e o Brasil*, 1997. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=294>> Acesso em 01 mar. 2011.

SINGER, Peter. *Marx*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

SOUZA, Katia R. *A aventura da mudança: sobre a diversidade de formas de intervir no trabalho para se promover saúde* [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Programa de Pós-

Graduação em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, 2009; 254f.

TOGLIATTI, Palmiro. Antônio Gramsci, Chefe da Classe Operária Italiana. *Problemas: Revista Mensal de Cultura Política*, nº 25, mar-abr 1950. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/togliatti/ano/mes/gramsci_25.htm> Acesso em 10 ago.2009.

VACCA, Giuseppe. A esquerda italiana e o reformismo no século XX. (trad. Luiz Sérgio Henriques) In: Vacca, Giuseppe. *Il riformismo italiano - dalla fine della guerra fredda alle sfide future, Prólogo*, 2006. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=732>> [9p.] Acesso em 05 abr. 2010.

VARGAS, Maria do Carmo de Oliveira. Um caderno de estudos sobre Gramsci. In: Dore Rosemary (org.). *Gramsci, intelectuais e educação*. Cadernos Cedes, v.26, n.70. Campinas, 2006. Disponível em <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=732>> [9p.] Acesso em 05 fev. 2011.

VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel. *Saúde, trabalho e desenvolvimento sustentável: apontamentos para uma política de Estado*. [Tese de Doutorado] Rio de Janeiro: Ensp/Fiocruz, 2007.

_____. A imperfeição da regra trabalhista referente à saúde: da Revolução Industrial à consolidação das Leis do Trabalho. In: Vasconcellos, Luiz Carlos Fadel; Oliveira, Maria Helena Barros de (org.) *Saúde, trabalho e direito - Uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória*. Rio de Janeiro: Educam, 2011.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Praxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

ANEXO A – Estatuto dos Trabalhadores - LEI n° 300 no original

L. 20 maggio 1970, n. 300

“Norme sulla tutela della libertà e dignità dei lavoratori, della libertà sindacale e dell'attività sindacale nei luoghi di lavoro e norme sul collocamento”

TITOLO I - Della libertà e dignità del lavoratore

1 - Libertà di opinione.

I lavoratori, senza distinzione di opinioni politiche, sindacali e di fede religiosa, hanno diritto, nei luoghi dove prestano la loro opera, di manifestare liberamente il proprio pensiero, nel rispetto dei principi della Costituzione e delle norme della presente legge.

2. Guardie giurate.

Il datore di lavoro può impiegare le guardie particolari giurate, di cui agli articoli 133 e seguenti del testo unico approvato con regio decreto 18 giugno 1931, numero 773, soltanto per scopi di tutela del patrimonio aziendale. Le guardie giurate non possono contestare ai lavoratori azioni o fatti diversi da quelli che attengono alla tutela del patrimonio aziendale. È fatto divieto al datore di lavoro di adibire alla vigilanza sull'attività lavorativa le guardie di cui al primo comma, le quali non possono accedere nei locali dove si svolge tale attività, durante lo svolgimento della stessa, se non eccezionalmente per specifiche e motivate esigenze attinenti ai compiti di cui al primo comma. In caso di inosservanza da parte di una guardia particolare giurata delle disposizioni di cui al presente articolo, l'Ispettorato del lavoro ne promuove presso il questore la sospensione dal servizio, salvo il provvedimento di revoca della licenza da parte del prefetto nei casi più gravi.

3. Personale di vigilanza.

I nominativi e le mansioni specifiche del personale addetto alla vigilanza dell'attività lavorativa debbono essere comunicati ai lavoratori interessati.

4. Impianti audiovisivi.

È vietato l'uso di impianti audiovisivi e di altre apparecchiature per finalità di controllo a distanza dell'attività dei lavoratori. Gli impianti e le apparecchiature di controllo che siano richiesti da esigenze organizzative e produttive ovvero dalla sicurezza del lavoro, ma dai quali derivi anche la possibilità di controllo a distanza dell'attività dei lavoratori, possono essere installati soltanto previo accordo con Le rappresentanze sindacali aziendali, oppure, in mancanza di queste, con la commissione interna. In difetto di accordo, su istanza del datore di lavoro, provvede l'Ispettorato del lavoro, dettando, ove occorra, le modalità per l'uso di tali impianti. Per gli impianti e le apparecchiature esistenti, che rispondano alle caratteristiche di cui al secondo comma del presente articolo, in mancanza di accordo con le rappresentanze sindacali aziendali o con la commissione interna, l'Ispettorato del lavoro provvede entro un anno dall'entrata in vigore della presente legge, dettando all'occorrenza le prescrizioni per l'adeguamento e le modalità di uso degli impianti suddetti. Contro i provvedimenti dell'Ispettorato del lavoro, di cui ai precedenti secondo e terzo comma, il datore di lavoro, le rappresentanze sindacali aziendali o, in mancanza di queste, la commissione interna, oppure i sindacati dei lavoratori di cui al successivo art. 19 possono ricorrere, entro 30 giorni dalla comunicazione del provvedimento, al Ministro per il lavoro e la previdenza sociale.

5. *Accertamenti sanitari.*

Sono vietati accertamenti da parte del datore di lavoro sulla idoneità e sulla infermità per malattia o infortunio del lavoratore dipendente. Il controllo delle assenze per infermità può essere effettuato soltanto attraverso i servizi ispettivi degli istituti previdenziali competenti, i quali sono tenuti a compierlo quando il datore di lavoro lo richieda. Il datore di lavoro ha facoltà di far controllare la idoneità fisica del lavoratore da parte di enti pubblici ed istituti specializzati di diritto pubblico.

6. *Visite personali di controllo.*

Le visite personali di controllo sul lavoratore sono vietate fuorché nei casi in cui siano indispensabili ai fini della tutela del patrimonio aziendale, in relazione alla qualità degli strumenti di lavoro o delle materie prime o dei prodotti. In tali casi le visite personali potranno essere effettuate soltanto a condizione che siano eseguite all'uscita dei luoghi di lavoro, che siano salvaguardate la dignità e la riservatezza del lavoratore e che avvengano con l'applicazione di sistemi di selezione automatica riferiti alla collettività o a gruppi di lavoratori. Le ipotesi nelle quali possono essere disposte le visite personali, nonché, ferme restando Le condizioni di cui al secondo comma del presente articolo, le relative modalità debbono essere concordate dal datore di lavoro con le rappresentanze sindacali aziendali oppure, in mancanza di queste, con la commissione interna. In difetto di accordo, su istanza del datore di lavoro, provvede l'Ispettorato del lavoro. Contro i provvedimenti dell'Ispettorato del lavoro di cui al precedente comma, il datore di lavoro, le rappresentanze sindacali aziendali o, in mancanza di queste, la commissione interna, oppure i sindacati dei lavoratori di cui al successivo articolo 19 possono ricorrere, entro 30 giorni dalla comunicazione del provvedimento, al Ministro per il lavoro e la previdenza sociale.

7. *Sanzioni disciplinari.*

Le norme disciplinari relative alle sanzioni, alle infrazioni in relazione alle quali ciascuna di esse può essere applicata ed alle procedure di contestazione delle stesse, devono essere portate a conoscenza dei lavoratori mediante affissione in luogo accessibile a tutti. Esse devono applicare quanto in materia è stabilito da accordi e contratti di lavoro ove esistano. Il datore di lavoro non può adottare alcun provvedimento disciplinare nei confronti del lavoratore senza avergli preventivamente contestato l'addebito e senza averlo sentito a sua difesa. Il lavoratore potrà farsi assistere da un rappresentante dell'associazione sindacale cui aderisce o conferisce mandato. Fermo restando quanto disposto dalla legge 15 luglio 1966, n. 604, non possono essere disposte sanzioni disciplinari che comportino mutamenti definitivi del rapporto di lavoro; inoltre la multa non può essere disposta per un importo superiore a quattro ore della retribuzione base e la sospensione dal servizio e dalla retribuzione per più di dieci giorni. In ogni caso, i provvedimenti disciplinari più gravi del rimprovero verbale non possono essere applicati prima che siano trascorsi cinque giorni dalla contestazione per iscritto del fatto che vi ha dato causa. Salvo analoghe procedure previste dai contratti collettivi di lavoro e ferma restando la facoltà di adire l'autorità giudiziaria, il lavoratore al quale sia stata applicata una sanzione disciplinare può promuovere, nei venti giorni successivi, anche per mezzo dell'associazione alla quale sia iscritto ovvero conferisca mandato, la costituzione, tramite l'ufficio provinciale del lavoro e della massima occupazione, di un collegio di conciliazione ed arbitrato, composto da un rappresentante di ciascuna delle parti e da un terzo membro scelto di comune accordo o, in difetto di accordo, nominato dal direttore dell'ufficio del lavoro. La sanzione disciplinare resta sospesa fino alla pronuncia da parte del collegio. Qualora il datore di lavoro non provveda, entro dieci giorni

dall'invito rivoltagli dall'ufficio del lavoro, a nominare il proprio rappresentante in seno al collegio di cui al comma precedente, la sanzione disciplinare non ha effetto. Se il datore di lavoro adisce l'autorità giudiziaria, la sanzione disciplinare resta sospesa fino alla definizione del giudizio. Non può tenersi conto ad alcun effetto delle sanzioni disciplinari decorsi due anni dalla loro applicazione.

8. *Divieto di indagini sulle opinioni.*

È fatto divieto al datore di lavoro, ai fini dell'assunzione, come nel corso dello svolgimento del rapporto di lavoro, di effettuare indagini, anche a mezzo di terzi, sulle opinioni politiche, religiose o sindacali del lavoratore, nonché su fatti non rilevanti ai fini della valutazione dell'attitudine professionale del lavoratore.

9. *Tutela della salute e dell'integrità fisica.*

I lavoratori, mediante loro rappresentanze, hanno diritto di controllare l'applicazione delle norme per la prevenzione degli infortuni e delle malattie professionali e di promuovere la ricerca, l'elaborazione e l'attuazione di tutte le misure idonee a tutelare la loro salute e la loro integrità fisica.

10. *Lavoratori studenti.*

I lavoratori studenti, iscritti e frequentanti corsi regolari di studio in scuole di istruzione primaria, secondaria e di qualificazione professionale, statali, paritarie o legalmente riconosciute o comunque abilitate al rilascio di titoli di studio legali, hanno diritto a turni di lavoro che agevolino la frequenza ai corsi e la preparazione agli esami e non sono obbligati a prestazioni di lavoro straordinario o durante i riposi settimanali. I lavoratori studenti, compresi quelli universitari, che devono sostenere prove di esame, hanno diritto a fruire di permessi giornalieri retribuiti. Il datore di lavoro potrà richiedere la produzione delle certificazioni necessarie all'esercizio dei diritti di cui al primo e secondo comma.

11. *Attività culturali, ricreative e assistenziali e controlli sul servizio di mensa.*

Le attività culturali, ricreative ed assistenziali promosse nell'azienda sono gestite da organismi formati a maggioranza dai rappresentanti dei lavoratori. Le rappresentanze sindacali aziendali, costituite a norma dell'art. 19, hanno diritto di controllare la qualità del servizio di mensa secondo modalità stabilite dalla contrattazione collettiva.

12. *Istituti di patronato.*

Gli istituti di patronato e di assistenza sociale, riconosciuti dal Ministero del lavoro e della previdenza sociale, per l'adempimento dei compiti di cui al D.Lgs.C.P.S. 29 luglio 1947, n. 804, hanno diritto di svolgere, su un piano di parità, la loro attività all'interno dell'azienda, secondo le modalità da stabilirsi con accordi aziendali.

13. *Mansioni del lavoratore.*

L'articolo 2103 del codice civile è sostituito dal seguente: «Il prestatore di lavoro deve essere adibito alle mansioni per le quali è stato assunto o a quelle corrispondenti alla categoria superiore che abbia successivamente acquisito ovvero a mansioni equivalenti alle ultime effettivamente svolte, senza alcuna diminuzione della retribuzione. Nel caso di assegnazione a mansioni superiori il prestatore ha diritto al trattamento corrispondente all'attività svolta, e l'assegnazione stessa diviene definitiva, ove la medesima non abbia avuto luogo per sostituzione di lavoratore assente con diritto alla conservazione del posto, dopo un periodo fissato dai contratti collettivi, e comunque non superiore a tre mesi. Egli non può essere trasferito da una unità produttiva ad un'altra se non per comprovate ragioni tecniche, organizzative e produttive. Ogni patto contrario è nullo».

TITOLO II

Della libertà sindacale

14. Diritto di associazione e di attività sindacale.

Il diritto di costituire associazioni sindacali, di aderirvi e di svolgere attività sindacale, è garantito a tutti i lavoratori all'interno dei luoghi di lavoro.

15. Atti discriminatori.

È nullo qualsiasi patto od atto diretto a:

- a) subordinare l'occupazione di un lavoratore alla condizione che aderisca o non aderisca ad una associazione sindacale ovvero cessi di farne parte;
- b) licenziare un lavoratore, discriminarlo nella assegnazione di qualifiche o mansioni, nei trasferimenti, nei provvedimenti disciplinari, o recargli altrimenti pregiudizio a causa della sua affiliazione o attività sindacale ovvero della sua partecipazione ad uno sciopero. Le disposizioni di cui al comma precedente si applicano altresì ai patti o atti diretti a fini di discriminazione politica, religiosa, razziale, di lingua o di sesso, di handicap, di età o basata sull'orientamento sessuale o sulle convinzioni personali.

16. Trattamenti economici collettivi discriminatori.

È vietata la concessione di trattamenti economici di maggior favore aventi carattere discriminatorio a mente dell'articolo 15. Il pretore, su domanda dei lavoratori nei cui confronti è stata attuata la discriminazione di cui al comma precedente o delle associazioni sindacali alle quali questi hanno dato mandato, accertati i fatti, condanna il datore di lavoro al pagamento, a favore del fondo adeguamento pensioni, di una somma pari all'importo dei trattamenti economici di maggior favore illegittimamente corrisposti nel periodo massimo di un anno.

17. Sindacati di comodo.

È fatto divieto ai datori di lavoro ed alle associazioni di datori di lavoro di costituire o sostenere, con mezzi finanziari o altrimenti, associazioni sindacali di lavoratori.

18. Reintegrazione nel posto di lavoro.

Ferme restando l'esperibilità delle procedure previste dall'articolo 7 della legge 15 luglio 1966, n. 604, il giudice con la sentenza con cui dichiara inefficace il licenziamento ai sensi dell'articolo 2 della predetta legge o annulla il licenziamento intimato senza giusta causa o giustificato motivo, ovvero ne dichiara la nullità a norma della legge stessa, ordina al datore di lavoro, imprenditore e non imprenditore, che in ciascuna sede, stabilimento, filiale, ufficio o reparto autonomo nel quale ha avuto luogo il licenziamento occupa alle sue dipendenze più di quindici prestatori di lavoro o più di cinque se trattasi di imprenditore agricolo, di reintegrare il lavoratore nel posto di lavoro. Tali disposizioni si applicano altresì ai datori di lavoro, imprenditori e non imprenditori, che nell'ambito dello stesso comune occupano più di quindici dipendenti ed alle imprese agricole che nel medesimo ambito territoriale occupano più di cinque dipendenti, anche se ciascuna unità produttiva, singolarmente considerata, non raggiunge tali limiti, e in ogni caso al datore di lavoro, imprenditore e non imprenditore, che occupa alle sue dipendenze più di sessanta prestatori di lavoro. Ai fini del computo del numero dei prestatori di lavoro di cui primo comma si tiene conto anche dei lavoratori assunti con contratto di formazione e lavoro, dei lavoratori assunti con contratto a tempo indeterminato parziale, per la quota di orario effettivamente svolto, tenendo conto, a tale proposito, che il computo delle unità lavorative fa riferimento all'orario previsto dalla contrattazione collettiva del settore. Non si computano il coniuge ed i parenti del datore di lavoro entro il secondo grado in linea diretta e in linea collaterale. Il computo dei limiti occupazionali di cui al secondo comma

non incide su norme o istituti che prevedono agevolazioni finanziarie o creditizie. Il giudice con la sentenza di cui al primo comma condanna il datore di lavoro al risarcimento del danno subito dal lavoratore per il licenziamento di cui sia stata accertata l'inefficacia o l'invalidità stabilendo un'indennità commisurata alla retribuzione globale di fatto dal giorno del licenziamento sino a quello dell'effettiva reintegrazione e al versamento dei contributi assistenziali e previdenziali dal momento del licenziamento al momento dell'effettiva reintegrazione; in ogni caso la misura del risarcimento non potrà essere inferiore a cinque mensilità di retribuzione globale di fatto. Fermo restando il diritto al risarcimento del danno così come previsto al quarto comma, al prestatore di lavoro è data la facoltà di chiedere al datore di lavoro in sostituzione della reintegrazione nel posto di lavoro, un'indennità pari a quindici mensilità di retribuzione globale di fatto. Qualora il lavoratore entro trenta giorni dal ricevimento dell'invito del datore di lavoro non abbia ripreso il servizio, né abbia richiesto entro trenta giorni dalla comunicazione del deposito della sentenza il pagamento dell'indennità di cui al presente comma, il rapporto di lavoro si intende risolto allo spirare dei termini predetti. La sentenza pronunciata nel giudizio di cui al primo comma è provvisoriamente esecutiva. Nell'ipotesi di licenziamento dei lavoratori di cui all'articolo 22, su istanza congiunta del lavoratore e del sindacato cui questi aderisce o conferisca mandato, il giudice, in ogni stato e grado del giudizio di merito, può disporre con ordinanza, quando ritenga irrilevanti o insufficienti gli elementi di prova forniti dal datore di lavoro, la reintegrazione del lavoratore nel posto di lavoro. L'ordinanza di cui al comma precedente può essere impugnata con reclamo immediato al giudice medesimo che l'ha pronunciata. Si applicano le disposizioni dell'articolo 178, terzo, quarto, quinto e sesto comma del codice di procedura civile. L'ordinanza può essere revocata con la sentenza che decide la causa. Nell'ipotesi di licenziamento dei lavoratori di cui all'articolo 22, il datore di lavoro che non ottempera alla sentenza di cui al primo comma ovvero all'ordinanza di cui al quarto comma, non impugnata o confermata dal giudice che l'ha pronunciata, è tenuto anche, per ogni giorno di ritardo, al pagamento a favore del Fondo adeguamento pensioni di una somma pari all'importo della retribuzione dovuta al lavoratore.

TITOLO III

Dell'attività sindacale

19. Costituzione delle rappresentanze sindacali aziendali.

Rappresentanze sindacali aziendali possono essere costituite ad iniziativa dei lavoratori in ogni unità produttiva, nell'ambito:

a) abrogato con D.P.R. 28 luglio 1995, n. 312 (Gazz. Uff. 29 luglio 1995, n. 176), in esito al referendum indetto con D.P.R. 5 aprile 1995 (Gazz. Uff. 11 aprile 1995, n. 85)

b) delle associazioni sindacali, che siano firmatarie di contratti collettivi di lavoro applicati nell'unità produttiva. Nell'ambito di aziende con più unità produttive le rappresentanze sindacali possono istituire organi di coordinamento.

20. Assemblea.

I lavoratori hanno diritto di riunirsi, nella unità produttiva in cui prestano la loro opera, fuori dell'orario di lavoro, nonché durante l'orario di lavoro, nei limiti di dieci ore annue, per le quali verrà corrisposta la normale retribuzione. Migliori condizioni possono essere stabilite dalla contrattazione collettiva. Le riunioni - che possono riguardare la generalità dei lavoratori o gruppi di essi - sono indette, singolarmente o congiuntamente, dalle rappresentanze sindacali aziendali nell'unità produttiva, con ordine del giorno su materie di interesse

sindacale e del lavoro e secondo l'ordine di precedenza delle convocazioni, comunicate al datore di lavoro. Alle riunioni possono partecipare, previo preavviso al datore di lavoro, dirigenti esterni del sindacato che ha costituito la rappresentanza sindacale aziendale. Ulteriori modalità per l'esercizio del diritto di assemblea possono essere stabilite dai contratti collettivi di lavoro, anche aziendali.

21. Referendum.

Il datore di lavoro deve consentire nell'ambito aziendale lo svolgimento, fuori dell'orario di lavoro, di referendum, sia generali che per categoria, su materie inerenti all'attività sindacale, indetti da tutte le rappresentanze sindacali aziendali tra i lavoratori, con diritto di partecipazione di tutti i lavoratori appartenenti alla unità produttiva e alla categoria particolarmente interessata. Ulteriori modalità per lo svolgimento del referendum possono essere stabilite dai contratti collettivi di lavoro anche aziendali.

22. Trasferimento dei dirigenti delle rappresentanze sindacali aziendali

Il trasferimento dall'unità produttiva dei dirigenti delle rappresentanze sindacali aziendali di cui AL precedente articolo 19, dei candidati e dei membri di commissione interna può essere disposto solo previo nulla osta delle associazioni sindacali di appartenenza. Le disposizioni di cui al comma precedente ed ai commi quarto, quinto, sesto e settimo dell'articolo 18 si applicano sino alla fine del terzo mese successivo a quello in cui è stata eletta la commissione interna per i candidati nelle elezioni della commissione stessa e sino alla fine dell'anno successivo a quello in cui è cessato l'incarico per tutti gli altri.

23. Permessi retribuiti.

I dirigenti delle rappresentanze sindacali aziendali di cui all'articolo 19 hanno diritto, per l'espletamento del loro mandato, a permessi retribuiti. Salvo clausole più favorevoli dei contratti collettivi di lavoro hanno diritto ai permessi di cui al primo comma almeno:

- a) un dirigente per ciascuna rappresentanza sindacale aziendale nelle unità produttive che occupano fino a 200 dipendenti della categoria per cui la stessa è organizzata;
- b) un dirigente ogni 300 o frazione di 300 dipendenti per ciascuna rappresentanza sindacale aziendale nelle unità produttive che occupano fino a 3.000 dipendenti della categoria per cui la stessa è organizzata;
- c) un dirigente ogni 500 o frazione di 500 dipendenti della categoria per cui è organizzata la rappresentanza sindacale aziendale nelle unità produttive di maggiori dimensioni, in aggiunta al numero minimo di cui alla precedente lettera b).

I permessi retribuiti di cui al presente articolo non potranno essere inferiori a otto ore mensili nelle aziende di cui alle lettere b) e c) del comma precedente; nelle aziende di cui alla lettera a) i permessi retribuiti non potranno essere inferiori ad un'ora all'anno per ciascun dipendente. Il lavoratore che intende esercitare il diritto di cui al primo comma deve darne comunicazione scritta al datore di lavoro di regola 24 ore prima, tramite le rappresentanze sindacali aziendali.

24. Permessi non retribuiti.

I dirigenti sindacali aziendali di cui all'articolo 23 hanno diritto a permessi non retribuiti per la partecipazione a trattative sindacali o a congressi e convegni di natura sindacale, in misura non inferiore a otto giorni all'anno. I lavoratori che intendano esercitare il diritto di cui al comma precedente devono darne comunicazione scritta al datore di lavoro di regola tre giorni prima, tramite le rappresentanze sindacali aziendali.

25. Diritto di affissione.

Le rappresentanze sindacali aziendali hanno diritto di affiggere, su appositi spazi, che il datore di lavoro ha l'obbligo di predisporre in luoghi accessibili a tutti i lavoratori all'interno dell'unità produttiva, pubblicazioni, testi e comunicati inerenti a materie di interesse sindacale e del lavoro.

26. Contributi sindacali.

1. I lavoratori hanno diritto di raccogliere contributi e di svolgere opera di proselitismo per le loro organizzazioni sindacali all'interno dei luoghi di lavoro, senza pregiudizio del normale svolgimento dell'attività aziendale.

2. Il D.P.R. 28 luglio 1995, n. 313 (Gazz. Uff. 29 luglio 1995, n. 176), in esito al referendum indetto con D.P.R. 5 aprile 1995 (Gazz. Uff. 11 aprile 1995, n. 85), ha abrogato, decorsi sessanta giorni dalla sua pubblicazione nella Gazzetta Ufficiale, l'art. 26, commi secondo e terzo, L. 20 maggio 1970, n. 300.

27. Locali delle rappresentanze sindacali aziendali.

Il datore di lavoro nelle unità produttive con almeno 200 dipendenti pone permanentemente a disposizione delle rappresentanze sindacali aziendali, per l'esercizio delle loro funzioni, un idoneo locale comune all'interno dell'unità produttiva o nelle immediate vicinanze di essa. Nelle unità produttive con un numero inferiore di dipendenti le rappresentanze sindacali aziendali hanno diritto di usufruire, ove ne facciano richiesta, di un locale idoneo per le loro riunioni.

TITOLO IV

Disposizioni varie e generali

28. Repressione della condotta antisindacale.

Qualora il datore di lavoro ponga in essere comportamenti diretti ad impedire o limitare l'esercizio della libertà e della attività sindacale nonché del diritto di sciopero, su ricorso degli organismi locali delle associazioni sindacali nazionali che vi abbiano interesse, il pretore del luogo ove è posto in essere il comportamento denunciato, nei due giorni successivi, convocate le parti ed assunte sommarie informazioni, qualora ritenga sussistente la violazione di cui al presente comma, ordina al datore di lavoro, con decreto motivato ed immediatamente esecutivo, la cessazione del comportamento illegittimo e la rimozione degli effetti. L'efficacia esecutiva del decreto non può essere revocata fino alla sentenza con cui il pretore in funzione di giudice del lavoro definisce il giudizio instaurato a norma del comma successivo. Contro il decreto che decide sul ricorso è ammessa, entro 15 giorni dalla comunicazione del decreto alle parti opposizione davanti al pretore in funzione di giudice del lavoro che decide con sentenza immediatamente esecutiva. Si osservano le disposizioni degli articoli 413 e seguenti del codice di procedura civile. Il datore di lavoro che non ottempera al decreto, di cui al primo comma, o alla sentenza pronunciata nel giudizio di opposizione è punito ai sensi dell'articolo 650 del codice penale. L'autorità giudiziaria ordina la pubblicazione della sentenza penale di condanna nei modi stabiliti dall'articolo 36 del codice penale.

29. Fusione delle rappresentanze sindacali aziendali.

Quando le rappresentanze sindacali aziendali di cui all'articolo 19 si siano costituite nell'ambito di due o più delle associazioni di cui alle lettere a) e b) del primo comma dell'articolo predetto, nonché nella ipotesi di fusione di più rappresentanze sindacali, i limiti numerici stabiliti dall'articolo 23, secondo comma, si intendono riferiti a ciascuna delle associazioni sindacali unitariamente rappresentate nella unità produttiva. Quando la formazione di rappresentanze sindacali unitarie consegua alla fusione delle associazioni di cui alle lettere a) e b) del primo comma dell'articolo 19, i limiti numerici della tutela accordata ai dirigenti di rappresentanze sindacali

aziendali, stabiliti in applicazione dell'articolo 23, secondo comma, ovvero del primo comma del presente articolo restano immutati.

30. *Permessi per i dirigenti provinciali e nazionali.*

I componenti degli organi direttivi, provinciali e nazionali, delle associazioni di cui all'articolo 19 hanno diritto a permessi retribuiti, secondo le norme dei contratti di lavoro, per la partecipazione alle riunioni degli organi suddetti.

31. *Aspettativa dei lavoratori chiamati a funzioni pubbliche elettive o a ricoprire cariche sindacali provinciali e nazionali.*

I lavoratori che siano eletti membri del Parlamento nazionale o del Parlamento europeo o di assemblee regionali ovvero siano chiamati ad altre funzioni pubbliche elettive possono, a richiesta, essere collocati in aspettativa non retribuita, per tutta la durata del loro mandato. La medesima disposizione si applica ai lavoratori chiamati a ricoprire cariche sindacali provinciali e nazionali. I periodi di aspettativa di cui ai precedenti commi sono considerati utili, a richiesta dell'interessato, ai fini del riconoscimento del diritto e della determinazione della misura della pensione a carico dell'assicurazione generale obbligatoria di cui al R.D.L. 4 ottobre 1935, n. 1827, e successive modifiche ed integrazioni, nonché a carico di enti, fondi, casse e gestioni per forme obbligatorie di previdenza sostitutive della assicurazione predetta, o che ne comportino comunque l'esonero. Durante i periodi di aspettativa l'interessato, in caso di malattia, conserva il diritto alle prestazioni a carico dei competenti enti preposti alla erogazione delle prestazioni medesime. Le disposizioni di cui al terzo e al quarto comma non si applicano qualora a favore dei lavoratori siano previste forme previdenziali per il trattamento di pensione e per malattia, in relazione all'attività espletata durante il periodo di aspettativa.

32. *Permessi ai lavoratori chiamati a funzioni pubbliche elettive.*

I lavoratori eletti alla carica di consigliere comunale o provinciale che non chiedano di essere collocati in aspettativa sono, a loro richiesta, autorizzati ad assentarsi dal servizio per il tempo strettamente necessario all'espletamento del mandato, senza alcuna decurtazione della retribuzione. I lavoratori eletti alla carica di sindaco o di assessore comunale, ovvero di presidente di giunta provinciale o di assessore provinciale hanno diritto anche a permessi non retribuiti per un minimo di trenta ore mensili.

TITOLO V

Norme sul collocamento

33. *Collocamento.*

Articolo abrogato dall'art. 8, D.Lgs. 19 dicembre 2002, n. 297.

34. *Richieste nominative di manodopera.*

Articolo abrogato dall'art. 8, D.Lgs. 19 dicembre 2002, n. 297.

TITOLO VI

Disposizioni finali e penali

35. *Campo di applicazione.*

Per le imprese industriali e commerciali, le disposizioni del titolo III, ad eccezione del primo comma dell'articolo 27, della presente legge si applicano a ciascuna sede, stabilimento, filiale, ufficio o reparto autonomo che occupa più di quindici dipendenti. Le stesse disposizioni si applicano alle imprese agricole che occupano più di cinque dipendenti. Le norme suddette si applicano, altresì, alle imprese industriali e commerciali che nell'ambito dello

stesso comune occupano più di quindici dipendenti ed alle imprese agricole che nel medesimo ambito territoriale occupano più di cinque dipendenti anche se ciascuna unità produttiva, singolarmente considerata, non raggiunge tali limiti. Ferme restando le norme di cui agli articoli 1, 8, 9, 14, 15, 16 e 17, i contratti collettivi di lavoro provvedono ad applicare i principi di cui alla presente legge alle imprese di navigazione per il personale navigante.

36. Obblighi dei titolari di benefici accordati dallo Stato e degli appaltatori di opere pubbliche.

Nei provvedimenti di concessione di benefici accordati ai sensi delle vigenti leggi dallo Stato a favore di imprenditori che esercitano professionalmente un'attività economica organizzata e nei capitolati di appalto attinenti all'esecuzione di opere pubbliche, deve essere inserita la clausola esplicita determinante l'obbligo per il beneficiario o appaltatore di applicare o di far applicare nei confronti dei lavoratori dipendenti condizioni non inferiori a quelle risultanti dai contratti collettivi di lavoro della categoria e della zona. Tale obbligo deve essere osservato sia nella fase di realizzazione degli impianti o delle opere che in quella successiva, per tutto il tempo in cui l'imprenditore beneficia delle agevolazioni finanziarie e creditizie concesse dallo Stato ai sensi delle vigenti disposizioni di legge. Ogni infrazione al suddetto obbligo che sia accertata dall'Ispettorato del lavoro viene comunicata immediatamente ai Ministri nella cui amministrazione sia stata disposta la concessione del beneficio o dell'appalto. Questi adotteranno le opportune determinazioni, fino alla revoca del beneficio, e nei casi più gravi o nel caso di recidiva potranno decidere l'esclusione del responsabile, per un tempo ovvero da qualsiasi appalto. Le disposizioni di cui ai commi precedenti si applicano anche quando si tratti di agevolazioni finanziarie e creditizie ovvero di appalti concessi da enti pubblici, ai quali l'Ispettorato del lavoro comunica direttamente le infrazioni per l'adozione delle sanzioni.

37. Applicazione ai dipendenti da enti pubblici.

Le disposizioni della presente legge si applicano anche ai rapporti di lavoro e di impiego dei dipendenti da enti pubblici che svolgano esclusivamente o prevalentemente attività economica. Le disposizioni della presente legge si applicano altresì ai rapporti di impiego dei dipendenti dagli altri enti pubblici, salvo che la materia sia diversamente regolata da norme speciali.

38. Disposizioni penali.

Le violazioni degli articoli 2, 5, 6, e 15, primo comma lettera a), sono punite, salvo che il fatto non costituisca più grave reato, con l'ammenda da lire 300.000 a lire 3.000.000 o con l'arresto da 15 giorni ad un anno. Nei casi più gravi le pene dell'arresto e dell'ammenda sono applicate congiuntamente. Quando per le condizioni economiche del reo, l'ammenda stabilita nel primo comma può presumersi inefficace anche se applicata nel massimo, il giudice ha facoltà di aumentarla fino al quintuplo. Nei casi previsti dal secondo comma, l'autorità giudiziaria ordina la pubblicazione della sentenza penale di condanna nei modi stabiliti dall'articolo 36 del codice penale.

39. Versamento delle ammende al Fondo adeguamento pensioni.

L'importo delle ammende è versato al Fondo adeguamento pensioni dei lavoratori.

40. Abrogazione delle disposizioni contrastanti.

Ogni disposizione in contrasto con le norme contenute nella presente legge è abrogata. Restano salve le condizioni dei contratti collettivi e degli accordi sindacali più favorevoli ai lavoratori.

41. Esenzioni fiscali.

Tutti gli atti e documenti necessari per la attuazione della presente legge e per l'esercizio dei diritti connessi, nonché tutti gli atti e documenti relativi ai giudizi nascenti dalla sua applicazione sono esenti da bollo, imposte di registro o di qualsiasi altra specie e da tasse.